UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

GUILHERME SANTOS CASTILHO

FAMILISMO E EDUCAÇÃO: O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS COM FAMÍLIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

MARIANA
Março 2025

GUILHERME SANTOS CASTILHO

FAMILISMO E EDUCAÇÃO: O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS COM FAMÍLIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Nogueira Alves
Coorientador: Prof. Dr. Cláudio Henrique Miranda Horst

MARIANA
Março 2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C352f Castilho, Guilherme Santos.
Familismo e educação [manuscrito]: o trabalho de assistentes sociais com famílias na educação básica. / Guilherme Santos Castilho. - 2025.
111 f.: il.: color., tab..

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Nogueira Alves.
Coorientador: Prof. Dr. Cláudio Henrique Miranda Horst.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Assistentes sociais. 2. Educação básica. 3. Escolas. 4. Famílias. I. Alves, Leonardo Nogueira. II. Horst, Cláudio Henrique Miranda. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 364.4

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVICO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

Guilherme Santos Castilho

Familismo e educação: o trabalho de assistentes sociais com famílias na educação básica

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 18 de março de 2025

Membros da banca

Dr. - Leonardo Nogueira Alves - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. - Cláudio Henrique Miranda Horst (Universidade Federal de Ouro Preto)
Edivoneide Maria dos Santos (Assistente Social - Prefeitura de Ouro Preto)

Leonardo Nogueira Alves, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 20/03/2025

Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Nogueira Alves**, **PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/03/2025, às 19:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0879555** e o código CRC **12B027D6**.

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: (31)3558-2275 - www.ufop.br

À minha família.

Às famílias da classe trabalhadora, em especial as chefiadas por mulheres, que vivenciam diariamente a tendência familista na sociedade.

AGRADECIMENTOS

Sei quão difícil foi chegar aqui e concluir esta etapa, mas de forma alguma poderia findar este ciclo sem rememorar e sinalizar meus sinceros agradecimentos aos que estiveram ao meu lado, que são ou se tornaram referências para mim e contribuíram para a minha formação pessoal e profissional.

Inicialmente, e sem querer ser pretensioso, gostaria de agradecer a mim mesmo por ter dedicado tempo e esforços à minha graduação. Por acreditar que seria possível, mesmo nos momentos mais difíceis. Aprendi muito e venci muitas batalhas contra mim mesmo antes e durante este processo, e que certamente não seriam possíveis sem a coragem e amor que envolveram a todo o momento essa formação. Eu me encontrei no Serviço Social, e através deste, pude mesclar o que eu acredito e defendo com o projeto profissional que escolhi me alinhar: o Projeto Ético-Político (PEP).

À minha família, amigos e pessoas próximas. Meus sinceros agradecimentos por apostar em mim, no meu sonho e na minha graduação. Márcia, Ademir, Camila, Isis, Amanda, Daniel e Elmon, amo cada um de vocês, e muito obrigado por torcer por mim e comigo a cada conquista alcançada nesses anos e para além.

À minha *mermã* Rafaela. Lembro como se fosse ontem quando me motivou a fazer Serviço Social na UFOP. O destino acabou nos separando nessa experiência ufopiana, mas de forma alguma rompeu nossa conexão. Sempre soube que eu poderia/posso contar com você para tudo; e é recíproco. Sou muito grato pelo apoio que me deu neste ciclo da minha vida que foi a graduação. Mesmo distantes fisicamente e tomados pelo cotidiano, sabemos que nossa amizade resiste a qualquer cenário.

À minha *mermã* Israella. Para elaborar este agradecimento a você revisitei minhas anotações, nossas fotos e cartas acompanhadas de presentes que trocamos em um passado não muito distante. Em uma dessas cartas você ressaltou que “não sabemos o valor de um momento, até que este se torne uma lembrança”. Sou imensamente grato pelo apoio que sempre me deu desde que nos conhecemos, mas principalmente no momento em que decidi por construir a minha carreira profissional. Você sempre esteve presente, mesmo que distante, acompanhando cada etapa deste processo que foi a minha formação pessoal e profissional. Te agradeço

genuinamente por estar comigo, me apoiar em minhas decisões e chamar atenção quando necessário.

Ao Luiz. A experiência ufopiana nos proporcionou esse encontro de vidas, afetos e ambições. Muito obrigado por ter me dado suporte nas horas mais difíceis, e por ouvir minhas críticas ao capitalismo. Aprendemos muito juntos nesses últimos anos e definitivamente guardarei na memória e no coração a sua presença nesse ciclo que foi tão importante para mim.

Aos professores da UFOP. Obrigado pela contribuição à minha formação em Serviço Social. Através das experiências que tivemos pude construir um perfil profissional alinhado ao PEP, e em recusa aos projetos profissionais opostos. Dessa forma, presto agradecimentos especiais às seguintes docentes:

Adriana Mesquita, meus agradecimentos por contribuir para a minha formação no que tange à dimensão do planejamento. Os debates em sala de aula que tivemos sobre projetos societários e profissionais fortaleceram as minhas bases junto ao PEP.

Cibelle Bueno, meus agradecimentos por todo aprendizado na disciplina 'Cidadania e Direito Social'. Suas aulas me renderam choros por revolta ao sistema do capital e violações de direitos naturalizados por este, mas que em contrapartida me proporcionaram um olhar atento às estratégias do capital para contribuir futuramente juntos à classe trabalhadora em prol da viabilização do acesso aos seus direitos.

Cristiane Tomaz, meus agradecimentos por, desde o primeiro dia de aula, enfrentar a imagem social da profissão alinhada às suas protoformas. A partir da sua disciplina pude iniciar a compreensão acerca da profissão e construir uma perspectiva crítica acerca do trabalho profissional.

Isis Roza, meus agradecimentos pela contribuição acerca dos fundamentos do Serviço Social, e principalmente pelas reflexões construídas nas três oficinas de supervisão acadêmica de estágio. As quartas se tornaram o momento de fortalecimento e resgate de pilares essenciais ao trabalho profissional.

Raquel Pataxó, meus agradecimentos pelo cuidado que sempre teve e pelo enfrentamento a uma perspectiva de ciência meramente academicista, rendida à produção que não reflita sobre ancestralidade, distante do real, do que somos e da classe trabalhadora. Suas aulas me serviram como compressa de babosa frente à ansiedade cotidiana.

Virgínia Carrara, meus agradecimentos pela contribuição acerca dos fundamentos do Serviço Social, mas especialmente por todo aprendizado na disciplina 'Introdução ao Trabalho

Profissional’. Através de suas aulas pude fortalecer minhas estratégias e táticas em defesa do PEP anteriormente à minha inserção em estágio supervisionado.
Por fim, mas não menos importante: Vivian de Oliveira, meus agradecimentos por todo aprendizado nas duas disciplinas de ‘Pesquisa e Serviço Social’. Através dos debates em sala de aula pude compreender uma perspectiva da docência que me fez/faz construir uma formação profissional para tal. Sua capacidade e interesse na pesquisa ao tratar desta conosco me despertou o valoroso interesse na pesquisa acadêmica. Obrigado por isso e por seus valiosos conselhos.

Ao Cláudio. Que prazer ter sido presenteado pela vida por todo aprendizado que construí com a sua contribuição a partir das disciplinas de ‘Ética e Serviço Social’ e ‘Serviço Social na Contemporaneidade’, bem como nas orientações em trabalhos acadêmicos. Sou e serei eternamente grato pela oportunidade em participar da iniciação científica ‘Neoconservadorismo e Familismo no Brasil Contemporâneo: o projeto ‘Família na Escola’. Me lembro como se fosse ontem das lágrimas de emoção ao contar para minha família e amigos da aprovação para a IC. Através desta, pude publicar artigos, aprender mais sobre a pesquisa acadêmica e, sem dúvidas, me encontrar em uma temática de pesquisa que dialoga com o que eu acredito e vivenciei. Obrigado por fomentar em mim o genuíno interesse pela pesquisa, mestrado e docência. Obrigado por apostar em mim e por chamar atenção aos excessos. E por fim, obrigado pelo comprometimento, compreensão, excelência e disponibilidade que sempre teve comigo e com o corpo discente.

À Ligian. Sou e serei eternamente grato pela oportunidade que tive em realizar meus três estágios sob a sua supervisão. Tal experiência me proporcionou aprendizados extremamentes ricos à minha formação e futuro exercício profissional. Levarei comigo, com muito carinho, os esforços que empreendemos coletivamente para um trabalho alinhado ao PEP, combativo ao preconceito, estigma e violações de direitos. Seguimos resistentes e conscientes, pois o nosso oxigênio é a esperança.

À banca de avaliação deste trabalho de conclusão de curso, obrigado Leonardo Nogueira pela orientação, e Edivoneide Maria dos Santos pelo aceite em participar deste momento. Suas contribuições a este trabalho representam muito para mim e para a defesa de um trabalho de assistentes sociais alinhado ao PEP.

À Universidade Federal de Ouro Preto. Meus agradecimentos pela oportunidade em concluir a graduação de forma pública, gratuita, laica, em um curso e com docentes socialmente referenciadas (os). E ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agradeço pelo financiamento da pesquisa ‘Neoconservadorismo e Familismo no Brasil Contemporâneo: o projeto ‘Família na Escola’.

À classe trabalhadora. Meus sinceros agradecimentos pelo financiamento dos meus estudos e graduação, sem os quais nada seria possível. Em comprometimento com a classe trabalhadora não poderia deixar de mencionar e reforçar a defesa da universalização do ensino superior, público, gratuito, de qualidade e laico. Através deste trabalho e do exercício profissional futuro, seguirei tencionando na defesa intransigente de nossos direitos.

Definitivamente nada disso seria possível sem a contribuição de todos vocês. Muito obrigado!

“Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.
Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo.
Pássaros engaiolados são pássaros sob controle.
Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser.
Pássaros engaiolados sempre têm um dono.
Deixaram de ser pássaros.
Porque a essência dos pássaros é o voo.
Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados.
O que elas amam são pássaros em voo.
Existem para dar aos pássaros coragem para voar.
Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros.
O voo não pode ser ensinado.
Só pode ser encorajado”.
(Rubem Alves)

RESUMO

A presente pesquisa tem como temática central o trabalho de assistentes sociais com famílias no âmbito da política de educação básica. A pesquisa centrou-se na identificação dos desafios e possibilidades do trabalho de assistentes sociais frente à tendência familista. Os objetivos específicos foram: a) recuperar a perspectiva defendida pelo Projeto Ético-Político para o trabalho de assistentes sociais com famílias na educação básica; b) identificar a(s) perspectiva(s) do trabalho da categoria com famílias a partir dos artigos publicados nas revistas A1, A2 e Serviço Social & Realidade (UNESP); c) contribuir para o trabalho profissional de assistentes sociais na política de educação básica, comprometidas com os direitos sociais, centradas na participação popular e combativas à tendência familista. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica, com ênfase quantiqualitativa, a partir da leitura e análise de artigos publicados em revistas A1, A2 e B3 (definido pelo Qualis CAPES 2017/2020) que versam sobre o trabalho de assistentes sociais na política de educação básica. Sendo as seguintes revistas: (A1) Revista Katálysis; (A2) Emancipação; (B3) Serviço Social & Realidade (UNESP). Os resultados da pesquisa confirmam que, majoritariamente, assistentes sociais inseridos na educação básica têm orientado o trabalho com famílias alinhado a um ecletismo teórico e vinculadas a diversos projetos profissionais. Portanto, reproduzindo práticas conservadoras, burocratizantes, moralistas, permeadas pela noção da ajuda e sob os limites estabelecidos à política de educação e interesses institucionais. Em contrapartida, identificamos experiências profissionais que se articulam com a defesa de um trabalho de assistentes sociais com famílias, alinhado ao Projeto Ético-Político, logo, combativo à tendência familista.

Palavras-chave: Assistentes Sociais; Educação Básica; Escolas; Famílias.

ABSTRACT

The central theme of this research is the work of social workers with families in the context of basic education policy. The research focused on identifying the challenges and possibilities of the work of social workers in the face of the familist tendency. The specific objectives were: a) to recover the perspective defended by the Ethical-Political Project for the work of social workers with families in basic education; b) to identify the perspective(s) of the category's work with families based on articles published in the journals A1, A2 and Serviço Social & Realidade (UNESP); c) to contribute to the professional work of social workers in basic education policy, committed to social rights, centered on popular participation and combative to the familist tendency. To this end, we carried out a bibliographical survey, with a quantitative and qualitative emphasis, based on reading and analyzing articles published in A1, A2 and B3 journals (defined by Qualis CAPES 2017/2020) that deal with the work of social workers in basic education policy. The following journals: (A1) Revista Katálysis; (A2) Emancipação; (B3) Serviço Social & Realidade (UNESP). The results of the research confirm that, for the most part, social workers working in basic education have oriented their work with families in line with a theoretical eclecticism and linked to various professional projects. Therefore, reproducing conservative, bureaucratic, moralistic practices, permeated by the notion of help and under the limits set by education policy and institutional interests. On the other hand, we have identified professional experiences that are articulated with the defense of social workers' work with families, aligned with the Ethical-Political Project, and therefore combative to the familist tendency.

Keywords: Social Workers; Basic Education; Schools; Families.

SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO** 13

2. **O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA** 29

3. **FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA** 41
3.1 O Objeto e o Objetivo do Exercício Profissional na Educação Básica 41
3.2 Ações Empregadas no Cotidiano Profissional e o Dilema das Requisições Indevidas 50
3.3 Limites, Desafios e as Potencialidades do Exercício Profissional na Educação Básica 66

4. **EDUCAÇÃO: POTÊNCIA PARA COMBATE OU REPRODUÇÃO DO FAMILISMO** 77
4.1 Familismo e sua Reprodução no Brasil 77
4.2 O Serviço Social na Educação Básica Frente ao Familismo 85
4.3 A Concepção de Família no Trabalho de Assistentes Sociais na Educação Básica 93

5. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 100

6. **REFERÊNCIAS** 104

Apêndice A - Artigos Analisados 111

1. INTRODUÇÃO

> *O mundo ao avesso nos ensina a padecer a realidade ao invés de transformá-la, a esquecer o passado ao invés de escutá-lo e a aceitar o futuro ao invés de imaginá-lo: assim pratica o crime, assim o recomenda. Em sua escola, escola do crime, são obrigatórias as aulas de impotência, amnésia e resignação. Mas está visto que não há desgraça sem graça, nem cara que não tenha sua coroa, nem desalento que não busque seu alento. Nem tampouco há escola que não encontre sua contra-escola (A Escola do Mundo ao Avesso - Eduardo Galeano).*

O presente trabalho de conclusão de curso discute as relações entre família, educação básica e o trabalho de assistentes sociais. Considerando ser o *tema central* deste estudo o familismo enquanto engrenagem de naturalização e perpetuação das expressões da "questão social" no âmbito da política de educação básica, partiremos inicialmente da conceituação do eixo chave desta pesquisa.

Nos empenhamos em analisar os rebatimentos da tendência familista na sociedade, haja vista o processo de cooptação da instituição familiar pelo capitalismo a partir do século XVIII e XIX. Essa estratégia foi e segue sendo utilizada até os dias atuais enquanto forma de distribuição e gestão dos riscos à sociabilidade capitalista, causadas pelas dinâmicas de produção e reprodução social - entre o Estado, o mercado e a família. No entanto, vale ressaltar que a incorporação das famílias nas políticas sociais reforçam um modelo de família crucial à manutenção do *status quo*, o da *família nuclear burguesa* — que assegura sua sacralidade e combate cotidianamente a pluralidade de outros modelos familiares existentes.

Segundo Mioto (2010), há duas tendências em disputa que tangenciam a inserção da família no campo da proteção social: a proposta familista e a proposta protetiva.

> A idéia central da proposta familista reside na afirmação da tradição secular que existem dois canais naturais para satisfação das necessidades dos indivíduos: a família e o mercado. Somente quando esses falham é que interferência pública deve acontecer e, de maneira transitória. Então a idéia que vem embutida no campo da incorporação da família na política social é a idéia de falência da família. Ou seja, a política pública acontece prioritariamente, de forma compensatória e temporária, em decorrência da sua falência no provimento de condições materiais e imateriais de sobrevivência, de suporte afetivo e de socialização de seus membros. Isso corresponde a uma menor provisão de bem-estar por parte do Estado (Mioto, 2010, p. 169).

Em contrapartida, ainda reproduzindo a responsabilização das famílias, a insatisfação do mercado em sua reprodução também recai sobre esta instituição que, desprovida de condições para garantia de seu próprio bem-estar, torna-se o 'agente causador de conflitos' na esfera da produção e reprodução. E é neste 'lugar' que o neoliberalismo encontrou formas para desresponsabilizar o Estado pela proteção social, e de alocar nas famílias o dever de auto-ajustamento social para adequação aos ideais e interesses da sociabilidade capitalista (Mioto, 2010).

> Ou seja, desvia da rota da garantia dos direitos sociais através de políticas públicas de caráter universal e entra na rota da focalização das políticas públicas nos seguimentos mais pauperizados da população, fortalece significativamente o mercado enquanto instância de provisão de bem-estar e aposta na organização sociedade civil como provedora. Nessa configuração a família é chamada a reincorporar os riscos sociais e com isso assiste-se um retrocesso em termos de cidadania social (Mioto, 2010, p. 170).

Na contramão da tendência familista, como exposto anteriormente, há a proposta protetiva. Este direcionamento aponta para a afirmação de uma proteção social efetiva, "através da garantia de direitos sociais universais, pois somente através deles é possível consolidar a cidadania e caminhar para a equidade e a justiça social". Através desta proposta, a noção de cidadania social está ligada a dois processos principais: o da *desmercadorização* e o da *desfamiliarização*. A desmercadorização refere-se à capacidade de indivíduos e de suas famílias sustentarem-se sem depender exclusivamente do mercado. Já a desfamiliarização diz respeito à redução da responsabilidade da família na provisão do bem-estar social, seja por meio do Estado ou do mercado (Esping-Andersen, 2000 *apud* Mioto, 2010, p. 171).

Ressaltamos essa diferenciação entre ambas as tendências de inserção da família nas políticas de proteção social, pois permeia-se em cada uma destas um entendimento acerca de família(s), de função da proteção social, de objeto de trabalho do Serviço Social, e em última instância, mas não menos importante, a defesa de um projeto de sociedade.

Assim como reforça Mioto (2010), o tensionamento de uma tendência se apresenta desde o processo de formulação da política até a sua execução. Dessa forma, apresenta-se como imperativo, ao trabalho de assistentes sociais, que no processo de formulação, implementação, execução e avaliação de políticas sociais, tencionam e reproduzem uma concepção: de famílias, do papel da política social e do Estado; podendo atuar, assim, no reforço de um projeto profissional e de sociedade para além do capital.

A tendência familista como uma expressão do conservadorismo, reproduz a responsabilização da família pelos cuidados, e com isso, o reforço do papel da mulher pela 'falha' nos cuidados, proteção e socialização, o que reforça papeis socialmente construídos. Trata-se da busca pelo retorno dos papeis típicos da família nuclear patriarcal constituída por pai, mãe, heterossexuais e seus filhos. Ao mesmo tempo, culmina na psicologização da realidade das famílias, focalizando nas características psicológicas e comportamentais para resgatar e fortalecer os vínculos familiares, em detrimento da realidade de negligência por parte do Estado brasileiro com essas famílias.

Na atualidade, a defesa da família é construída tanto no plano moral como socioeconômico. Reforça-se a defesa do modelo tido como natural, conforme apresentamos

acima, com papeis definidos, contrária a pluralidade de famílias que existem. Ao mesmo tempo é valorizada como unidade privada, natural e logo, dotada de responsabilidades que devem se ampliar na medida em que o Estado recua a oferecer serviços sociais.

Nessa direção, compreendemos o avanço do neoconservadorismo como expressão da crise estrutural do capital e a pauta da "defesa da família" como elemento comum entre distintos grupos, que se configuram na construção de uma ideologia da família, de tendência familista. O ultraliberalismo econômico e o conservadorismo moral – que ora apresentam elementos que os aproximam, ora que os afastam, se engendram numa pauta comum (Demier, 2019; Horst; Mioto, 2021).

O primeiro, prega a centralidade do mercado e a não intervenção estatal na economia onde qualquer desigualdade gerada é justa por natureza. Sendo assim, se beneficia, frente ao desmonte do Estado, da desproteção estatal pública, do discurso da meritocracia com o possível "fortalecimento das famílias", já que serão as mesmas as responsáveis pela proteção dos seus membros, particularmente as mulheres. O segundo, com base no avanço do fundamentalismo religioso, principalmente com o papel das igrejas neopentecostais (Horst, Mioto, 2021).

Na justificativa de defender os valores que não destroem as famílias, trata-se da defesa que o Estado deve se abster de interferir nas relações econômicas e de prover oferta de serviços, mas regular fortemente a vida privada. Sob o discurso da "defesa das famílias", sua materialização é o aprofundamento das desigualdades entre as famílias e no interior das próprias famílias, já que são as mulheres tidas como responsáveis pelas tarefas do cuidado, em conciliar trabalho remunerado, ou não, e as demandas de sobrevivência no dia a dia das unidades familiares.

Por isso, as famílias que o grupo ultraliberal e os conservadores morais dizem defender são aquelas que não têm acesso a saúde, educação, previdência, renda, assistência social, condições mínimas de sobrevivência. Afinal, "a perspectiva naturalista, que rejeita agendas igualitárias em nome de supostos valores familiares, anda de mãos dadas com a normalização de desigualdades e violências" (Biroli; Quintela, 2021, p. 346).

Sendo assim, na contramão dessa lógica, apostamos na política social como "motor de uma nova institucionalidade democrática, contribuindo para uma dinâmica de transformação social que mobiliza e organiza as massas a partir de seus interesses mais fortes" (Paiva; Rocha; Carraro, 2010, p. 168).

A aproximação ao debate da educação básica enquanto política social no processo de formação profissional em Serviço Social se deu através da realização da pesquisa de iniciação

científica intitulada: ‘Neoconservadorismo e Familismo no Brasil Contemporâneo: O ‘Projeto Família na Escola’’ (2023), sob a orientação do Prof. Dr. Claudio Horst. Na referida pesquisa, analisamos os documentos referentes ao Projeto Família na Escola (PFE) elaborados para o trabalho com famílias no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Bolsonaro (2019-2023), a fim de identificar a direção ideopolítica.

Na pesquisa identificamos que o objeto central do PFE eram os “altos índices de práticas negativas manifestadas na forma de negligência parental e violência familiar”, onde delimitou-se que o objetivo do projeto foi contribuir para a formação de pais e educadores para a educação de uma parentalidade dita positiva. Essa formação, segundo o projeto, seria capaz de prover às crianças e adolescentes a redução de problemas de comportamento, criar condições para garantia de seus direitos, promover o bom desempenho escolar, seu desenvolvimento integral e favorecer a tomada de decisão frente às condições adversas enfrentadas no dia a dia.

Observamos no PFE, bem como em materiais diversos voltados ao mesmo, que este projeto é perpassado por uma perspectiva de interpretação da realidade brasileira e formas de enfrentamento à “questão social” neoconservadora. Principalmente por partir do pressuposto da origem destes fenômenos enquanto um problema de ordem moral e familiar. Considerando modelos familiares como disruptivas, desviadas, desestruturadas e preguiçosas, o projeto reforça a moralização de sujeitos sociais atravessados por expressões da “questão social”, tornando-as objetos de intervenção para o seu ajustamento à ordem capitalista no âmbito da educação básica, das escolas.

Ainda sobre a referida pesquisa, não se apresentou em nenhuma das elaborações concernentes ao PFE o resgate do dever do Estado no papel de garantir os direitos sociais. Do contrário, fomentou-se uma perspectiva de sujeitos resilientes que, apesar dos atravessamentos pela “questão social”, deveriam recorrer ao fortalecimento de seus valores individualistas e religiosos-conservadores para refletirem “sobre a vida ou pela busca por bem-estar e maneiras de conduzir a criação dos filhos”.

Portanto, em concordância com o avanço da moral conservadora e as políticas ultraliberais implementadas pelo Estado, ficou explícito nas propostas do PFE que o seu aporte ideopolítico coaduna com a manutenção da ordem social vigente. A barbárie instalada expressa o empobrecimento generalizado e a violação dos direitos das famílias, naturalizada pelo Estado capitalista e os grupos no poder.

E mediante a ideologia neoconservadora, visava-se massificar enquanto cultura na sociedade ao se inserir nos espaços privados — como a família e a escola — a perpetuação

dos valores tradicionalistas através do processo de galvanização da consciência coletiva. Tarefa que na verdade já se encontra como uma das funções das famílias no capitalismo, qual seja: inculcação de valores dominantes. Legitimando assim duas vias centrais: o reconhecimento do papel da família na reprodução social e o seu reforço a partir do cenário de avanço do neoconservadorismo.

Portanto, considerando os resultados alcançados na referida pesquisa, que contribuíram para o desvelamento da direção ideopolítica da política em questão e cujas sínteses foram publicadas em artigos[1], despertou-se o interesse em compreender neste trabalho de conclusão de curso sobre *a atuação profissional de assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais da educação básica.* Com vistas a refletirmos como o exercício profissional de assistentes sociais na educação básica pode contribuir para o enfrentamento ao familismo.

Para além disso, parte dos esforços em pesquisar a referida temática se vincula à realidade concreta da população brasileira no que tange ao (não) acesso à educação básica. Segundo dados da pesquisa Juventudes Fora da Escola, do Itaú Educação e Trabalho e da Fundação Roberto Marinho, baseada em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, 9,8 milhões de jovens brasileiros, de 15 a 29 anos, não completaram a educação básica e não estão na escola (19,9% dessa faixa etária). Deste percentual, 78% pertencem a famílias com renda per capita de até um salário-mínimo (R$ 1.412,00), e 70% são negros.

Quanto à conclusão da educação básica: 43% não finalizaram o ensino fundamental; 22% terminaram o Ensino Fundamental, mas não iniciaram o Ensino Médio; e, 35% têm o Ensino Médio incompleto. Quanto à evasão escolar: 80% estão fora da escola há mais de dois anos, com uma média de seis anos, tendo como principais motivos a necessidade de trabalhar (32%) e de cuidar da família (17%) (Agência Brasil, 2024).

Em virtude disso, voltar a atenção para o entendimento do trabalho de assistentes sociais na política de educação básica, mediado pela relação da postura ético-política destes

---

[1] 1) Horst, C. H. M; Castilho, G. S; Alves, L. D. T. **O familismo no governo Bolsonaro e os impactos na política social**. V. 1 n. 1 (2023): Anais do 9º Encontro Internacional de Política Social e do 16º Encontro Nacional de Política Social. UFES -Vitória (ES). Disponível em:<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/41326>. Acesso em 10 de set. de 2024.
2) Castilho, G. S; Horst, C. H. M. **Reflexões sobre o governo Bolsonaro e o fomento ao familismo no Brasil**. (2023): Anais da XI Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA - São Luís/ MA. Disponível em:<https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_3058_30586498fb365bad3.pdf>. Acesso em: 10 de set. de 2024.
3) Castilho, G. S.; Horst, C. H. M. **Familismo, bolsonarismo e o projeto 'família na escola'**. V. 1 n. 1 (2024): Anais do 10º Encontro Internacional de Política Social e do 17º Encontro Nacional de Política Social. UFES -Vitória (ES). Disponível em:<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/45826>. Acesso em 10 de set. de 2024.

profissionais frente à tendência familista e a conjuntura econômica, social e política, tornou-se um objeto que manifestasse interesse a ser pesquisado a fim de contribuir para com a viabilização de acesso e permanência à educação (pública, gratuita, laica e de qualidade) enquanto um direito social.

Logo, considerando os princípios fundamentais para o exercício da profissão de Assistente Social (CFESS, 1993), o cenário de avanço do neoconservadorismo na sociedade brasileira e a ampliação da inserção de assistentes sociais em espaços sócio-ocupacionais da educação frente a Lei N° 13.935/2019[2], bem como os efetivos impactos do familismo na reprodução das relações sociais, consideramos pertinente a realização desta pesquisa a fim de contribuir para o trabalho com famílias na política de educação básica comprometida com o enfrentamento ao familismo. O que revela a nosso ver, sua ***relevância social***.

Objetivando alcançar o *locus* da contribuição para a viabilização de acesso a direitos, para a contribuição da construção de valores ético-políticos, bem como para a contribuição da organização política da classe trabalhadora, ressaltamos a relevância social desta pesquisa através de dois pontos. Primeiro, por compreendermos que a noção que coopta a instituição familiar para a reprodução social e saída das crises do capital não condiz com os interesses da classe trabalhadora. Segundo, para contribuir para a elaboração e avaliação de políticas que perpassam os processos de viabilização de acesso a direitos de famílias sem reforçar a responsabilização das mesmas pelas intempéries vivenciadas, tendo em vista uma proteção social universal.

No que se refere à ***relevância científica***, as buscas realizadas na base de dados da Biblioteca Digital da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em Trabalhos de Conclusão de Curso em Serviço Social, confirmaram a existência de algumas produções sobre parte da temática aqui proposta. Foi realizada a busca das seguintes palavras-chave: Familismo; Política de Educação Básica; Família e Escola.

Deste universo de produções, selecionamos os que mais se aproximam da presente pesquisa e os organizamos no quadro abaixo (Quadro 1). Não foi encontrada nenhuma produção que contemplasse em sua totalidade a nossa temática — O familismo na política de educação básica —, portanto, evidencia-se a relevância da mesma.

Quadro 1 - Monografias do curso de Serviço Social da UFOP sobre a temática.

Autoria	**Título**	**Ano**	**Palavras-chave**	**Resumo**

[2] "Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica" (Brasil, 2019).

Mariana Mendonça Martins	A inserção dos assistentes sociais na política de educação: desdobramentos dos governos de 2016 a 2020.	2021	Educação básica - Brasil; Instituição social - crianças; Políticas sociais - Brasil; Serviço social	O presente trabalho se trata de uma pesquisa bibliográfica cujo objeto de pesquisa é a problematização sobre a inserção dos/as assistentes sociais na rede pública da educação básica, após o golpe parlamentar de 2016. Para obter uma reflexão e um aprofundamento sobre o tema foram realizadas análises das publicações das revistas de categoria A1 Katálysis e Serviço Social e Sociedade publicadas durante o período de 2016 a 2020. O Serviço Social consta na política de educação desde a década de 1930, porém, somente após vinte anos de luta é que se regulamentou a inserção da profissão do Serviço Social na educação básica. Partindo da concepção que as políticas sociais vêm sofrendo diversos ataques, este estudo visou compreender os desafios que perpassam a inserção dos assistentes sociais na educação básica, diante da intensificação da ofensiva conservadora e da regressão das políticas sociais, dentre elas, a política de educação no período compreendido entre 2016 e 2020.
Simone Alves de Azevedo	A importância do assistente social no contexto da educação básica.	2021	Educação - aspectos políticos; Educação básica; Escolas; Serviço social	O presente trabalho tem como objetivo contribuir com a escola e seus demais profissionais, no enfrentamento de questões que agregam a pauta da formação e do fazer profissional do Assistente Social produzindo significativos e desafiadores avanços principalmente no que se refere a sua forma de inserção na política de educação. Este trabalho foi elaborado a partir da pesquisa bibliográfica com o intuito de compreender a importância do Assistente Social no interior das instituições de ensino regular, propondo métodos e estratégias que possibilitam a mediação entre a família-escola-sociedade. Foi explanado sobre a trajetória da política de educação e da assistência, foi apresentado as atribuições e competências referidas ao profissional que almeja trabalhar nessa área, bem como a produção do conhecimento sobre o exercício profissional de assistentes sociais na educação básica.
Juliene Nunes	Análise sócio histórica da educação e o trabalho do assistente social inscrito na política de educação	2018	Serviço social; Capitalismo; Educação	Esse trabalho tem como objetivo analisar a inserção do Assistente Social na política de educação, compreendendo a atuação profissional frente às demandas que se apresentam nesses espaços. Além disso, abordaremos as competências, atribuições, desafios e possibilidades apresentadas para o Assistente Social, considerando o processo de mercantilização da educação na ordem capitalista. Tal reflexão propõe contribuir para a ampliação do debate sobre a relevância do Serviço Social inserido na política de educação. A metodologia aplicada neste trabalho fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, executada a partir da consulta de livros, artigos e textos de sites da internet. Compreendendo a política educacional inserida em um espaço de disputas entre projetos antagônicos, buscou-se uma reflexão em direção a uma educação emancipatória, para além da sociabilidade capitalista.
Marta do Rosário Nogueira	A inserção do assistente social na educação, uma contribuição para a emancipação do ser social.	2021	Capitalismo; Serviço social; Educação	O presente trabalho trata da inserção dos Assistentes Sociais através da Lei 13.935/2019, nas escolas públicas de ensino básico, feito através de pesquisas bibliográficas, no sentido de entender toda a problemática da educação no Brasil. As fontes de pesquisa foram desde a mercantilização da educação citado no texto Reforma Administrativa e Mercantilização da educação e das políticas sociais, Germinal, Marxismo e educação em debate, as dificuldades de acesso à tecnologia principalmente diante da pandemia da Covid 19 no contexto atual, o livro de Mészáros, Educação Para Além do Capital, Constituição Federal, nos texto informativos do CFESS e CRESS que falam sobre a educação no Brasil e suas problemáticas e dentre outros vinculados ao Serviço Social desde a década de 1930 à política de educação. Porém a lei de regulamentação de inserção do profissional de Serviço Social, nas escolas públicas só se concretizou após uma luta incansável de Conselhos do Serviço Social, de Psicologia e outras entidades de apoio e que durou 20 anos.
Ana Vitória de Oliveira Ramos	Educação especial: a construção histórico cultural para pessoa com deficiência.	2024	Educação especial; Pessoa com deficiência; Serviço social	O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo compreender os principais desafios da política de educação especial e a contribuição do serviço social neste processo. Para tanto, fez-se necessário examinar a história da educação da Pessoa com Deficiência (PcD), no Brasil, além de avaliar o papel social. Também foram demonstrados os principais impactos do déficit do sistema educacional às PcDs. Para alcançar este propósito, a pesquisa foi desenvolvida com base na metodologia de revisão bibliográfica, utilizando livros, artigos e bancos de dados eletrônicos Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), CAPES, entre outros. Entender a construção histórico-cultural da educação da PcD é de extrema importância para o serviço social, uma vez que observar os desafios para efetivação da inclusão faz parte do compromisso ético-político da profissão. No âmbito da educação existem diversas manifestações da "questão social" que vão exigir do profissional um arcabouço teórico-metodológico e posicionamento ético-político, além de qualificação técnico-operativa, com a finalidade de viabilizar a educação como um direito da população e dever do Estado. A partir das pesquisas realizadas, tal estudo contribui trazendo os aspectos da trajetória educacional das PcDs, bem como apresentando os desafios enfrentados para efetivação da inclusão dos mesmos no ambiente escolar.
Josias Alves Pereira dos Santos	Serviço social na educação: análise do	2022	Educação; Serviço social	O presente trabalho de conclusão de curso centra o seu objeto de estudo na análise sistematizada da atuação profissional da Assistente Social que se encontra inserida no Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE) da cidade de Itabirito, cidade localizada no Estado de Minas Gerais. Faz-se como objetivo verificar a

	Centro Municipal Especializado Educacional de Itabirito/MG.			atuação dessa trabalhadora frente às demandas do Serviço Social na instituição, de modo a identificar os instrumentos e a instrumentalidade empregada na atuação profissional, realizando uma apreciação crítica acerca da construção e emprego das dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa da profissão, fixados no Projeto Ético Político (PEP) do Serviço Social, a partir da década de 1990 após o movimento de reconceituação. Como método utilizado para a construção da pesquisa, prevaleceu-se o materialismo histórico-dialético e como metodologia a revisão de um denso referencial bibliográfico com base em legislações federais, estaduais e municipais, e as construções teóricas da profissão com base na teoria marxiana, alinhado a análise documental que identifica questões relacionadas ao trabalho exercido pelo Assistente Social no campo em questão.
Adriana Campos Santos	Assistência estudantil nos institutos federais e o serviço social: o percurso histórico desse espaço sóciocupacional e os seus desafios.	2022	Assistência estudantil; Serviço social; Trabalho profissional; Educação; Institutos federais	Esse trabalho tem como objetivo fazer um levantamento sobre o percurso histórico da Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Minas Gerais e os desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais nesse espaço sociocupacional. O estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica e considerando a observação participante a autora, que por meio do estágio, teve condições de aferir muitas das impressões expressas nesta pesquisa, por meio da qual evidenciou os pontos principais da construção da educação no Brasil; o processo de construção da educação profissional e tecnológica e a sua reestruturação; A luta para se chegar até o surgimento das políticas de assistência estudantil e seus desafios de se efetivar na prática; e, sobretudo, como isso impacta diretamente no trabalho profissional do Assistente Social atuante nessa política. A partir do estudo realizado é evidente como a atuação do assistente social acaba sendo limitada por conta de entraves externos, pelos vários ataques do governo à educação, exigindo que o profissional tenha uma atuação mais crítica para poder elaborar ações para além de concessões de auxílios, para a defesa da educação pública e de qualidade como um direito social de todos.
Igor Araújo Barreiros Costa	A dimensão pedagógica no trabalho de assistentes sociais: prática profissional e tendências pedagógicas.	2021	Capacidade de aprendizagem; Educação estudo e ensino; Serviço social	Esta monografia objetiva explorar no Serviço Social brasileiro a dimensão pedagógica do trabalho de assistentes sociais. Para isso, definimos como objetivo geral: Refletir sobre a dimensão pedagógica no exercício profissional de assistentes sociais a fim de demonstrar sua potência como instrumentalidade no fortalecimento do Projeto Ético- Político profissional. Como objetivos específicos, delimitamos: a) compreender o surgimento, desenvolvimento e contradição do Serviço Social afim de demonstrar sua natureza e dimensão ético-política; b) avançar na compreensão da dimensão político-pedagógica do Serviço Social pelo estudo do caráter sócio-educativo do trabalho de assistentes sociais; c) Contribuir para a reflexão crítica do Serviço Social brasileiro identificando suas determinações pedagógicas, potencialidades e limitações. A metodologia foi construída a partir da pesquisa bibliográfica, qualitativa a partir da aproximação crítica-dialética da temática. A partir da reflexão dos fundamentos do Serviço Social, percebe-se sua justificativa na razão de atender as expressões da "questão social", e identifica-se nesta razão a dimensão político-pedagógica do trabalho de assistentes sociais, no intuito de qualificar o debate sobre este aspecto e contribuir para a construção e compreensão das estratégias pedagógicas profissionais. Demonstra-se os distintos princípios educativos - vinco fecundo da efetivação de processos ideológicos na racionalização produtiva e social - evidenciados no desenvolvimento do Serviço Social dentro do processo de formação sócio-histórica do Brasil, estabelecidos como conformismo mecanicista; emancipatório politizante e colaboracionista pacificante. Conclui-se que as práticas e referências que os distingue, e os defende como paradigmas de atuação coexistem e relacionam-se de diversas formas na cultura profissional, na formação acadêmica e no fazer profissional de assistentes sociais.
Sônia Maria Simões Meira	As expressões da questão social no setor educacional: um estudo de caso em Ouro Preto - MG.	2017	Educação; Assistente social; Serviço social	Esse estudo busca verificar como a equipe educacional de uma escola municipal de Ouro Preto-MG reage diante das questões sociais vividas por seus alunos, em busca de soluções que seriam melhor resolvidas se houvesse um Assistente Social no grupo. Embora a maioria dessas questões sejam pensadas como frutos das desigualdades sociais existentes no nosso meio social, na realidade vão além da questão da pobreza material e podem incluir indivíduos de todas as classes sociais. Pode-se imaginar que os problemas retratados sejam apenas locais, mas o estudo de caso visa, do micro para o macro campo de pesquisa, refletir o que ocorre nas escolas de nosso país. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso com qualidade de pesquisa quantitativa e qualitativa, usando-se como fonte de dados bibliografia e respostas de questionário aplicado a professores. Dentro da bibliografia, salienta-se a obra publicada pelo CFESS-CRESS, em 2011, elaborada exatamente para orientar os assistentes sociais em seu trabalho dentro do campo da política educacional, permitindo uma maior abrangência conceitual e teórica. Os resultados obtidos comprovam a presença de várias expressões da questão social na escola em estudo, o que pode ser generalizado para a maioria das escolas de nosso país. O assistente social ainda não é percebido como uma profissional especializado dentro de uma escola, na maioria das vezes agindo apenas como mediador.
Elenclis Lucinda de Paula Assis	Serviço social na educação.	2022	Assistente social; Serviço	O presente trabalho de conclusão de curso tem como função relatar sobre o serviço social na educação, trazendo a importância do assistente social dentro das escolas, expondo como as expressões da questão social estão presentes no ambiente escolar e impactam no

			social; Educação	desenvolvimento dos estudantes. Ressaltando os impactos do capital no sistema educacional e sua contribuição para reversão de valores da educação, exibindo por meio de um material teórico as contribuições para atuação do assistente social neste campo, que visam a garantia do direito à educação gratuita, de qualidade e eficiente que contribua para autonomia e emancipação humana dos alunos em busca de tornarem sujeitos construtores de suas próprias histórias. O método utilizado para a construção desta pesquisa, foi um denso referencial bibliográfico pautado nas construções teóricas da profissão ligada a um viés marxista, também se utilizou de análises de documentos sobre o tema e legislações federais, em destaque a lei 13,935/2019 que possibilitam a construção da intervenção dos assistentes sociais nesta área, pautada nas 3 dimensões da categoria profissional.
Geiziele Nayara Anunciação Domingues	Serviço social na educação e uma análise da atuação do serviço social no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto.	2024	Assistentes sociais; Capitalismo; Educação - aspectos sociais; Serviço social	O presente trabalho de conclusão de curso busca discorrer acerca dos desafios postos a categoria do serviço social brasileiro inserido no espaço sócio-ocupacional da educação. Utilizando como metodologia o referencial bibliográfico, esta pesquisa busca compreender a função social que a educação absorve inserida na sociedade capitalista, a qual é responsável por moldar todas as relações sociais. Dessa forma, é realizado um estudo com base no materialismo dialético para compreender como serviço social, enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho pode atuar nesse âmbito, visando a viabilização do acesso ao direito. Além disso, é realizada uma análise crítica acerca do período de Estágio Supervisionado em Serviço Social no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, visando relacionar a teoria à prática profissional nesse contexto.
Joyce Helena Félix	Família e escola como mediações no processo de educação social de crianças e adolescentes.	2018	Educação - crianças e adolescentes; Família; Escolas	A escola e a família são duas instituições fundamentais na formação educacional da criança e do adolescente. Esse trabalho teve como objetivo central discutir a importância da família no processo de formação social de crianças e adolescentes. Para tanto, buscou-se falar sobre as relações família e escola, relação professor e família, o dever de cada uma diante da educação dos filhos e alunos. Dessa forma, o estudo abordou reflexões no sentido de que a família e a escola compreendam que o trabalho conjunto é importante para o desenvolvimento da criança e do adolescente.

Fonte: própria (2024)

Ademais, segundo a pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE) em 2022, a partir da produção de conhecimento de dissertações e teses no Brasil sobre as interfaces ‘Serviço Social na Educação’ e sobre o ‘Trabalho de Assistente Social na Educação Básica’ concluiu-se que a categoria profissional necessita avançar sobre na elaboração de conhecimento sobre o exercício profissional na educação básica (Tabela 1).

Tabela 1 - Quantidade de teses e dissertações com temas: Serviço Social e Educação e Trabalho do Assistente Social na Educação Básica, por região do Brasil (2021).

Região	Produções interface Serviço Social na Educação			Produções sobre trabalho do Assistente Social na Educação Básica		
	Dissertações	Teses	Total	Dissertações	Teses	Total
Sudeste	108	38	**146**	**11**	02	**13**
Sul	102	22	**124**	04	03	**07**
Nordeste	31	04	**35**	10	-	**10**
Centro-Oeste	30	10	**40**	02	-	**02**
Norte	13	-	**13**	01	-	**01**
Total	**284**	**74**	**358**	**28**	**05**	**33**

Fonte: (Martins; Carvalho, 2024) elaborado a partir de dados extraídos da 1ª fase pesquisa GEPESSE — Pesquisa bibliográfica, 2022.

Nesse mesmo sentido, somado à análise das produções de conhecimento em Anais dos eventos do GEPESSE (a partir de 2011), a supracitada pesquisa identificou tendências do trabalho de assistente social na educação básica em que sobressaiu-se *'O trabalho do assistente social com famílias', com o percentual de 67,17%.* Essa identificação tangenciou produções sobre a inserção, condições e o exercício propriamente dito do trabalho de assistentes sociais (Martins; Carvalho, 2024) — elaborado a partir de dados extraídos da 1ª fase da pesquisa GEPESSE — Pesquisa bibliográfica em 2022.

Nesse sentido, no que tange ao universo da nossa formação, permanece em aberto a possibilidade de contribuirmos para o trabalho de assistentes sociais com famílias na educação básica. Deste modo, sem dispensarmos a reflexão da intencionalidade que permeia a elaboração de políticas públicas, buscamos aqui apontar a funcionalidade da educação básica à reprodução do capitalismo e demarcar a importância de compreender o processo sócio-histórico constitutivo do território em que se insere as assistentes sociais[3] para assim alcançarmos o objetivo exposto.

Portanto, sendo estes dois complexos sociais — a família e a escola — instituições responsáveis pela garantia da reprodução social no capitalismo, com vistas ao ajustamento dos sujeitos sociais e o preparo para a venda da força de trabalho, retomemos a provocação inicial acerca da reflexão da política pública e sobre o que nos provoca a presente temática. Haja vista o fortalecimento do espaço sócio-ocupacional da educação enquanto uma frente de trabalho de assistentes sociais através da Lei N° 13.935/2019, as assistentes sociais inseridos na política de educação básica tem reproduzido ou combatido a tendência familista em suas intervenções profissionais no trabalho com famílias?

Isso posto, e apresentada nossa pergunta de pesquisa, traçamos os seguintes objetivos.

Objetivo geral:

Analisar o trabalho de assistentes sociais com famílias na política de educação básica a fim de identificar desafios e possibilidades no enfrentamento ao familismo.

Objetivos específicos:

[3] Trataremos da categoria de assistentes sociais no pronome feminino haja vista o levantamento realizado pelo CFESS (2022) sobre o perfil profissional de assistentes sociais: 92,5% assistentes sociais que se identificam com o gênero feminino. 7,4% se identificam com o gênero masculino, 0,1% com outras expressões de gênero. É válido destacar ainda no quesito raça/cor que 50,34% de assistentes sociais no Brasil se autodeclaram negra (pretas e pardas), 46,98% branca, 1,85% amarela, 0,32% indígena, e 0,51% outra.

1) Recuperar a perspectiva defendida para o trabalho de assistentes sociais com famílias na educação básica;
2) Identificar a(s) perspectiva(s) do trabalho com famílias na política de educação básica nas revistas A1, A2 e Serviço Social & Realidade (UNESP) do Serviço Social brasileiro.
3) Contribuir para o trabalho profissional de assistentes sociais na política de educação básica, na perspectiva do fortalecimento de políticas públicas comprometidas com os direitos sociais, centradas na participação popular e combativas à tendência familista.

No que tange à ***metodologia*** da pesquisa, o presente trabalho tem como fundamento teórico-metodológico a teoria social crítica e o método materialista histórico-dialético. Este alinhamento é relevante por considerarmos que o processo analítico da realidade há de considerar o concreto e sua historicidade, de forma dialética e indissociável, haja vista às constantes mudanças das determinações da vida social em detrimento das relações sociais estabelecidas na sociabilidade capitalista.

Portanto, nos valendo deste método enquanto uma lente que nos possibilita ler a sociedade, as relações sociais e suas determinações para além do aparente, nos tornamos sujeitos sociais e históricos capacitados a desvelar o acortinamento imposto pelos *ethos* burguês que constantemente tencionam ao mascaramento da possibilidade de vislumbre de uma realidade para além do capital.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que realizou a leitura e análise de artigos publicados nas revistas A1 e A2 (definido pelo Qualis CAPES 2017/2020) que versam sobre a temática do trabalho de assistentes sociais com famílias na política de educação básica. Sendo as seguintes revistas: (A1) Argumentum; O Social em Questão; Revista de Políticas Públicas da UFMA; Revista em Pauta: teoria social e realidade contemporânea; Revista Katálysis; Serviço Social e Sociedade; Textos & Contextos (Porto Alegre); (A2) Direitos, Trabalho e Política Social; Emancipação; Oikos: família e sociedade em debate; Ser Social; Serviço Social em Revista; Sociedade em Debate; Temporalis. Para além destas, incluímos a revista Serviço Social & Realidade (UNESP) ao universo de análise, pois, apesar de estar classificada em B3 (Qualis CAPES 2017/2020), a revista possui inúmeros dossiês específicos e uma grande produção sobre a temática.

Segundo Lima e Mioto (2007, p. 38) “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”. As autoras afirmam ainda que a pesquisa bibliográfica é “um

procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas" (p. 44).

Esta pesquisa tem ênfase **quantiqualitativa**, por compreendermos a necessidade por um lado, de quantificar a produção científica concernente à temática proposta, e por outro lado, adentrar ao "mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas" (Minayo, 1994, p. 22). Como ressalta Minayo (2009), o processo de trabalho na pesquisa qualitativa pode incluir três etapas, das quais empregamos duas: a **fase exploratória** e a **etapa da análise e tratamento do material documental**. Essa segunda etapa foi dividida em três momentos: a) ordenação dos dados; b) classificação dos dados; c) análise propriamente dita.

Dessa forma, partimos da realização de buscas por artigos nas plataformas digitais das revistas citadas por meio das palavras-chave: Família, Famílias, Educação, Escola e Escolar. Optamos por estas palavras-chave, pois percebemos no momento da pesquisa que frente a correlatividade das mesmas teríamos assim uma maior possibilidade de encontrar artigos que contribuíssem para compreender a(s) perspectiva(s) do trabalho com famílias na política de educação básica. Entretanto, cabe ressaltar que frente a relação das palavras, alguns artigos acabaram pontuando mais uma vez por terem em título mais de uma das palavras-chave pesquisadas.

Nesta primeira aproximação exploratória ao material obtivemos os seguintes resultados nas revistas A1: Na revista Argumentum, foram identificados 434 artigos, dos quais somente *32 foram selecionados*, pois continham uma ou mais das palavras-chave no título. Na revista O Social em Questão, foram identificados 72 artigos, dos quais somente *18 foram selecionados*, pois continham uma ou mais das palavras-chave no título. Na revista de Políticas Públicas da UFMA, foram identificados 509 artigos, dos quais somente *91 foram selecionados*, pois continham uma ou mais das palavras-chave no título. Na revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, foram identificados 177 artigos, dos quais somente *34 foram selecionados*, pois continham uma ou mais das palavras-chave no título. Na revista Katálysis, foram identificados 147 artigos, dos quais somente *13 foram selecionados*, pois continham uma ou mais das palavras-chave no título. Na revista Serviço Social e Sociedade, houve um possível erro na base de dados do periódico, pois *nenhuma palavra-chave apresentou resultados*. Testes com outras palavras foram realizados e o resultado foi o mesmo. Na revista Textos & Contextos (Porto Alegre), foram identificados 259 artigos, dos

quais somente *42 foram selecionados*, pois continham uma ou mais das palavras-chave no título.

Ainda nesta primeira aproximação, obtivemos os seguintes resultados nas revistas A2: Na revista Direitos, Trabalho e Política Social, foram identificados 57 artigos, dos quais somente ***7** foram selecionados*, pois continham uma ou mais das palavras-chave no título. Na revista Emancipação, foram identificados 280 artigos, dos quais somente ***56** foram selecionados*, pois continham uma ou mais das palavras-chave no título. Na revista Oikos: família e sociedade em debate, foram identificados 371 artigos, dos quais somente ***70 f**oram selecionados*, pois continham uma ou mais das palavras-chave no título. Na revista Ser Social e Serviço Social em Revista, houveram um possível erro na base de dados dos periódicos, pois *nenhuma palavra-chave apresentou resultados*. Testes com outras palavras foram realizados e o resultado foi o mesmo. Na revista Sociedade em Debate, foram identificados 333 artigos, dos quais somente ***58** foram selecionados*, pois continham uma ou mais das palavras-chave no título. Na revista Temporalis, foram identificados 227 artigos, dos quais somente ***33** foram selecionados*, pois continham uma ou mais das palavras-chave no título.

Já na primeira aproximação na revista Serviço Social & Realidade (UNESP) (B3), obtivemos os seguintes resultados: foram identificados 222 artigos, dos quais ***92** foram selecionados*, pois continham uma ou mais das palavras-chave no título.

Em seguida, iniciamos a *segunda etapa da seleção exploratória dos artigos*. Neste momento, foram realizadas a leitura dos títulos e dos resumos de cada artigo, os quais, posteriormente, foram submetidos à análise com base em oito critérios estabelecidos para a sua permanência. São estes: 1. Ser um artigo escrito na língua portuguesa; 2. Ser artigo científico e não resenha, resumo, etc. 3. Tratar do exercício profissional de assistentes sociais, e não de outras profissões que atuem na educação básica, como por exemplo a análise do trabalho de professores, pedagogia e/ou entrevistas com a equipe multiprofissional; 4. Ser escrito por assistente social; 5. Tratar do exercício profissional de assistentes sociais na política de educação básica; 6. Tratar da abrangência de atuação entre educação infantil, fundamental e médio sem a formação profissionalizante; 7. Não abordar exclusivamente o trabalho com famílias, sem vinculação à educação básica; 8. Não tratar exclusivamente do exercício profissional em contexto de pandemia da COVID-19 e/ou trabalho remoto.

Como resultado, alcançamos o seguinte universo de nossa análise: Das revistas A1, de um total de 230 artigos, apenas ***1 artigo permaneceu***, sendo este da revista Katálysis. Das revistas A2, de um total de 224 artigos, apenas ***1 artigo permaneceu***, sendo este da revista Emancipação. Já na revista Serviço Social & Realidade (UNESP) (B3), de um total de 92

artigos, apenas ***11 artigos permaneceram***. Totalizando um universo de análise de 13 artigos (Quadro 2, 3 e 4).

Quadro 2 - Revistas A1 – Panorama de Levantamento inicial do material para análise

Total de artigos encontrados	**1598**
Total de artigos na primeira seleção	230
Seleção total de artigos	1

Fonte: própria (2024)

Quadro 3 - Revistas A2 – Panorama de Levantamento inicial do material para análise

Total de artigos encontrados	**1268**
Total de artigos na primeira seleção	224
Seleção total de artigos	1

Fonte: própria (2024)

Quadro 4 - Revista Serviço Social & Realidade (UNESP) (B3) – Panorama de Levantamento inicial do material para análise

Total de artigos encontrados	**222**
Total de artigos na primeira seleção	92
Seleção total de artigos	11

Fonte: própria (2024)

A partir do universo de análise, observamos a produção de conhecimento sobre o trabalho de assistentes sociais na educação básica no período de 2009 a 2023, em que sobressaiu-se o último ano, com 4 publicações, sendo em sua totalidade na revista Serviço Social e Realidade. Identificamos também a expressividade feminina na elaboração destes artigos, que correspondem a 93,94% da autoria. Além disso, cabe ressaltar ainda a região do Brasil que abrange os artigos analisados: Região Sudeste com 7 artigos, que equivale a 53,85%; Região Nordeste, com 4 artigos (30,77%); Região Norte e Sul, com 1 artigo cada (7,69%/região); e, região Centro-Oeste, com 0 artigos.

Para a etapa de ordenação e classificação dos dados na análise do universo apresentado, utilizamos um *roteiro de análise de conteúdo*, elaborado por nós com base em Prates (2016).

Quadro 5 – Quadro de análise de conteúdo dos dados

NOME DA REVISTA:
Título do artigo:
Autor(a):
Ano:
Resumo:

Palavras-chave:
Objeto de trabalho de assistentes sociais na educação básica:
Objetivo do trabalho de assistentes sociais na educação básica:
Concepção de família:
Familismo (reprodução ou enfrentamento):
Ações empregadas no cotidiano profissional no trabalho com famílias:
A função da escola na articulação família-escola:
A função da família na articulação família-escola:
Os limites, contradições, desafios e possibilidades para a realização do trabalho profissional:
Há espaços de controle social?
Experiências positivas de assistentes sociais (estratégias e táticas)
Experiências negativas de assistentes sociais (para além da reprodução do familismo)
Questões diversas:

Fonte: própria (2024)

Dessa forma, após a organização e classificação dos dados, iniciamos a análise propriamente dita. Para isso, utilizamos a análise de conteúdo do tipo temática, conforme proposta por Bardin (1977). Segundo a autora, o tema corresponde a uma afirmação sobre um determinado assunto, funcionando como uma unidade que permite segmentar um texto em ideias carregadas de significado. Essa análise busca identificar os eixos de sentido que estruturam a comunicação, bem como a frequência de determinadas tendências, fornecendo subsídios para o processo analítico.

Na sequência, partimos para a categorização semântica (Bardin, 1977) que corresponde à organização dos elementos com base em suas semelhanças, agrupando os dados em quadros teóricos conforme os temas para a elaboração da análise deste em articulação dos outros referenciais teóricos.

Por fim, cabe destacar que o presente trabalho de conclusão de curso foi elaborado em consonância com os valores ético-políticos do Serviço Social brasileiro na atualidade, expressos principalmente no Código de Ética das/os assistentes sociais.

Além da presente introdução e considerações finais a monografia está organizada em três capítulos. No *primeiro capítulo*, refletimos a constituição da educação enquanto uma política social e esforços do capitalismo sobre esta para alcance de seus objetivos, bem como situamos a inserção do Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional frente às requisições institucionais que contribuem para a reprodução da tendência familista. No segundo capítulo, tratamos de fundamentos do Serviço Social, bem como dialogamos com as ações realizadas

por assistentes sociais, as potencialidades, as experiências positivas e negativas, bem como, os limites, desafios e possibilidades para o exercício do Serviço Social na política de educação básica. E, no terceiro capítulo, procedemos com a reflexão sobre a concepção de família que permeia o trabalho de assistentes sociais, a explanação sobre a tendência familista e suas articulações no campo ideopolítico e moral.

2. O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Partindo da mediação acerca da intencionalidade das políticas públicas frente ao resgate do processo de elaboração de políticas sociais, buscamos através deste capítulo refletir sobre a direção da política social no Brasil e seus rebatimentos no trabalho profissional de assistentes sociais.

Este destaque inicial acerca da intencionalidade das políticas públicas é justificado frente ao indispensável resgate do processo de planejamento de políticas políticas sociais, como uma das competências do trabalho de assistentes sociais, conforme previsto no Código de Ética da/o Assistente Social (CFESS, 1993) e na Lei de Regulamentação da Profissão (Brasil, 1993). Ponto este que, por não ter sua notoriedade reconhecida, seja por parte da categoria profissional ou da gestão/direção de políticas sociais, acarreta consequentemente em maior contribuição para a manutenção do *status quo* frente a inação e/ou amadorismo no enfrentamento às manifestações das expressões da "questão social" na vida da classe trabalhadora.

Cabe resgatar brevemente que o Serviço Social surgiu como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho a fim de intervir sob as expressões do pauperismo latente na sociedade brasileira a partir do início do estágio monopolista do capital no país. Realizando um trabalho mediado pelas políticas sociais a fim de contribuir para o *controle* e *ajustamento dos sujeitos sociais* e assim legitimar a ordem social do capital. Vale ressaltar que o Serviço Social foi no Brasil, anterior ao Movimento de Reconceituação na América Latina e ao Movimento de Renovação, alinhado hegemonicamente aos interesses do capital (Iamamoto; Carvalho, 2014)[4].

Ainda que após o Movimento de Renovação o Serviço Social siga atuando majoritariamente para o Estado em suas múltiplas esferas públicas e tendo as políticas sociais como ferramentas de trabalho. A partir de 1993, com a nova lei de regulamentação da profissão, a elaboração do Código de Ética e a construção das novas Diretrizes Curriculares para a formação, delineou-se uma nova direção social para a profissão de enfrentamento ao conservadorismo, levando assim o direcionamento da categoria aos esforços em prol dos interesses da classe trabalhadora. Afinal:

> A instituição Serviço Social, sendo ela própria polarizada por interesses de classes contrapostas, participa, também, do processo social, reproduzindo e reforçando as contradições básicas que conformam a sociedade do capital, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades em que é mobilizada para reforçar as condições de

[4] Para uma leitura atual sobre a reconceituação e a renovação do Serviço Social ver: Iamamoto. M. V; Santos, C. M. **A História pelo Avesso:** A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, CNPQ, 2021.

> dominação, como dois pólos inseparáveis de uma mesma unidade. É a existência e compreensão desse movimento contraditório que, inclusive, abre a possibilidade para o Assistente Social colocar-se a serviço de um projeto de classe alternativo àquele para o qual é chamado a intervir (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 101).

Possibilidade que se constrói diante de uma projeção coletiva construída no Brasil, conhecida como o Projeto Ético Político (PEP) do Serviço Social, que conquistou hegemonia na década de 1990. Conforme destacou Netto (2009), projetos profissionais possuem componentes articulados coerentemente entre si, por exemplo: uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social, seus objetivos, conhecimentos teóricos, legais, práticos, etc. No caso do PEP, conforme a longa citação do autor:

> Esquematicamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional.
>
> A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida.
>
> Do ponto de vista estritamente profissional, o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa.
>
> Em especial, o projeto prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais: é seu componente elementar compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, ai incluída a publicidade dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização e, sobretudo, para abrir as decisões institucionais à participação dos usuários (Netto, 2009, p. 155).

Não iremos nos ater aqui à historicidade de constituição e desenvolvimento da profissão no Brasil, mas destacamos tal contradição quanto aos interesses antagônicos e objetivos que atravessam o exercício profissional de assistentes sociais para demarcarmos os fundamentos históricos ontológicos da profissão e assim apontarmos as potencialidades do projeto ético-político ao nos aproximarmos de um dos espaços sócio-ocupacionais de atuação da categoria profissional e foco desta pesquisa, *a educação básica*.

Portanto, partimos do resgate conceitual da "questão social", objeto de trabalho de assistentes sociais. Yazbek e Iamamoto (2019), afirmam que a "questão social" é uma expressão particular de uma sociedade classista e antagônica. Originário e perpetuado sob a apropriação privada da produção coletiva, o capitalismo condiciona aqueles que não detém os meios de produção, a venda da força do seu trabalho na forma mercadoria, enquanto o único meio possível para a "garantia" de sua subsistência. Este cenário provoca o surgimento da "questão social" na sociedade, que, a partir da lei geral da acumulação capitalista, traduz-se no cotidiano da classe trabalhadora na forma de "desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais" (p. 38).

No Brasil, antes da política de educação básica se tornar uma política pública de proteção social assegurada legalmente a todas as pessoas, esta foi construída sob um passado e conjuntura classista, colonizadora e racista. Apesar de atualmente estar prevista na Constituição Federativa do Brasil, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Estatuto da Criança e do Adolescente, etc., a educação atendeu e segue cumprindo com seu objetivo central na sociabilidade capitalista: contribuir para o alcance dos interesses burgueses, perpetuando assim o *status quo*.

Saviani (2007) afirma que através do escravismo antigo, a educação organizou-se de forma dual. Em parte, destinada às profissões manuais que dispensavam um conhecimento teórico aprofundado, por outra, àqueles "que assumem as profissões intelectuais das elites, que exigem a apropriação teórica e cultural ampla e os/as representantes da classe dirigente, para atuar nos diferentes setores da sociedade" (*apud* CFESS, 2023, p. 38). Em suma, o acesso à educação era possibilitado àqueles que não dependiam do trabalho.

Se tratando de um território colonizado, que teve e segue vivenciando investidas à destruição de povos originários, crenças e modos de ser para o enraizamento e manutenção de um modelo societário movido pela sanha da dominação e produção de mais-valia, o Brasil é marcado na história por este processo educacional. Atualmente sob novas facetas, porém arraigados por este passado sócio-histórico, a Teoria Marxista da Dependência[5] nos fornece subsídios para a compreensão do lugar socioeconômico que o Brasil se encontra frente às potências globais, que o caracteriza enquanto capitalismo dependente.

Este lugar de subserviência econômica em nível global se expressa, inclusive, na política de educação na sociedade moderna, que foi se desenvolvendo e sendo ofertada à população à medida que esta se tornasse funcional ao capital — não desconsiderando, no

[5] Para o aprofundamento dessa perspectiva ver: Luce, M. S. **Teoria Marxista da Dependência:** problemas e categorias. - uma visão histórica. Expressão Popular, 2018.

entanto, a influência da organização e mobilização da classe trabalhadora quanto às suas demandas.

Atualmente a Política Nacional de Educação Básica no Brasil organiza e estabelece as diretrizes para assegurar o acesso, a permanência e a qualidade no ensino ao sistema educacional. Fundamentada na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a educação é determinada como um dever da família e do Estado e um dos direitos sociais de crianças e adolescentes.

Dividida entre três níveis (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), a educação básica tem um financiamento mantido majoritariamente através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Este fundo, que redistribui recursos entre estados e municípios, tem por objetivo "o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (LDB, Lei nº 9.394/1996, Art. 2°).

A generalização da escola no modelo de educação formal foi se estabelecendo enquanto estratégia do capital a partir da contradição classista e do seu esforço para sua manutenção — de forma a constituir a instituição escolar como instrumento de inculcação de valores, reforçando a (re)produção do consenso social que legitima a sociabilidade capitalista.

> A natureza da educação [...] está vinculada ao destino do trabalho. [...] Se no pré-capitalismo a desigualdades era explícita e assumida como tal, no capitalismo — a sociedade mais desigual de toda a história [...] se faz necessário um sistema ideológico que proclame e inculque quotidianamente esses valores na mente das pessoas (Mészáros, 2008, p. 16).

Em suma, se a educação antes era propiciada àqueles que não precisavam de exercer atividades laborais, atualmente, frente ao avanço do capitalismo financeirizado na sociedade, a educação se tornou a pedra de toque ao alcance dos objetivos burgueses através de duas frentes distintas, mas que confluem frente à manutenção da ordem. Por um lado, a educação tornou-se em um instrumento de formação generalista para a capacitação de um exército industrial funcional e disponível ao alcance dos objetivos da ordem. Por outro lado, em reforço de seu papel social, na função de contribuir para a inculcação de valores do *ethos burguês*.

Esta dimensão da formação da moral em âmbito escolar é apenas uma expressão da estratégia do capital para o controle das massas. O Estado, no lugar de comitê executivo da burguesia, cumpre seu papel a partir do estágio monopolista do capitalismo em sua manutenção (Netto, 2011). No cenário brasileiro, além de criar políticas sociais para atender

às demandas da classe trabalhadora, este fez e faz uso destas políticas como forma de apassivar e controlar a sua organização.

Para além disso, e enquanto pilar central que nos orienta a entender o trabalho de assistentes sociais no espaço sócio-ocupacional da educação básica, tencionamos nossos esforços à compreensão dos rebatimentos deste direcionamento ideopolítico nas famílias. Entendemos que, em reforço do *ethos* individualista, — característico da perspectiva conservadora que estrutura e orienta as ações do capital — tais políticas foram e são utilizadas como meio de arraigar nas relações sociais o lugar que a família deve ocupar na proteção social de seus membros.

No contexto atual, de um ultraliberalismo dominado pelo capital financeiro, o "não lugar" da política social no capitalismo se torna cada vez mais evidente (Marques, 2015). Paralelamente, em um cenário de reduções e cortes de recursos destinados às políticas sociais, que são historicamente limitados, observa-se um fortalecimento ideológico que coloca as famílias no centro dessas políticas e que gerencia um modelo de trabalho junto às mesmas. Neste cenário, as políticas sociais historicamente estiveram vinculadas a instituição familiar. Estratégico ao capital, em termos de produção e reprodução social, as famílias foram cooptadas ideologicamente enquanto instituição reprodutoras do sistema dominante de valores (Mészáros, 2011), e alocadas na função de:

> [...] garantir a proteção social de seus membros: cuidados dos indivíduos na família que vão desde a responsabilidade pelas crianças, idosos, etc; até a reposição da força de trabalho — majoritariamente realizado pelo trabalho não pago das mulheres; bem como a dinâmica de inculcação dos valores morais, condizentes com a sociabilidade (Horst; Castilho, 2024, p. 5).

Esta orientação da política social no Brasil resultou em formas de reforço à lógica de responsabilização das famílias. Tendo sua materialidade expressa na Constituição Federal de 1988 e nas diversas políticas sociais, como a Política Nacional de Assistência Social e em aparatos legais como a Lei de Diretrizes e Bases[6] (1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente[7] (1990).

---

[6] Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996).

[7] Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Art. 22. Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais (Brasil, 1990).

Essa lógica familista é retroalimentada pelo *ethos* individualista que se enraíza no (não) enfrentamento à "questão social" por parte do Estado com políticas sociais universais, públicas e gratuitas, direcionando assim às famílias a responsabilidade de "superação" da realidade imposta às mesmas. Trata-se, segundo Netto (2011, p. 41) de uma dinâmica que visa:

> *psicologizar os problemas sociais*, transferindo a sua atenuação ou proposta de resolução para a modificação e/ou redefinição de características pessoais do indivíduo (é então que emergem, com rebatimentos prático-sociais de monta, as estratégias, retóricas e terapias de *ajustamento* etc.).

Esta estratégia do capital no processo de refuncionamento do Estado para o alcance de seus objetivos é fruto da transição para a sua etapa monopolista, assim como citado acima diante do surgimento das políticas sociais. Neste movimento, sob dois pólos distintos, mas com um objetivo comum, a defesa da família passa a se apresentar nos discursos de grupos que aderem ao neoconservadorismo (ultraliberalismo + conservadorismo moral) como forma de alimentar o familismo enquanto forma de manutenção da ordem burguesa. Nesta direção, Mészáros (2011) contribui para nossa análise ao explanar que, quando cooptadas pelo *ethos* burguês, as instituições *família e escola* reproduzem papéis sociais estabelecidas a si, tornando-se, portanto, funcionais à perpetuação do capitalismo, a sua reprodução social.

No entanto, na contramão do conservadorismo e orientados pelo materialismo histórico-dialético, defendemos um modelo de trabalho com famílias alinhado ao que preconiza o Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social. Este destaque se faz necessário não apenas frente às requisições indevidas recebidas por assistentes sociais atuantes na educação básica, mas também pela necessidade de enfrentamento a dois direcionamentos presentes no trabalho com famílias: "a) a que concebe a família como o objeto do trabalho profissional e/ou a referência para leitura da realidade; b) a que parte da experiência pessoal como referência para o trabalho profissional" (Horst, 2023, p. 4).

Frente a isso, cabe ressaltar uma pesquisa realizada pelo CRESS Rio Grande do Sul com assistentes sociais. Quanto ao objeto de trabalho, 1.415 profissionais responderam ser as relações sociais e/ou familiares, sendo a "questão social" o segundo mais respondido (Horst, 2023, p. 6 *apud* Reidel *et al.* 2019). Assim, em oposição ao PEP, que parte da incorporação das categorias trabalho e "questão social" como centrais aos fundamentos da profissão e chaves para leitura crítica da realidade, demonstra-se ser urgente a necessidade de entendimento do direcionamento do trabalho com famílias na política de educação básica, considerando o conservadorismo reproduzido por profissionais da categoria em reforço à tendência familista.

A compreensão da realidade limitada à relação indivíduo-família impede que, no contexto profissional, sejam identificadas as causas estruturais do sistema capitalista que perpassam os sujeitos e suas famílias. Essa abordagem fragmentada e individualista favorece a moralização, a culpabilização e a responsabilização dos indivíduos e famílias, desconsiderando os determinantes estruturais e a luta de classes, e levando ao entendimento da família como originadora de patologias sociais (Horst, 2023).

Em contraposição a esta tendência que, por exemplo, classifica as famílias como estruturadas ou desestruturadas, bem como sob outros adjetivos que expressam julgamento de valores, defendemos um trabalho com famílias na educação básica ancorados nos fundamentos (históricos-ontológicos e teórico-metodológicos) da profissão, que a partir da dimensão de totalidade, contradição e mediação, é capaz de viabilizar acesso a direitos e contribuir para o rompimento da responsabilização das mesmas pelas expressões da "questão social" vivenciadas.

Portanto, considerando os Núcleos de Fundamentação — Teórico-Metodológicos da Vida Social; Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira; Trabalho Profissional — para a formação e trabalho profissional, bem como as três dimensões do exercício profissional, quais sejam: Teórico-Metodológica, Ético-Política e Técnico-Operativa, reforçamos aqui a contribuição para a orientação de um exercício profissional com famílias na política de educação básica alinhados ao PEP. Ou seja:

> É a partir dos fundamentos da profissão, que podemos demarcar a questão da gênese, origem e do surgimento da família como um complexo social; de seu desenvolvimento ao longo da história e das particulares formações sócio-históricas. Desvendando a relação que as políticas sociais brasileiras construíram com as famílias, diante da negação histórica de acesso à proteção social. E possibilitando, por último, retomarmos às formas como trabalhamos com famílias ao longo da história, elaborando a crítica qualificada para reafirmar o objeto e o objetivo do trabalho profissional, bem como a construção de respostas alternativas ao conservadorismo (Horst, 2023, p. 12).

No que tange às *condições éticas e técnicas* para o exercício profissional de assistentes sociais inseridas na educação básica, identificamos nos artigos analisados as determinações que contribuem ou impedem o trabalho profissional do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional.

A partir dos dados analisados, compreendemos que as determinações prejudiciais ao exercício do Serviço Social na educação básica tangenciam o contexto de neoliberalismo imposto, as condições objetivas dos espaços de atuação, a desvalorização da profissional, a correlações de forças existente, a fragilizada autonomia profissional, a violação de sigilo

profissional, a alta demanda de atendimento por profissional e a reduzida possibilidade de elaboração das intervenções e sistematização do trabalho.

A partir de (Moreira, 2009, p. 31), retomamos a atenção ao contexto de neoliberalismo imposto que, somado à conjuntura política, avança em propostas que resgatam e reforçam a decadência ideopolítica e social a nível nacional — sob a forma de congelamento de gastos em políticas como educação e saúde e a propagação da ideologia 'Escola sem Partido'.

Seguindo este raciocínio, De Azevedo *et al.* (2020, p. 360) reforça a importância de refletirmos sobre a educação no Brasil e a histórica volatilidade de sua estrutura frente aos interesses do capital: "Ao pensarmos na política educacional brasileira, logo lembramos das descontinuidades dos programas e projetos existentes, os quais se configuram ao sabor dos governos".

> Ao analisar os limites e perspectivas da política educacional brasileira, Saviani (2008) assevera que esta se conforma ante as decisões que o Estado toma em relação à educação, refletindo ao longo de seu percurso descontinuidades e rupturas, colocando duas limitações centrais para o avanço das políticas educacionais: a escassez de recursos e a sequência interminável de reformas, o que impede a solução definitiva de problemas que se perpetuam ao longo dos tempos (De Azevedo *et al.*, 2023, p. 360).

A saber, de acordo com relatório produzido pela UNESCO (2024), 251 milhões de crianças e adolescentes seguem sem acesso à educação no mundo. E isso dialoga diretamente com o exposto por Martins[8] (2009, p. 187) em um dos artigos analisados quanto à educação a nível Brasil, mas que podemos estender tal interpretação ao restante dos países considerando que tal acesso acompanha ou não a concretude do alcance dos interesses do capitalismo mundo afora: "ainda são condições escamoteadas na política educacional e tratadas como "oferta pobre para uma população pobre", não alterando o seu caráter compensatório, traço marcante das políticas sociais".

Neste sentido, concluímos que o modelo educacional atual implica no não acesso à educação, pública, gratuita, laica e de qualidade. E em acordo com tal apontamento, destacamos reflexões de dois artigos analisados que contribuem para tal perspectiva:

> O/a assistente social que atua no âmbito escolar precisa ter clareza das contradições supracitadas, percebendo como se conforma a política de educação em âmbito nacional, estadual e municipal; qual a concepção de educação adotada pela unidade de ensino ou secretaria de educação em que está lotado/a; quais as parcerias que podem ser administradas estrategicamente para o alcance dos objetivos profissionais; quais os recursos disponíveis e condições de trabalho postas. Enfim, o/a profissional precisa ter clareza de suas competências, atribuições e traçar um diagnóstico socioinstitucional, para, assim, projetar um plano de trabalho condizente

[8] Ao nos referirmos ao artigo escrito por Martins (2009) no presente trabalho descartamos que, este trata-se da análise da referida autora sobre o trabalho de assistentes sociais que atuam em escolas dos municípios paulistas. Nesse sentido, quando exposto ser sua reflexão sobre o trabalho, estará constando, do contrário, é a reprodução do trabalho de assistentes sociais identificadas na pesquisa realizada pela autora.

> com a realidade concreta (De Azevedo *et al.*, 2023, p. 366).
>
> É nesse embate que o assistente social e o psicólogo do NUPSE ao se depararem com a realidade das unidades escolares, têm um grande desafio, haja vista as densas tensões presentes no cotidiano de trabalho onde se exige o desenvolvimento de habilidades que possam, para além de romper com visões e práticas instrumentalizadas, contribuir para a superação da lógica excludente e desigual provocada pelo sistema capitalista (Ribeiro *et al.*, 2023, p. 325).

Sob a crítica ao modelo de universalização da educação na Constituição Federal de 1988, Feres, Abreu e Junior (2019) refletem sobre como esse direito social fundamental é instrumentalizado a fim de mascarar a realidade:

> [...] segundo Frigotto: "A universalização do acesso legitima a aparente democratização. O que efetivamente se nega são as condições objetivas, materiais, que facilitem uma escola de qualidade" (2006, p. 166). O direito à Educação passa a ser mensurado como valor de cidadania e dignidade da pessoa humana, itens considerados essenciais para a construção de um Estado Democrático de Direito. Contudo, esse salto de qualidade não ocorre de forma legítima, pois a não valorização dos profissionais da educação, a precariedade das escolas e a universalização do acesso sem uma ampliação da rede física, corroboram para o fracasso escolar atribuído, na maioria das vezes, aos alunos e seus problemas sociais (Feres; Abreu; Junior, 2019, p. 22).

Apesar de conceituar como problemas sociais as expressões da "questão social" vivenciadas pela comunidade estudantil, o recorte do artigo destacado nos traz elementos importantes para se pensar o contexto que se insere a categoria profissional de Serviço Social no espaço sócio-ocupacional da educação básica e seus rebatimentos sobre o exercício profissional do Serviço Social. Nesse sentido, tratando das condições *éticas e técnicas* para o trabalho de assistentes sociais nesse espaço sócio-ocupacional, identificamos as seguintes questões:

> A falta de espaços físicos adequados para atendimento, de carros para realização de visitas domiciliares, de investimentos específicos para desenvolvimento de projetos e baixos salários são vivenciados por todos os trabalhadores da educação [...] (Feres; Abreu; Junior, 2019, p. 20).
>
> [...] sem estrutura adequada, com escolas funcionando em espaços alugados, com salas mal adaptadas, com falta de bibliotecas, quadras e outros espaços importantes ao processo pedagógico (Feres; Abreu; Junior, 2019, p. 24).
>
> [...] estrutura física, tecnológica, material e humana fragilizada: espaços físicos e equipamentos em mal estado de conservação, insuficientes para a demanda do quantitativo de alunos; propostas pedagógicas sem atividades atrativas e práticas que estimulem a permanência; [...] salas de aula, refeitórios, bibliotecas, laboratórios de informática que estão inativos diante da escassez de recursos ou manutenção periódica (De Oliveira; Souza, 2023, p. 287).
>
> Após cada visita domiciliar, o Assistente Social faz a devolutiva para a direção da escola solicitante acerca das observações realizadas junto à família e arredores, bem como dos problemas e dificuldades que assolam a família naquele momento, das orientações proferidas e dos encaminhamentos efetuados. No caso dos CMEIs, a devolutiva ocorre mediante a descrição das condições socioeconômicas da família em Relatório Social [...] (Moreira, 2009, p. 169)

> [...] pudemos identificar que mesmo com as mudanças na estrutura física o Assistente Social não teria uma sala específica para desenvolver suas atividades (Silva; Barreto; Santos, 2015, p. 25).

Para além destes relatos de assistente sociais que apontam limites à realização do trabalho do Serviço Social na educação básica, o último artigo destacado nos chamou ainda mais a atenção, por simultaneamente defender a necessidade de condições éticas e técnicas para o exercício profissional ao passo que propõe a violação destas, com o uso de câmeras:

> [...] é necessário que a escola se torne um espaço apropriado para a inserção do Assistente Social. Para tanto a escola deve dispor de mecanismos que venham a legitimar a prática do profissional neste espaço sócio ocupacional. Isso porque a ausência de condições físicas e materiais impossibilitam a realização de uma prática profissional eficiente e eficaz. O que nos fez asseverar tal prerrogativa foram as experiências de estágio supervisionado na Escola Municipal Professor Azarias Santos, pois as instalações arquitetônicas não dispunham de uma sala própria que garantisse a inviolabilidade do local de trabalho, bem como, da autonomia, da privacidade e do sigilo profissional. A presença de câmeras de segurança também poderia ser somada aos equipamentos a serem incorporados no espaço reservado ao Assistente Social na escola. Essas teriam a função de auxiliar na segurança, tanto dos profissionais da escola, bem como do Assistente Social, quanto dos alunos. Para além de salas próprias e aparelhos de segurança a escola deve contar também com a presença de armários para arquivar documentos; um computador para melhor organização dos dados referentes ao seu público alvo; uma impressora que venha a colaborar com o tempo do profissional, visto que ele não precisará se direcionar a outros setores ou instituições para realizar suas impressões. A presença de um transporte dedicado às funções sociais da escola tornaria mais ágeis as ações do Assistente Social principalmente no que diz respeito às situações de alto grau de vulnerabilidade social que exigem rapidez. É importante ressaltar também a importância do uso de folhas timbradas para a legitimação do Assistente Social na escola, afinal a folha específica torna-se um documento "pessoal e intransferível" desse (Silva; Barreto; Santos, 2015, p. 36).

Portanto, contrários aos estabelecimentos de cerceamentos ao exercício profissional de assistentes sociais, destacamos aqui parte da Resolução do CFESS N° 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional de assistentes sociais.

> Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas: a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.
>
> Art. 3º - O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo.
>
> Art. 4º - O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais.
>
> Art. 7º - O assistente social deve informar por escrito à entidade, instituição ou órgão que trabalha ou presta serviços, sob qualquer modalidade, acerca das inadequações constatadas por este, quanto às condições éticas, físicas e técnicas do exercício

> profissional, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados.
>
> Parágrafo Primeiro - Esgotados os recursos especificados no "caput" do presente artigo e deixando a entidade, instituição ou órgão de tomar qualquer providência ou as medidas necessárias para sanar as inadequações, o assistente social deverá informar ao CRESS do âmbito de sua jurisdição, por escrito, para intervir na situação.
>
> Parágrafo Segundo - Caso o assistente social não cumpra as exigências previstas pelo "caput" e/ou pelo parágrafo primeiro do presente artigo, se omitindo ou sendo conivente com as inadequações existentes no âmbito da pessoa jurídica, será notificado a tomar as medidas cabíveis, sob pena de apuração de sua responsabilidade ética (CFESS, 2006).

No que tange à estrutura de técnicos atuantes na educação, identificamos em um artigo que dois municípios contam cada um com apenas um assistente social e um psicólogo para atender a toda demanda escolar e às creches (Martins, 2009). Já em outro artigo, identificamos que uma equipe de quatro assistentes sociais e quatro psicólogos atendiam "nove escolas de ensino fundamental I e II e dez centros infantis, totalizando a cobertura de aproximadamente 5.600 alunos na rede de educação municipal" (Ribeiro *et al.*, 2023, p. 319). Portanto, totalizando, em média, 700 discentes por profissional para atender/acompanhar.

Neste mesmo sentido de imposições de barreiras à realização do trabalho profissional, outro artigo expôs que 266 famílias foram atendidas pelo Serviço Social em um período de um ano e onze meses. Nesse ínterim, a partir de visitas domiciliares, foram elaborados e encaminhados em média de dois a três relatórios sociais por semana (Moreira, 2009, p. 169). Este apontamento nos gera preocupações frente à possibilidade de requisições institucionais em "dar resposta" aos atendimentos realizados, mas que em contrapartida, abre brechas para a reprodução de moralismo, generalizações, responsabilização dos sujeitos, dentre outras formas de mascarar a violação de direitos frente à impossibilidade de realizar um estudo social que seja capaz de ler a realidade em que se insere a pessoa atendida e elaborar intervenções alinhadas ao PEP.

Essa última determinação sobre as condições para a realização do trabalho esbarra em uma questão que se apresentou na análise dos artigos: *a sistematização do trabalho profissional*. Almeida (2011), ao refletir sobre a importância dessa dinâmica no processo de trabalho ressalta, em contrapartida, que este tem sido um desafio às assistentes sociais na atuação profissional:

> Registrar e refletir sobre nossa trajetória profissional tem sido um exercício demandado pela categoria e pelas instituições, como estratégia de construir e propor novos caminhos para a ação do serviço social, e consequente fortalecimento da profissão. A troca de experiência propiciada pelo processo de sistematização fomenta o debate das políticas sociais e o enfrentamento das questões sociais de forma coletiva, rompendo com o cotidiano de solidão institucional que muitos profissionais encontram. A sistematização do processo de trabalho contribui para o

> rompimento da individualização da ação profissional e aponta para a necessidade de inserção do profissional nas lutas sociais (Almeida, 2011 *apud* Abreu, 2021, p. 168).

Ainda quanto à sistematização do trabalho de assistentes sociais inseridos na educação básica, identificamos as seguintes elaborações a partir da análise dos artigos:

> A sistematização de experiências é uma tarefa necessária para os/as assistentes sociais em seus diversos espaços sócio-ocupacionais, pois é através dessa prática que lançam luzes sobre o real, vemos e avaliamos nossas ações e buscamos o aprimoramento dos nossos projetos e objetivos profissionais/institucionais. Contudo, sistematizar não é algo fácil, sobretudo ao pensarmos no nosso cotidiano profissional, permeado de demandas burocráticas e imediatistas (De Azevedo *et al.*, 2023, p. 368).

> Sistematizar o trabalho nos faz pensar, refletir sobre o que reproduzimos no cotidiano, e nos auxilia na percepção de que tipo de projeto apoiamos ou defendemos, ou seja, quais os projetos aos quais disponibilizamos nossa força de trabalho? Eles são conservadores ou progressistas? As ações no plano de trabalho têm relação com o Projeto Ético-Político profissional? (De Almeida *et al.*, 2023, p. 352).

> Conforme Almeida (2006, p. 403), "o esforço de sistematização não significa apenas a geração de dados e informações, mas um processo que envolve a produção, a organização e a análise dos mesmos a partir de postura crítico-investigativa" e, podemos acrescentar, compromisso ético-político do profissional (Moreira, 2009, p. 164).

No que se refere à qualidade, acesso e permanência à educação, Elson (2014) elabora uma crítica a organizações não governamentais na execução de programas sociais. Segundo a autora, ao submeter programas à privatização, que se move pela sanha do lucro, tem-se como consequência uma precarização generalizada do trabalho e trabalhadores, processo este que perpassa a autonomia profissional destes.

Portando, em contribuição ao trabalho de assistentes sociais nesta política reforçamos a importância da sistematização do trabalho enquanto possibilidade de elaboração, execução e crítica ao que tem sido executado[9], reorientando, pois, o exercício profissional aos fundamentos do PEP e na defesa intransigente do acesso por todas pessoas à educação enquanto um direito social, com sua qualidade, gratuidade e laicidade garantidas.

[9] Ver: Baptista, Myrian Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora, 2013. – (Série livro-texto; 1).

3. FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar uma reflexão acerca dos fundamentos do trabalho de assistentes sociais com famílias na educação básica, construída a partir da análise dos dados extraídos dos artigos, dando ênfase aos seguintes eixos temáticos de análise: a concepção de *objeto, objetivo*, bem como as *ações* empregadas no cotidiano profissional, suas *potencialidades,* as *requisições indevidas,* as *experiências positivas e negativas* identificadas, e, por fim, *contradições, desafios e possibilidades* para o trabalho profissional de assistentes sociais no âmbito da educação básica.

3.1 O Objeto e o Objetivo do Exercício Profissional na Educação Básica

Quanto ao ***objeto de trabalho*** de assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais da educação básica, identificamos uma diversidade de concepções. Do universo analisado, alcançamos a seguinte amostragem de definições: 4 artigos: Questão Social; 3 artigos: problemas (sociais); 1 artigo: Fatores psicossociais, culturais e econômicos; 1 artigo: Questão Social e sujeitos; 1 artigo: Problemas socioeducacionais; 1 artigo: A realidade vivida no território pelas famílias; 1 artigo: Questão Social/Problemas sociais; e 1 artigo: O emocional e o comportamento. Abaixo apresentamos as definições de acordo com a frequência de citação nos artigos analisados por meio de imagem.

Imagem 1: Objeto de trabalho

Fonte: própria (2025)

A partir da exposição quanto a definição do objeto de trabalho de Assistentes Sociais, concluímos que 46,15% se vinculam ao que podemos definir como o serviço social tradicional, conservador, tendo como objeto de trabalho os *problemas (sociais/socioeducacionais), o emocional, o comportamento e o psicossocial*. Outros 30,77% dos artigos consideram as expressões da "questão social" o objeto de trabalho de assistentes

sociais, alinhando-se assim à defesa do PEP. E por fim, 23,08% dos artigos apontam certo alinhamento com a perspectiva crítica da realidade social ao mencionarem *"questão social" e sujeitos, a realidade vivida no território pelas famílias e "questão social" e problemas sociais* como objeto de trabalho. Podemos considerar que a grande maioria, de certa forma, compreendem numa perspectiva crítica o objeto de trabalho. No entanto, não é possível afirmar tal exposto frente ao implícito alinhamento ao projeto profissional e/ou social da profissional no conteúdo dos artigos.

Segundo Vasconcelos (2015) no movimento histórico de surgimento, desenvolvimento e consolidação do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, de forma simultânea, constituíram-se "projetos/alternativas" que, por "escolha consciente ou não e/ou de forma eclética [...] nem sempre clara e conscientemente distinguidos(as)" (p. 293), orientam as intervenções profissionais de assistentes sociais a nível teórico-prático. Como destacou a autora, (2015, p. 293): "As fronteiras teóricas e ético-políticas entre esses projetos são bem delimitadas, a depender das referências teóricas e ético-políticas que os sustentam e que sustentam os sujeitos profissionais".

No entanto, ao refletir sobre o cotidiano profissional, a autora afirma que qualquer um desses projetos pode ser reproduzido através do mascaramento de suas finalidades. E que diante da dificuldade em materializar um exercício profissional crítico e anticonservador, assistentes sociais acabam por ceder ao ecletismo teórico; levando-as ao mesmo tempo que discursivamente defendem o projeto ético-político do Serviço Social, a incidirem em práticas e fundamentos conservadores na execução do trabalho realizado, afirmando, pois, que "na prática, a teoria é outra" (2015, p. 294).

Este ponto pode ser exemplificado a partir do diálogo com um dos artigos analisados, pois, frente a afirmação de uma concepção de objeto profissional crítica, incorre na inclusão da *indisciplina* como parte do universo a ser intervencionado.

> Ao longo destas quase duas décadas, a equipe de Serviço Social na Educação vem organizando seu trabalho tendo como objetivo intervir nas diversas expressões da questão social, consequentes das relações construídas na realidade social, que interferem no processo educacional, como por exemplo, violência, indisciplina, baixa frequência e evasão escolar (Feres; Abreu; Junior, 2019, p. 20).

Dessa forma, enfatizamos que existem na categoria profissional uma reprodução diversa de projetos profissionais, que surgem, se atualizam e/ou mesclam com outros. No entanto, no esforço em apontar o trabalho de assistentes sociais com famílias na educação básica, buscamos, apesar da não explícita afirmação de adesão a um projeto profissional, destacar

aqui, conforme reforça Vasconcelos, que é muito comum que as profissionais transitem entre um projeto e outro, reproduzindo inclusive conceitos teóricos divergentes do PEP.

Vale ressaltar que concluímos tal raciocínio a partir do conhecimento dos fundamentos dos projetos profissionais e das defesa mencionadas nos artigos que transitaram entre à manutenção do *status quo*, à psicologização e ajustamento social das pessoas atendidas, pelo entendimento que as expressões da "questão social" e problemas são sinônimos, bem como pelo debate sobre a garantia do respeito à diversidade humana e dos direitos humanos. Onde conseguimos identificar projetos profissionais diversos, entre eles: o projeto com influência da tradição marxista (PEP); o projeto de cariz tecnocrático; e o projeto assentado numa vertente neoconservadora.

O projeto de cariz tecnocrático, herdeiro da perspectiva modernizadora do Serviço Social (1960-70), é a expressão em projeto profissional repaginado sob a influência da "ofensiva neoliberal e reciclado por outras teorias sistêmicas-organizacionais" que estabelecem condicionantes à inserção da categoria profissional em instituições governamentais e controladas pelo capital, a fim de garantir a gestão da crise da oferta de proteção social em um processo de reprodução da despolitização das pessoas inseridas na política social e da "questão social" "como fruto da contradição capital/trabalho [...] a restrição da atuação profissional à operacionalização da complexa burocracia de acesso às políticas e serviços sociais e de cumprimento de condicionalidades" e a reprodução da noção de "vulnerabilidade e risco social [...] empoderamento [...] capital humano, capital social, exclusão social, fragilização de vínculos afetivos, famílias vulneráveis, "caso social" (Vasconcelos, 2015, p. 301).

> Noções recicladas e sustentadas em concepções pós-modernas que, recusando a perspectiva de totalidade, refletem propostas neoliberais que facilitam o caminho para uma atuação profissional, dentre outras coisas, centrada nas questões imediatas e focalizadas em indivíduos/grupos considerados "de/em risco", "vulneráveis" e não superexplorados. Uma atividade profissional que, ao mesmo tempo em que dá respostas às requisições do capital, despolitiza o acesso aos direitos; desmerece e restringe o espaço público no atendimento às necessidades essenciais das maiorias; obscurece a força coletiva ao favorecer, mesmo que indiretamente, a individualização das diferentes expressões da questão social, a criminalização e/ou cooptação de indivíduos, movimentos e organismos de representação dos trabalhadores. Uma atividade profissional, quase sempre involuntária e inconsciente (Vasconcelos, 2015, p. 301).

A partir dos artigos analisados extraímos dois exemplos de concepção de objeto de trabalho de assistentes sociais que exemplificam a reprodução do projeto de cariz tecnocrático, mas não só:

> A seletividade para o acesso da população às políticas públicas ainda é uma atividade predominante na profissão. Nesse sentido, a inserção do Serviço Social na

> educação municipal tem a intenção velada de amenizar, controlar os conflitos e tensões afloradas na contradição entre o direito à educação infantil, especialmente o atendimento de crianças de zero a três anos de idade em creches e a real situação desse âmbito de ensino que não dispõe de recursos suficientes de atendimento à demanda existente (Martins, 2009, p. 192).

> [...] supõe-se que os problemas socioeducacionais podem ser atenuados por meio da atuação interdisciplinar do profissional do Serviço Social, em conjunto com os demais agentes escolares. Acredita-se que a atuação do Assistente Social nas escolas poderá contribuir para a ampliação da política educacional, uma vez que em muitos momentos as questões sociais mais pertinentes não são trabalhadas pela escola (Campos; David, 2010, p. 270).

No que se refere ao projeto profissional de vertente neoconservadora, inspirado na epistemologia pós-moderna e disfarçado de prática tradicionais atualizadas, "oferece-lhes um discurso legitimador de natureza "cultural" a partir de "ações focais no marco de petições 'solidárias' e de 'parcerias' a todos os níveis, [...] respaldando o apelo à 'sociedade civil' e à 'cidadania'" (Vasconcelos, 2015, p. 304). Segundo a mesma autora, esse projeto profissional tem a adesão de parte expressiva da categoria — no entanto, não assegura a hegemonia .

> No âmbito da produção de conhecimento, os assistentes sociais que assumem e/ou se referenciam numa concepção pós-moderna partem da crítica ao marxismo por não "conseguir apreender e dar respostas às particularidades dos indivíduos" [...] São assistentes sociais que, *tomando o "psicossocial" como função e não como campo ou área de atuação e/ou psicologizando as expressões da questão social* (como na área da assistência social, da educação, do sócio-jurídico, por exemplo), realizam suas atividades e ações a partir e/ou com foco no "tratamento social" de indivíduos e famílias e/ou tratamento de doenças (físicas ou mentais); realizam suas atividades com foco na "Terapia Familiar", na "Terapia Comunitária", no genograma [...] Ou seja, práticas que, intencionalmente ou não, resultam não só em maquiar a pobreza e a miséria "em busca da cidadania", via acesso a direitos fragmentados e fragmentadores dos indivíduos, mas em disfarçar/ocultar a exploração do trabalho e a concentração da propriedade e da riqueza socialmente produzida (Vasconcelos, 2015, p. 305).

Este projeto profissional reivindica como premissa o "aperfeiçoamento do usuário" através de ações de prevenção, a remoção de bloqueios ao desenvolvimento individual, e o fomento às potencialidades individuais com base em recursos próprios ou do meio, a fim de contribuir para um ajustamento social que evite conflitos sociais (Vasconcelos, 2015, p. 311). Nesse sentido, apresentamos a seguir dois exemplos de manifestação do referido projeto profissional extraídos a partir dos dados analisados neste trabalho:

> *Os* problemas decorrentes das relações sociais dos indivíduos, de família, escola, trabalho, religião e outras que apresentem uma especificidade, pois a presença de uma deficiência além de provocar um abalo na estrutura, desencadeia nas próprias pessoas com deficiência, problemas no seu cotidiano. (Graciano *et al*., 1999 *In:* Furlaneto; Buffa; Da Silva, 2010, p. 180, grifos nossos).

> O Serviço Social [...] atua diretamente junto às famílias dos alunos que apresentam problemas de aprendizagem, problemas de higiene, de saúde e evasão escolar [...] atendendo também alunos vítimas de abuso sexual por parte de pais ou responsáveis e familiares com diferentes problemas de origem social, econômica, ou cultural (Moreira, 2009, p. 168).

Em contrapartida aos projetos expostos até aqui, também segundo Vasconcelos (2015, p. 297) há o projeto profissional com influência da tradição marxista, nomeado a partir de 1990 como Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro. Este projeto surgiu entre as décadas de 1970 e 1980, momento em que, em função da "intenção de ruptura", a categoria estabelece o enfrentamento e a denúncia ao conservadorismo na profissão que vão resultar na construção dos seguintes eixos basilares: o Código de Ética do/a Assistente Social, a Lei 8.662/1993 de regulamentação da profissão, o projeto de formação da ABEPSS e as resoluções e produções do conjunto CFESS/CRESS. Este conjunto que corporificam as dimensões teórico-metodológica e ético-política do exercício profissional apreendem:

> [...] os aspectos socializantes, emancipatório, revolucionário e anticapitalista [...] na busca de, concomitantemente, superar o conservadorismo histórico da/na profissão e favorecer processos de ruptura e a ruptura com a ordem do capital, rumo à emancipação humana. [...] Assim concebido, o projeto profissional impõe uma articulação orgânica e substantiva com a pesquisa e a produção de conhecimento, visto que a pesquisa se põe como elemento essencial nos papéis atribuídos e incorporados pela profissão. [...] impõe *também* uma articulação orgânica e substantiva com os movimentos, lutas sociais e organizações de representação dos trabalhadores nos seus diferentes segmentos, tendo em vista potencializar a formação, mobilização e organização dos trabalhadores e favorecer a luta coletiva anticapitalista e emancipatória (Vasconcelos, 2015, p. 298).

Desse modo, direcionamos nossa atenção às expressões da "questão social" que perpassam a vivência das pessoas atendidas pelo serviço social nos diversos espaços sócio-ocupacionais enquanto o *objeto de trabalho de assistentes sociais*. Segundo Horst (2023), as expressões da "questão social" podem se materializar em "violações aos direitos humanos e as desproteções sociais" (p. 128), e demarca ainda o necessário compromisso e atenção da categoria profissional quanto à compreensão da concepção de objeto de trabalho:

> Trata-se, pois, de demarcar o que nós, como assistentes sociais, nos propomos a atender, isto é, com quais expressões da "questão social" nos defrontamos e lidamos, para não incorrermos nos equívocos de acreditar que o objeto é: a política social; a proteção social, a família; risco e vulnerabilidade etc. (Horst, 2023, p. 129).

A partir do exposto por Netto (2011), entendemos que há no bojo da categoria, frente ao seu processo sócio-histórico de constituição enquanto uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e disputa ideopolítica na sociedade, um ecletismo teórico que orienta o entendimento da profissão, seu objeto de trabalho e intervenção profissional. Frente a isto, contrastamos tal equívoco com o intuito de conceituar o objeto de trabalho de assistentes sociais, em comprometimento ao que defende um dos artigos analisados: "*sob o* enfrentamento das expressões da questão social que tem se intensificado nas últimas décadas em virtude da ampliação da concentração de renda e do aprofundamento da desigualdade

social e que são refletidas, sobretudo, no contexto escolar" (Ribeiro *et al.*, 2023, p. 318, grifos nossos).

Conceitualmente, Yazbek e Iamamoto (2019) definem a "questão social" a partir da compreensão das contradições inerentes à sociedade de classes:

> [...] envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais. A gênese da "questão social" encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais (Yazbek; Iamamoto, 2019, p. 38).

Nesse sentido, ao refletirmos sobre as expressões da "questão social" que se expressam no cotidiano do trabalho de assistentes sociais na educação básica nos deparamos com questões como racismo, machismo, patriarcado, dentre outras violações de direitos, que exigem da categoria profissional uma conduta alinhada à viabilização de acesso a direito e aos princípios fundamentais do Serviço Social, estabelecidos no Código de Ética da profissão (Brasil, 1993), bem como no fomento ao respeito à diversidade humana (CFESS, 2011).

No que se refere ao ***objetivo do trabalho*** de assistentes sociais no espaço sócio-ocupacional da educação básica, também identificamos uma diversidade de concepções. No mesmo movimento da expressão de projetos profissionais do Serviço Social, orientados sob fundamentos distintos, identificamos na análise dos artigos que o objetivo do trabalho de assistentes sociais também é compreendido de formas diversas.

Segundo um dos artigos analisados, o objetivo do Serviço Social no contexto escolar de atuação com crianças com implante coclear é atuar no "processo de (re) habilitação das pessoas com deficiência auditiva" (Furlaneto; Buffa; Da Silva, 2010, p. 172). De acordo com as autoras, este objetivo se materializa a partir da contribuição na:

> identificação dos aspectos sociais, econômicos e culturais relacionados ao processo saúde doença buscando formas de enfrentamento individuais e coletivas para estas questões, como também mobiliza os recursos institucionais e comunitários no campo da assistência e desenvolvimento social, tendo como perspectiva a avaliação e a construção das políticas públicas que efetivem direitos básicos de cidadania (Furlaneto; Buffa; Da Silva, 2010, p. 172).

Entretanto, o mesmo artigo ressalta que a profissão tem como eixo basilar "a prestação de assistência social enquanto direito de cidadania" (Furlaneto; Buffa; Da Silva, 2010, p. 180). E ressalta ainda que o profissional inserido na equipe de reabilitação deve atuar na "[...] promoção e criação de serviços destinados, não só a ajudar pessoas incapacitadas a superarem os defeitos físicos e emocionais de sua incapacidade, mas [...] para influir na sociedade em

geral, no sentido de assegurar-lhes os direitos de cidadania" (Furlaneto; Buffa; Da Silva, 2010, p. 181).

Articulado a isso, identificamos a partir do artigo de Campos e David (2010), uma conexão com o artigo ressaltado anteriormente no que se refere ao objetivo da atuação da categoria profissional nas escolas:

> O Serviço Social pretende oferecer em suas ações justamente isso, a qualidade de vida para todos cidadãos, inclusive das populações menos favorecidas. [...] Nesta área, o assistente social atuará não como um professor primário, mas com um trabalho sócio-educativo e de reflexão da realidade vivida pelo grupo (Campos; David, 2010, p. 279).

A partir da delimitação exposta quanto ao objetivo do trabalho de assistentes sociais pudemos identificar a noção de *ajuda* permeando o fazer profissional, bem como o processo de *psicologização* dos sujeitos atendidos no que se refere *à deficiência*. Nessa mesma direção, ao ressaltar o objetivo do trabalho nesse espaço sócio-ocupacional, outros artigos expuseram em suas construções conceitos como situação de risco e vulnerabilidade social[10], reproduzindo, pois, a ideia de responsabilização e culpabilização dos sujeitos em detrimento da racionalidade crítica acerca da sociabilidade capitalista.

> [...] a atuação dos profissionais do NUPSE[11] no município possui um importante papel no que concerne a identificação das diversas vulnerabilidades psicossociais vivenciadas por alunos e suas respectivas famílias, bem como dos trabalhadores da educação e comunidade, com o objetivo de realizar intervenções necessárias às demandas apresentadas e na perspectiva de fomentar a articulação entre as equipes, a rede de educação e os demais serviços que operacionalizam as políticas públicas (Ribeiro *et al.*, 2023, p.. 320).

> O Serviço Social implantou um projeto de acompanhamento dos alunos que se encontram em situação de risco social ou vulnerabilidade temporária, em um dos municípios, realizando visitas domiciliares com o objetivo de garantir o retorno e a permanência da criança nas unidades educacionais, intervindo junto às famílias. Em outro município, há um sistema de gestão integrada que articula todas as secretarias municipais, efetivando ações que atendam principalmente às famílias (Martins, 2009, p. 191).

Em diálogo com o ajustamento social, identificamos também o estabelecimento de barreiras de acesso por parte de assistentes sociais através da imposição e reprodução de processos burocratizantes.

> A seletividade para o acesso da população às políticas públicas ainda é uma atividade predominante na profissão. Nesse sentido, a inserção do Serviço Social na educação municipal tem a intenção velada de amenizar, controlar os conflitos e tensões afloradas na contradição entre o direito à educação infantil, especialmente o

[10] Ver: SILVEIRA JÚNIOR, Adilson. Aquino. A assistência social e as ideologias do social-liberalismo: tendências político-pedagógicas para a formação dos trabalhadores do SUAS. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/browse?type=author&value=SILVEIRA+J%C3%9ANIOR%2C+Adilson+Aquino. Acesso em 25 de fev. de 2025.

[11] Núcleo Psicossocial da Educação.

> atendimento de crianças de zero a três anos de idade em creches e a real situação desse âmbito de ensino que não dispõe de recursos suficientes de atendimento à demanda existente (Martins, 2009, p. 192).

Na contramão do exposto, temos em vista o fomento a uma reflexão que se alinhe à formação continuada da categoria e que dialogue com os processos de trabalho que nos inserimos com o resgate dos fundamentos da profissão alinhados aos interesses da classe trabalhadora. Do contrário, como afirma Horst (2023), ao tratar do planejamento[12] como força motriz para o exercício profissional, bem como a intencionalidade depositada nas intervenções, sem uma estratégia ou direção pré-estabelecida o alcance aos objetivos esperados não se concretiza. Segundo o autor: "Essa parte é essencial com vistas, inclusive, a não resumirmos nosso trabalho à dimensão técnico-operativa. O objetivo, portanto, não pode ser realizar estudo social, realizar visitas" (Horst, 2023, p. 129).

Dessa forma, partimos do seguinte pressuposto no que diz respeito à compreensão do objetivo do trabalho de assistentes sociais no movimento de instrumentalização da política em que se insere o Serviço Social e na articulação com as demais políticas:

> Consideramos, pelo menos, três grandes objetivos do Serviço Social atrelados ao projeto ético político: a) viabilizar o acesso aos direitos sociais; b) contribuir nos processos de formação, mobilização e organização dos diferentes segmentos da classe trabalhadora; c) contribuir na construção de novos valores éticos (Horst, 2023, p. 129).

A importância do entendimento do modelo societário vigente, dos interesses da instituição empregadora, da concepção de família reproduzida, bem como outras determinantes que permeiam a leitura da realidade, devem ser lidas no exercício profissional como expressões da contradição sistêmica, possibilitando assim, por parte das profissionais, a elaboração de estratégias para conhecimento do modelo de relações sociais vigente, que permeado por interesses escusos e contraditórios, incide sob o território e as vivências dos sujeitos e famílias atendidas.

Nesse sentido, a partir do exposto nas citações a seguir, extraídas dos artigos analisados, buscamos confrontar o entendimento que assistentes sociais *garantem* acesso a direitos, bem como a perspectiva de trabalho que restringe as intervenções profissionais a dois eixos: aos limites estabelecidos pela política em que se insere a profissional e ao ajustamento social.

> O assistente social ao defender os direitos de todo e qualquer cidadão têm como princípio fundamental garantir suas necessidades básicas, como o direito à saúde,

[12] "Se, no projeto profissional, temos delineada a sociedade que queremos [...] é no planejamento que podemos, como assistentes sociais, identificar onde estamos, as possibilidades que se põem para caminhar na direção das finalidades que elegemos, assim como avançar das necessárias respostas focalizadas e pontuais às demandas dos trabalhadores e às requisições institucionais, para pensá-las, organizá-las e conectá-las à luta geral dos trabalhadores e demais lutas emancipatórias, como expresso no Código de Ética do Assistente Social, tendo como perspectiva o médio e longo prazo (Vasconcelos, 2015, p. 489).

> moradia, lazer, alimentação e a educação, entre outros. Inclusive, esta garantia está afirmada em nossas leis, como no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que exige a inclusão de toda criança e adolescente na escola (Campos; David, 2010, p. 279).
>
> Deste modo o Assistente Social é conclamado a intervir nos problemas sociais que agudizam a escola, na perspectiva de garantir o direito ao acesso, à permanência e ao sucesso do aluno nela (Silva; Barreto; Santos, 2015, p. 35).
>
> Nesse sentido, objetivou-se [...], relacionar a formação de grupos vivenciais, com características não coercitivas, ao favorecimento de habilidades sociais de estudantes do ensino médio de escolas públicas. A ênfase em contextos sociais valoriza aprendizagens que fundamentam, questionam e recriam valores culturais em uma perspectiva solidária (p. 559) *em fomento* a construção e o fortalecimento de habilidades sociais dos participantes (Darwich; Garcia, 2019, p. 562, grifos nossos).

Segundo Horst (2023, p. 132) no exercício profissional devemos nos ater inicialmente ao "objetivo geral e específicos do Serviço Social na política social, espaço sócio-ocupacional e/ou setor". Segundo o autor, essa substancial questão deve suscitar reflexões aos profissionais quantos aos interesses da instituição, do Serviço Social e dos usuários, para que, em um reforço aos reconhecimento das atribuições e competências do trabalho de assistentes sociais, estes não acabem reduzindo sua atuação apenas aos objetivos da instituição/política social. Portanto:

> Conseguir identificar com clareza os objetivos de determinada política social e os compromissos da instituição empregadora é o primeiro passo para que o/a assistente social possa construir/elaborar as finalidades específicas do Serviço Social no seu espaço sócio-ocupacional. Esse processo oferecerá ao/à profissional uma noção mais precisa das dificuldades e/ou facilidades que enfrentará no uso da sua autonomia relativa e na proposição das ações que deseja implementar (Silva; Paula; Silva, 2019, p. 198).

De acordo com Yazbek (2009), o Serviço Social foi regulamentado no Brasil através da Lei 8.662/1993 enquanto uma profissão liberal. No entanto, assistentes sociais são impedidos de realizar o trabalho profissional de forma autônoma em decorrência de não dispor "do controle das condições materiais, organizacionais e técnicas para o desempenho de seu trabalho" (p. 11)[13].

Em contrapartida, o fato de não deter o controle sobre as condições objetivas para a realização do trabalho, assistentes sociais contam como uma relativa autonomia — particularidade de profissões liberais — que se concretiza a partir da relação que se estabelece

[13] "Esses enquadramentos da intervenção muitas vezes obscurecem para o assistente social o fato de que sua atividade profissional se insere numa relação de compra e venda de sua força de trabalho, que se torna mercantilizada (mediante assalariamento), estabelecendo-se aí um divisor entre o trabalho profissional e atividade assistencial voluntária. Nesse sentido, o campo de trabalho do assistente social no mercado de trabalho se estabelece por meio de relações contratuais que vão definir as condições concretas do exercício profissional. O Serviço Social assume, neste contexto, um lugar no quadro das profissões justificado e legitimado particularmente pelo crescimento das instituições públicas geridas ou subsidiadas pelo Estado, que, conforme pesquisas recentes, até os dias de hoje, mantém a posição de maior empregador dos assistentes sociais no país" (Yazbek, 2009, p. 11).

com as/os usuárias/os, e da dimensão ético-política assegurada juridicamente e com o suporte do conjunto CFESS/CRESS que orientam tal exercício.

A autonomia profissional é relativa por depender da correlação de forças que se apresentam e se constroem no exercício profissional, obstaculizam ou possibilitam uma atuação alinhada ao Projeto Ético-Político. Frente a isso, ressaltamos duas reflexões identificadas na análise dos artigos que dialogam com o exposto: "[...] a direção do trabalho dos(as) assistentes sociais na escola é contribuir para o acesso e permanência dos estudantes nela, a qualidade do ensino e a gestão democrática. Essa tradução é realizada de determinada forma, a depender de com quem estamos dialogando" (De Almeida *et al.*, 2023, p. 334).

> É justamente essa teia de tensões, conflitos, incertezas e inquietações que nos faz, como profissionais de serviço social, não adormecer, ir à luta e sermos instigados (como sujeito histórico individual e coletivo) a contribuir na viabilização da garantia dos direitos fundamentais do ser humano, sobretudo, o direito à educação (De Oliveira; Souza, 2023, p. 285).

Na contramão do movimento hegemônico e resistente da categoria profissional do Serviço Social de alinhamento e comprometimento com os princípios fundamentais estabelecidos no Código de Ética, Yazbek (2009) nos alerta ao fato que a profissão "ainda mantém traços [...] em cuja origem estão presentes elementos vocacionais como: a valorização de qualidades pessoais e morais, o apelo ético, religioso ou político e o discurso altruísta e desinteressado" (p. 11), questão essa que dialoga com a disputa dos projetos profissionais pelo direcionamento dado à categoria, como apresentado anteriormente a partir de Vasconcelos (2015).

Isso posto, é imprescindível às assistentes sociais o conhecimento do processo de surgimento, desenvolvimento e consolidação do Serviço Social, bem como a construção da análise institucional ao se inserir em algum espaço sócio-ocupacional. Dessa forma, o trabalho realizado pode ser tensionado na direção do exposto acima, resistindo, portanto, às perspectivas de trabalho que visualizaram outros objetivos distantes da direção da profissão na contemporaneidade; como também as que preconizam que é tarefa da profissão garantir direitos (e não viabilizar o acesso), e se afastando do ecletismo teórico que fragiliza a intervenção profissional ao passo que caem em uma perspectiva fatalista.

3.2 Ações Empregadas no Cotidiano Profissional e o Dilema das Requisições Indevidas

Em sequência ao movimento aqui construído, partimos para a reflexão sobre as ações realizadas por assistentes sociais e as requisições indevidas recebidas no espaço sócio-ocupacional da educação básica. Antes de refletir sobre o trabalho propriamente dito, tratemos brevemente sobre a necessidade de entendimento e aprofundamento constante no

cotidiano sobre as dimensões que compõem o fazer profissional de assistentes sociais: as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. Para tanto, em meio à exposição e defesa de um exercício alinhado ao Projeto Ético-Político, logo, combativo à tendência familista, dialogamos em um movimento dialético, com as ações profissionais apresentadas nos artigos analisados.

Compreendemos as dimensões que materializam o exercício profissional de assistentes sociais enquanto uma unidade/totalidade indissociável:

> Como uma totalidade composta por partes que se integram, se autoimplicam e se autoexplicam, a profissão tem várias dimensões as quais não existem isoladas, nem se estruturam de forma hierárquica, ainda que cada uma possua uma função como totalidade parcial na constituição da totalidade maior que é a profissão (Guerra, 2023, p. 44).

Ao tratar da ***dimensão teórico-metodológica***, Guerra (2023) afirma que as intervenções profissionais de assistentes sociais são atravessadas por fundamentos teórico-metodológico e ético-político que orientam as respostas dadas a uma parcela de necessidades sociais. Tendo como pressuposto para leitura do trabalho do Serviço Social a partir de bases e fundamentos histórico-ontológicos, a autora reforça que as dimensões teórico-metodológica e ético-política explicam a constituição e existência da profissão e dá a direção social estratégica (Guerra, 2023, p. 44). Ainda segundo a autora, as intervenções profissionais se orientam a partir de um "*porquê*" e "*um para que*". Bases estas que, arraigadas em fundamentos e valores, implícitos ou explícitos, conscientes ou não, corporificam, materializam o trabalho de assistentes sociais (Guerra, 2023, p. 46).

Além disso, essa dimensão se estrutura em fundamentos que nos permite realizar a leitura da realidade, do projeto profissional ao qual alinhamos, do projeto da instituição a qual nos inserimos, do projeto societário vigente e o que almejamos. E em reforço a isso, após destacar os fundamentos que comumente orientam o trabalho de assistentes sociais no Brasil, a autora destaca a Teoria Social de Marx como a fundamentação que nos permite a "ir além da aparência fenomênica do real e *alcançar* a lógica que estrutura a realidade em que vivemos, *atuando e modificando*, não exatamente como contemplado idealmente em nossos projetos, mas sempre os tendo no horizonte da nossa intervenção social e profissional" (Guerra, 2023, p. 52, grifos nossos).

Portanto, dialogando com definição da dimensão teórico-metodológica que nos possibilita interpretar essa realidade a partir de fundamentos histórico-ontológicos, destacamos um trecho de um artigo analisado que expressa a importância dada à leitura da realidade como forma de planejar e executar as ações profissionais:

> Foram utilizados como principais aportes metodológicos um amplo arsenal teórico capaz de propiciar uma leitura crítica da realidade e ainda, sob o ponto de vista prático, a vivência dos profissionais do NUPSE no seu campo de trabalho; as análises da realidade social baseada nos atendimentos realizados a alunos e suas famílias; as intervenções/articulações realizadas junto à rede; a participação em estudos de casos com a rede intersetorial e com a própria equipe do NUPSE; reuniões com a gestão escolar; diálogo com profissionais da educação, dentre outros (Ribeiro *et al.*, 2023, p. 319).

Quanto à ***dimensão ético-política***, Eiras (2023) faz um resgate histórico para apontar as mudanças e fundamentos atuais que constituem tal dimensão à profissão no Brasil. Segundo a autora, a partir do Movimento de Reconceituação da profissão na América Latina, a vinculação do Serviço Social ao "projeto hegemônico das classes dominantes e a concepção de neutralidade política" tais aspectos passaram a ser problematizados no seio da categoria, a fim de ressaltar que "toda ação profissional tem uma dimensão política" (p. 60). Eiras ainda afirma que:

> Tais questionamentos abriram a possibilidade de vislumbrar a dimensão ético-política da ação profissional, ou seja, o sujeito profissional não é neutro, e ao agir, coloca em movimento um conjunto de referências, valores morais e posicionamentos políticos. Ainda que tal posicionamento seja afirmar a "neutralidade", ele contém uma dimensão de escolha e uma orientação política (Eiras, 2023, p. 60).

Com o Movimento de Renovação do Serviço Social no Brasil, "houve uma ruptura com o conservadorismo e tradicionalismo, também no plano político-organizativo. Tal ruptura está presente na adesão da profissão às pautas dos movimentos sociais progressistas no âmbito das lutas da classe trabalhadora". Esse movimento significou à profissão avanços ético-políticos e jurídico-normativos, materializados no Código de Ética Profissional de 1986, e aprimorado em 1993 a partir da "fundamentação ética, vinculando-se os valores e o "dever-ser" aos princípios fundamentais, norteados pela perspectiva da emancipação humana" (Eiras, 2023, p. 62).

> Nesse processo, a profissão foi incorporando, complexificando e explicitando posições no campo político brasileiro e internacional, defendendo pautas progressistas que adensam as lutas no campo dos direitos sociais, nas disputas entre as classes, e contribuem no debate sobre a composição da classe trabalhadora, desde sua configuração diferenciada de gênero e diversidade sexual, étnico-racial, geracional, endossando o compromisso com a emancipação humana, com o pluralismo e o respeito à diversidade, e com a democracia. Concomitante ao posicionamento ético-político, o Serviço Social em nosso país adensou e aprofundou o conhecimento teórico-metodológico para a compreensão da ética profissional em uma perspectiva histórica, enraizada nas questões contemporâneas, no atual estágio de desenvolvimento do ser social. Assim também, as conquistas e articulações advindas deste posicionamento ético-político progressista e emancipatório, alimentou-se e aproximou a profissão dos grupos sociais que lutam para avançar nesta direção, na disputa pelos direitos humanos em uma perspectiva de ampliação da cidadania, nas contradições estruturais da sociedade capitalista (Eiras, 2023, p. 63).

Por fim, a autora nos provoca à reflexão: “Diante dessas questões, a dimensão ético-política nos interpela: a que lutas e a qual projeto societário iremos nos vincular enquanto sujeitos profissionais?” (Eiras, 2023, p. 73).

No que se refere à ***dimensão técnico-operativa***, De Paula (2023, p. 79) ressalta que o trabalho de assistentes sociais contribui no processo de reprodução social, materializando especificamente nesta dimensão citada, a “operacionalidade que se remete ao “*o que fazer*” e “*como fazer*””.

> Desse modo, quando a ou o assistente social se depara com uma demanda – apresentada pela usuária ou pelo usuário – ou requisição – colocada pela instituição, a primeira pergunta que deve ser feita é: “por quê?”. Ou seja, devemos nos indagar sobre o porquê de estarmos sendo acionadas e acionados naquela situação? Por que a ação profissional da ou do assistente social se apresenta como importante naquela circunstância? Qual é a raiz desta demanda ou requisição? Que fenômeno está por traz desta requisição ou demanda? Ao perguntar “por que”, estamos acionando, colocando em movimento a dimensão teórico-metodológica que compõe a nossa ação profissional, pois estamos buscando compreender o fenômeno que provocou a necessidade da nossa intervenção. Perguntar “por que” nos leva a um exercício de análise da realidade. Então, a maneira como a gente interpreta a requisição ou a demanda que nos chega está ancorada, está fundamentada no conhecimento teórico-metodológico que a gente acumulou, na nossa bagagem de conhecimento. E essa bagagem se constrói por meio do estudo, da leitura e da capacitação (De Paula, 2023, p. 80).

Nesse sentido, partindo do movimento teleológico prévio à intervenção propriamente dita no exercício profissional, De Paula (2023) ressalta tais pontos como fomento à reflexão da intencionalidade do trabalho em alinhamento ao projeto profissional que aqui defendemos. E além dos questionamentos “para que” e “por que”, que se apresentam no momento de elaboração da intervenção profissional, Yolanda Guerra (2012, p.43) destaca o questionamento “com o que fazer”, considerando assim os “meios, recursos e através de que mediações ou sistema(s) de mediações)” (*apud* de Paula, 2023, p. 81).

Isso posto, percebemos que assistentes sociais, conscientes ou não, inevitavelmente expressam as dimensões do trabalho em suas intervenções no exercício profissional e destacamos que, apesar de imprimir o reconhecimento social da profissão, a dimensão técnico-operativa por si só é insuficiente para dar respostas às requisições direcionadas ao Serviço Social.

De acordo com Santos *et al*. (2012), essa dimensão é composta pelas ações profissionais propriamente ditas, mas também pelos instrumentos, as técnicas e os procedimentos que compõem e materializam tais ações. “São elementos que contribuem na passagem do objetivo profissional – a finalidade ideal – para a materialização da ação – a concretização do real. [...] E se os instrumentos são, por natureza, neutros, as escolhas das e dos assistentes sociais não são.” (*apud* De Paula, 2023, p. 87).

Além disso, De Paula (2023) se vale da reflexão de Mioto (2009), quanto à necessidade de avaliarmos o tipo de abordagem para as intervenções profissionais, que podem ser individuais ou grupais/coletivas. Segundo a autora, tal apontamento de Mioto dialoga com o expresso por Santos e Noronha (2010), pois, ao optar por um instrumento, este precisa necessariamente estar alinhado à ação o objetivo para a intervenção profissional, não podendo portanto, serem tomados de forma isoladas: "são elementos relacionais: o instrumento está sempre relacionado à técnica e vice-versa" (Santos; Noronha, 2010, p. 48 *apud* De Paula, 2023, p. 87)."

Ainda segundo De Paula (2023), instrumentos, técnicas, estratégias e táticas são componentes que estruturam a dimensão técnico-operativa. "As técnicas são as habilidades necessárias ao "trato" dos instrumentos" (p. 88), que se aprimoram à medida de sua instrumentalização. Já as estratégias e táticas contribuem para a "concretização das ações profissionais se aproxime ao máximo das intencionalidades da e do assistente social. Pensar em estratégias e táticas supõe pensar na organização do trabalho sistematicamente realizado, na busca da superação do instituído no cotidiano profissional." (p. 90).

Portanto, brevemente expostas as dimensões do exercício profissional, tratemos das ***ações realizadas*** nas escolas por parte de Assistentes Sociais identificadas na pesquisa. De treze artigos analisados, apenas *um* não expôs tal informação. As ações realizadas por assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais identificadas abarcam, em síntese geral, a seguinte listagem de intervenções profissionais:

- Prestar orientações aos responsáveis;
- Realizar de oficinas temáticas, com base em dinâmicas de grupo;
- Elaborar projetos de intervenções para fins da realização de ações com a comunidade escolar;
- Realizar visitas territoriais;
- Elaborar planejamento pedagógico;
- Realizar reunião com conselhos escolares;
- Realizar reunião com os responsáveis;
- Realizar encaminhamentos para a rede socioassistencial;
- Contribuir na formulação do Regimento Interno;
- Supervisão de estágio em Serviço Social;
- Atendimento e acompanhamento aos discentes e suas famílias;
- Participar de reuniões com a gestão escolar;
- Realizar articulação em rede;

- Elaborar de relatórios e/ou pareceres técnicos;
- Elaborar ações que contribuam com o processo de inclusão e permanência dos/as alunos/as com deficiências e dificuldades de aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar;
- Fomentar de espaços de escuta e diálogo para o compartilhamento das demandas vivenciadas entre os profissionais no âmbito escolar;
- Realizar avaliação socioeconômica;
- Realizar pesquisa sobre a população atendida;
- Realizar ficha de anamnese de discentes;
- Organização de diversas festas e campanha do agasalho;
- Controle nutricional e de peso das crianças;
- Atendimentos individuais das mães;
- Fortalecer a gestão democrática da educação;
- A efetivação do processo seletivo para inclusão das crianças em creche;
- Administração de vagas em creches;
- Formação de funcionários da rede municipal de ensino;
- Verificação de denúncias sobre mães trabalhadoras que se encontram desempregadas; Crianças com escabiose (sarna); Falta de higiene pessoal (sujeira e piolho) e na moradia.

Os dados acerca das ações realizadas por assistentes sociais na educação básica revelam, assim como temos identificado anteriormente, uma atuação ampla e diversificada, neste caso, marcada pelo fortalecimento de vínculos, suporte socioeducativo e articulação com políticas públicas. Além disso, observa-se que muitas dessas intervenções são materializadas no cotidiano profissional permeadas pelo imediatismo imposto pelas instituições e pelo desconhecimento do objeto de trabalho, do objetivo, e das atribuições e competências do Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional.

Destacamos inicialmente um dos artigos analisados, escrito por Eliana Martins (2009), que apresenta o resultado de uma pesquisa sobre o trabalho de assistentes sociais na educação básica de municípios paulistas. Segundo a autora (Martins, 2009, p. 188), em três de seis municípios analisados, as assistentes sociais realizam as seguintes ações: “palestras para os pais; visitas domiciliares, quando necessárias; encaminhamento da família aos recursos da comunidade; ficha de anamnese dos alunos; organização de diversas festas e campanha do agasalho; controle nutricional e de peso das crianças”.

Além disso, é válido destacar as campanhas e ações realizadas em conjunto com

psicólogas, enfermeiras e médicos: “orientação dos pais; atendimentos individuais das mães, quando necessários”. Este último nos desperta atenção por dialogar com o reforço aos papeis de gênero e atribuição do cuidado e educação das crianças/adolescentes às mulheres. Quanto ao exposto, ao refletir sobre as intervenções das assistentes sociais, Martins (2009, p. 188) infere:

> [...] as ações desses municípios são isoladas, pulverizadas, sem planejamento, e a maior parte do atendimento é realizada mediante demandas espontâneas trazidas pelos usuários das unidades educacionais. Portanto, há uma visão individualizada das demandas, demonstrando a dificuldade de o profissional tomá-las como coletivas e dar-lhes visibilidade ao interesse dos usuários. A explicitação da prática profissional não demonstra que os assistentes sociais reconhecem a instituição educacional como um espaço contraditório, que implica correlações de forças historicamente determinadas, em que os usuários podem deter uma parcela do poder, devendo o assistente social atuar no sentido de fortalecer este poder. Em um dos municípios, o assistente social coordena a creche, realizando atividades administrativas e burocráticas, porém sem uma perspectiva de totalidade. Ainda em outro município, o Serviço Social [...] viabiliza ações nas creches e pré-escolas municipais. Porém, de acordo com a própria descrição do assistente social, essas ações são pontuais e estão restritas à triagem para transporte dos alunos e inserção das crianças nas creches e pré-escolas. Constata-se que os profissionais não utilizam os conhecimentos dos avanços teóricos da profissão, principalmente após o processo de ruptura, e das leis específicas que regulamentam a educação infantil na efetivação da prática profissional. Percebe-se que a prática profissional do assistente social é fragmentada em diversas ações que visam atender às demandas emergentes, requeridas principalmente pela instituição para a qual trabalham.

Identificamos a partir do apontado por Martins (2009), dilemas da categoria em assegurar suas atribuições e competências no exercício profissional através da compreensão das dimensões que o sustentam, orientam e o materializam. Nesse sentido, assim como apontado por Horst (2023, p. 130):

> [...] é importante delimitar o que compete ao Serviço Social no espaço sócio-ocupacional partindo das premissas já indicadas pela legislação e incorporando, desde que coerentes com nossas defesas, o previsto na instituição. Trata-se de uma estratégia para não nos resumirmos ao profissional do “não”, nem do profissional “faz de tudo”, pois ambas as tendências prejudicam a profissão, sendo necessário pensar formas alternativas de responder e enfrentar as requisições indevidas e conservadoras.

Por outro lado, ainda tratando dos destaques a partir de Martins (2009), em outro grupo de três municípios, denominado pela autora ‘grupo A’, o Serviço Social é integrado à estrutura educacional para atuação direta nas creches e em ações de assessoria, trabalhando de forma conjunta com pedagogos/as e psicólogos/as. As atividades realizadas buscam envolver os/as educadores/as, alunos/as e famílias. São estas:

> [...] projetos sociais envolvendo famílias, professores e funcionários das unidades educacionais; projeto de formação continuada com educadores e funcionários, visando a valorização pessoal e profissional além de propiciar a integração da equipe; reuniões técnicas com a equipe; orientação e acompanhamento do conselho de escola e associação de pais e mestres; trabalho socioeducativo com famílias, denominado Projeto Escola de Pais, trabalhando temas de interesse das famílias que

> contribuem para a formação de uma visão crítica, principalmente em relação à educação dos filhos; realização de oficinas temáticas com funcionários; realização do cadastro socioeconômico das famílias, visando a classificação por prioridade para inscrição nas creches – discussão com a equipe técnica; elaboração do plano anual do trabalho da equipe técnica; trabalho com as famílias visando a permanência nas unidades educacionais dos alunos em situação de risco social ou vulnerabilidade temporária com acompanhamento por meio de visitas domiciliares, denominado Projeto Acolhe; interação com a comunidade, com a realização de cursos para empregadas domésticas e oficinas de trabalhos manuais oferecidas pelos pais no espaço escolar e aberto a toda a comunidade; encaminhamentos aos recursos da comunidade visando atender principalmente às necessidades básicas das famílias (Martins, 2009, p. 189).

Destacamos duas questões a partir do exposto: por um lado, a intervenção limitada e burocratizante em relação ao acesso à creche, definido por prioridade, por outro, a realização do planejamento do trabalho com a equipe técnica. Estes destaques nos fazem refletir sobre a adesão aos projetos profissionais pela categoria no âmbito da educação básica que podem tanto dialogar com uma perspectiva mais conservadora, quanto com uma perspectiva crítica.

A partir das ações identificadas no artigo de Martins (2009), destacamos aqui algumas que não traduzem atribuições e competências de assistentes sociais e/ou que contribuem para uma imagem social da profissão que reforça o assistencialismo: 1) atendimento individual aos alunos e às famílias encaminhadas pelo conselho tutelar ou aquelas cujos filhos apresentam algum problema psicológico; 2) administração de vagas em creches; 3) visitas domiciliares visando à concessão de benefícios.

Além destas, elencamos outras duas ações que se apresentaram no trabalho realizado por assistentes sociais nas escolas paulistas, mas que por falta de descrição dos objetivos compreendemos que podem se alinhar com uma perspectiva conservadora. São essas: articulação estreita com o conselho tutelar e acompanhamento de casos emergentes.

No que se refere à administração de vagas nas creches por parte de assistentes sociais é válido o destaque de Martins (2009) quanto à elaboração de um estudo que mapeia a demanda reprimida, destacando inclusive a localidade em bairros, a fim de contribuir no planejamento municipal de construção de novas creches. Segundo a autora: “Esta experiência demonstra que a prática profissional contém um constituinte político na medida em que atua como condição inibidora ou estimuladora sobre o potencial político da base popular” (Martins, 2009, p. 193)

Em contrapartida, destacamos ações realizadas por assistentes sociais que dialogam com a perspectiva defendida pelo PEP: encaminhamento aos recursos da comunidade; plantão social fornecendo orientações gerais de acordo com as necessidades apresentadas pelos usuários; pesquisa visando a elaboração do perfil da população escolar; elaboração e execução

de projetos e programas visando atender às demandas [...]; integração da equipe e das famílias nas unidades educacionais; participação em comissões e projetos da secretaria da educação; articulação da educação e com outras políticas sociais, inclusive através de projetos sociais; efetivação de planejamento estratégico na rede municipal de ensino; atividades socioeducativas e formação continuada de educadores e funcionários; atuação conjunta no processo de inclusão social; e) orientação aos conselhos de escola e associações de pais e mestres. A partir da pesquisa por ela realizada, Martins (2009) conclui que:

> Portanto, fica explícita, para a educação infantil, a existência de um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social visando implementar ações não exclusivamente educativas e nem prioritariamente assistenciais, mas socioeducativas. O assistente social poderá viabilizar a articulação da política de assistência social, da saúde e da educação visando garantir o atendimento nos aspectos físico, social, intelectual e emocional das crianças de zero a seis anos de idade e suas famílias, principalmente aquelas vulnerabilizadas pela pobreza (Martins, 2009, p. 194).

Isso posto, seguimos os destaque de ações de assistentes sociais a partir da análise dos outros artigos. Articulado ao exposto por Martins (2009), no que se refere à atuação conjunta ao Conselho Tutelar, De Azevedo *et al.* (2023, p. 369) ressaltam a Busca Ativa Escola (BAE), ação específica do Serviço Social que tem como objetivo "somar esforços para diminuir os índices de evasão", em que contam com a parceria do Conselho Tutelar "para os casos mais específicos [...] garantindo assim, o acesso e permanência de crianças e adolescentes no ambiente escolar". As autoras do artigo ressaltam ainda que, "essa busca ativa não aconteceu de forma fiscalizatória, punitiva e/ou meramente burocrática. Mas sim, como forma de reaproximar os estudantes e seus familiares do espaço da escola", questão esta que reconhecemos sua importância frente ao caráter punitivista e familista que infelizmente tal instância de controle social por vezes reproduz[14].

> Nesse tempo foram evidenciadas as dificuldades que a maioria dos estudantes tiveram no acesso ao referido ensino, ou seja, mesmo com todo esforço e compromisso da escola em se reinventar para atender às crianças e adolescentes, esbarrava na principal dificuldade: a falta de instrumento para o acesso e permanência ao ensino remoto. [...] Ademais, foram efetivadas conversas com os pais ou responsáveis, através de reuniões, ligações, mensagens no aplicativo WhatsApp, escuta da equipe de especialistas com agendamento presencial, plantões pedagógicos por turma, no final do bimestre (De Azevedo *et al*.,2023, p. 369).

Em vista disso, quanto ao projeto e às ações realizadas pelo Serviço Social nas escolas do município de João Pessoa (PB) — descritas no artigo em questão —, para além das condições objetivas das famílias e instituição para o atendimento que impõe limites à realização das intervenções profissionais das assistentes sociais, destacamos duas ações que

[14] Essa percepção dialoga com as experiências identificadas pelo autor deste trabalho em processo de estágio supervisionado em Serviço Social.

nos despertou atenção: as intervenções realizadas de forma *on-line* e o plantão pedagógico.

O primeiro destaque nos faz refletir sobre as condições éticas e técnicas para o exercício profissional que inclusive estabelece o dever profissional e direito da pessoa atendida quanto a garantia de sigilo profissional[15]. Por outro lado, quanto aos plantões pedagógicos, por falta de descrição aprofundada quanto à intervenção, o apontamento pelas autoras nos faz pensar que as assistentes sociais estão realizando atividades de atribuição da pedagogia.

Ademais, sinalizamos a seguir outras ações realizadas pelo Serviço Social a partir de De Azevedo *et al.* (2023): a contribuições na formulação do Regimento Interno e projeto pedagógico; supervisão de estágio em Serviço Social; plano de trabalho profissional; desenvolvimento do projeto Bullying não é Brincadeira, bem como o Projeto Liderança Estudantil. Articulado ao exposto anteriormente, quanto à importância da leitura da realidade para compreensão e intervenção sob esta, destacamos o artigo produzido por Campos e David (2010):

> Com o intuito de acompanhar e orientar essas famílias o assistente social realiza a cada dois meses reuniões de subgrupos com as 155 famílias atendidas, divididas em grupos menores. [...] Tais reuniões ocorrem sob a responsabilidade da assistente social, que procura orientar, esclarecer sobre direitos, deveres e abordar temas de interesse para o exercício da cidadania e de convivência familiar em sociedade. [...] A profissional colabora e participa das reuniões, palestras que ocorrem na instituição e contribui organizando palestras educativas e preventivas de acordo com o diagnóstico da realidade, que obtém com o contato permanente com as famílias através das visitas domiciliares e atendimentos individualizados. Ademais encaminha aos serviços públicos e acompanha a execução dos serviços prestados conforme a demanda (Campos; David, 2010, p. 285).

Além das ações já apresentadas, Ribeiro *et al.* (2023) destacam no artigo ações coletivas, em fomento à participação familiar e em articulação com demandas que comumente são temas urgentes à comunidade escolar:

> [...] realização de atividades socioeducativas dentro de sala de aula e encontros coletivos com as famílias; realização de campanhas de prevenção aos mais diversos temas, como o enfrentamento da violência sexual contra criança e adolescente; combate ao bullying, a importância do investimento à primeira infância; combate ao trabalho infantil; discussão sobre saúde mental, dentre outros (Ribeiro *et al.*, 2023, p. 324).

Neste mesmo sentido de intervenções coletivas, Abreu (2021) destaca tal enfoque em oficinas temáticas realizadas com o público de um projeto realizado na escola em que atua, tendo como objetivo "aprofundar e ampliar a 'intelectualidade' de cada indivíduo" (Gramsci, 2004, p. 19 *apud* Abreu, 2021, p. 181).

> [...] o projeto trabalhou com os estudantes, durante as rodas de conversa, os temas relacionados à etnia e gênero de forma crítica. [...] A inserção do assistente social neste enfoque através de oficinas temáticas, onde o profissional teve como proposta

[15] Ver: Resolução CFESS N° 493/2006.

> trabalhar a qualidade de vida dos jovens inseridos no projeto Protejo. Dentro deste contexto foi trabalhado com base em dinâmicas de grupos: assuntos referidos a família, prevenção, violência, escolhas, comunidade, escola, entre outros temas geradores que perpassam estes [...] (Abreu, 2021, p. 175).

No que tange às ações profissionais que tem como objetivo a identificação do perfil das pessoas atendidas, ressaltamos aqui a importância de nos atentarmos ao combate ao ajustamento social que frente ao moralismo pode se expressar em meio à intervenção. Em movimento contrário, Darwich e Garcia (2019) destacam em artigo próprio uma ação desenvolvida de forma coletiva com adolescentes de escolas públicas que tinha como objetivo:

> [...] a realização de atividades estruturadas que reproduzem situações cotidianas, de modo que mudanças pessoais decorram das experiências compartilhadas. Ressalta-se, no entanto, que a proposta é voltada à criação de vínculos com características opostas à coerção presente em diferentes contextos sociais, como comumente é o caso do ambiente escolar (Darwich; Garcia, 2019, p. 559).

As autoras destacam ainda que tal proposta parte do pressuposto de que "trocas não coercitivas representam e favorecem a adoção de posturas socialmente habilidosas [...]" (Darwich; Garcia, 2019, p. 559). Questão essa que não traz à tona atribuições e competências do Serviço Social, mas que pode traduzir o alinhamento a um projeto profissional que desconsidera as determinações do atravessamento das expressões da "questão social" sob a vivência e permanência dos alunos nas escolas, e tem como enfoque no trabalho o comportamento dos sujeitos alicerçados na perspectiva da resiliência.

Isso posto, tratemos, portanto, das ***requisições indevidas*** direcionadas a assistentes sociais inseridas na educação básica que identificamos a partir da análise dos artigos.

De acordo com Guerra (2024, p. 2), ao tratar do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, assistentes sociais são chamados, independentemente do espaço sócio-ocupacional, a "operar alguma mudança, ainda que pontua, parcial, superficial ou temporária, na situação demandada". Nesse sentido, trazendo à análise para o âmbito do trabalho de assistentes sociais na educação básica, compreendemos a partir da autora que a determinação estatal para uma atuação da referida categoria sob intervenção em "situações que colocam em risco o ordenamento socioeconômico e político constituído" dialoga diretamente com as requisições para "controle, vigilância, ajustamento e adaptação do usuário".

Neste contexto, em diálogo com Vasconcelos (2015), apesar da defesa do projeto profissional ao que se vinculam e tem como referência — que destacamos aqui ser o Projeto Ético-Político —, assistentes sociais são permeadas por um sentimento de incapacidade de enfrentamento propositivo e criativo frente às requisições institucionais no sentido do trabalho

estabelecido pelo PEP, em tensionamento aos interesses da classe trabalhadora. Como afirma a autora, este sentimento pode ser explicado por falta de embasamento teórico e/ou insegurança dos princípios ético-políticos que, consequentemente, levam-as a ceder às exigências burocráticas, reduzindo, pois, o exercício profissional no cumprimento de condicionalidades estabelecidas pela política em que atuam.

Em contraposição a esta fragilidade teórica e de fundamentos por parte de assistentes sociais em exercício profissional, Guerra (2023, p. 54) ressalta:

> Tendo em vista que a formação profissional se encontra ancorada em determinada concepção materialista da história, é de grande importância trazer para a história a noção de ruptura, de devir. A ausência dessa discussão sobre a concepção de história tem levado estudantes e profissionais a uma atitude fatalista, de finalismo na história, não percebendo que é possível a construção de formas de resistência no cotidiano, de buscar alternativas às requisições institucionais e às respostas previamente elaboradas no âmbito das políticas sociais. A utilização do método dialético crítico e suas categorias centrais: totalidade, contradição e mediação, na análise da realidade social não é algo aleatório. Requer aprendizagem gradual, sistemática e permanente, o que remete à responsabilidade da formação profissional em fornecer as condições e possibilidades. É fundamental que a formação municie as e os profissionais de fundamentos críticos que lhes permitam construir alternativas de respostas profissionais às atuais requisições institucionais das políticas e dos serviços sociais que implementam, as quais sugerem pautas, protocolos e metodologias de intervenção. Por vezes, nosso trabalho se realiza moldado por plataformas ou aplicativos, os quais assumem uma aparente neutralidade, mas carregam a lógica dos algoritmos a serviço da valorização do capital.

Frente a isso, destacamos aqui, em diálogo com as requisições indevidas identificadas na análise dos artigos, as determinações[16] das requisições institucionais que precisam ser compreendidas no exercício profissional, bem como a imagem social da profissão que estas reproduzem.

Partimos deste último apontamento, pois, segundo Guerra (2024), ao analisar a relação da imagem e autoimagem do Serviço Social é possível compreender as determinações e interesses que permeiam as requisições institucionais. A autora afirma ainda que a imagem social da profissão "é aquela que advém da sociedade em geral, dos empregadores e usuários" (p. 4), ou seja, a percepção que se tem sobre o que é trabalho de assistentes sociais.

---

[16] "[...] é preciso estudar as tendências mais gerais do capitalismo, a divisão sociotécnica, sexual e racial do trabalho, o trabalho assalariado, o estranhamento e a alienação pelo trabalho, as diversas formas de exploração da força de trabalho, as particulares formas de produção do valor na atual fase do capitalismo, dentre elas o aprofundamento da tendência de eliminação da força de trabalho, as mutações sociotécnicas operadas com a introdução da tecnologia e a perda de controle sobre o trabalho como referencial teórico bibliográfico da pesquisa em curso, pois todas essas determinações manifestam as demandas das classes que chegam à profissão como requisições institucionais. Contudo, dados os limites desta comunicação e os seus propósitos, nos restringiremos a problematizar dois aspectos que se relacionam intrinsecamente: o significado histórico da profissão, sua imagem e autoimagem e sua relação com as requisições institucionais; a natureza das requisições, suas configurações atuais, particularmente em relação a precarização estrutural do trabalho e das requisições oriundas das TIC e os desafios que daí decorrem" (Guerra, 2024, p. 3).

Apesar do Movimento de Reconceituação e de Renovação do Serviço Social, seguimos, há décadas, enfrentamento no cotidiano profissional o rançoso histórico das protoformas da profissão que se orientavam sob a perspectiva dos valores da Igreja Católica, e que segue, por vezes, alimentando a imagem socialmente tida da profissão por empregadores e pessoas atendidas. Segundo Verdès Leroux, 1986 *apud* Guerra, 2024, não é possível afirmar que essa perspectiva de atuação alinhada às práticas de ajuda e filantrópicas deixaram de existir no exercício do Serviço Social, mas sim, que estas práticas se desenvolveram a ponto de alimentar uma imagem social desta alinhada à "prática de ajustamento, como uma tecnologia de controle do social" (p. 5).

Isso posto, destacamos ainda a partir de Guerra (2024) que as requisições institucionais direcionadas a assistentes sociais, inclusive no âmbito da educação básica, mesclam-se com o exposto anteriormente a uma perspectiva terapêutica/psicossocial, e materializam-se comumente na forma de: "trabalhar questões de indisciplina com alunos, comunicar suspensão da visita, intervir em briga de alunos (mediar conflitos), trabalhar questões de saúde mental dos alunos na perspetiva terapêutica" (p. 7).

Quanto à requisição para intervenção de assistente sociais sobre questões como indisciplina, destacamos a partir de Moreira (2009) sua reflexão que dialoga com o exposto em relação à imagem social da profissão. A autora afirma que face ao olhar coletivo da equipe escolar e o que estes entendem ser objeto de trabalho de assistentes sociais, questões como "infrequência, indisciplina, dificuldade de aprendizagem e violência no cotidiano escolar" (p. 21) são direcionadas ao Serviço Social.

Além disso, a partir dos artigos analisados identificamos outras requisições indevidas, as quais podemos sumariamente categorizar como: 1) atribuições da área da saúde; 2) administrativa; 3) familista e/ou policialesca; 4) tecnocrática; 5) higienista; 6) outros.

Na primeira categoria temos os seguintes exemplos: controle nutricional e de peso das crianças (Martins, 2009); orientação de "pais sobre aspectos relacionados à deficiência auditiva, fornecer material atualizado de leitura, visando aumentar o conhecimento sobre a área, buscar a participação completa no processo terapêutico [...]" (Furlaneto; Buffa; Da Silva, 2010, p. 179); e, "crianças com escabiose (sarna)" (Moreira, 2009, p. 177). Consideramos tais intervenções como requisições indevidas, frente ao fato de assistentes sociais não terem na formação profissional a capacitação necessária para tais atendimentos, o que diretamente nos impede de tratar de alguns quadros de saúde das pessoas que atendemos, principalmente na educação.

Na segunda categoria: "*coordenação* de creche, realizando atividades administrativas e burocráticas [...]; elaboração de ficha de anamnese de alunos" (Martins, 2009, p. 188, grifos nossos); e, administração de vagas em creches (Martins, 2009, p. 202). Além de sermos contrários ao estabelecimento de barreiras de acesso aos direitos, tais intervenções não configuram atribuições ou competências profissionais de assistentes sociais por sequer demandar formação profissional para tal.

Na terceira categoria: a realização de "atendimentos individuais das mães, quando necessários" (Martins, 2009, p. 188) e verificação de denúncias sobre mães trabalhadoras que se encontram desempregadas (Moreira, 2009, p. 169). A partir destas ações procuramos suscitar a reflexão sobre a responsabilização de mães no que se refere aos cuidados e processo educacional de crianças e adolescentes, bem como caráter policialesco que acompanha o segundo apontamento.

Na quarta categoria: visitas domiciliares visando à concessão de benefícios (Martins, 2009, p. 202). Frente a esta intervenção, suscitamos o seguinte questionamento para fomentar a reflexão acerca das inúmeras possibilidades de construção junto à(s) pessoa(s) atendida(s): Para além do benefício eventual, considerando as dimensões do exercício profissional e objetivos do trabalho, com o que o Serviço Social pode contribuir?. Aqui é preciso denunciar um instrumento como a visita domiciliar ser vinculada a uma intencionalidade de acesso ou negação de direitos, retirando de profissionais a autonomia para decidir sobre as técnicas e instrumentos que podem acionar na construção de relatórios e estudos sociais.

Na quinta categoria: falta de higiene pessoal (sujeira e piolho) e na moradia" (Moreira, 2009, p. 177). Considerando o avanço nas diretrizes e bases para a formação profissional em Serviço Social e o posicionamento contrário a práticas higienistas em acordo com o PEP, não identificamos a partir do exposto formas de contribuição da profissão, apenas um reforço da imagem social desta arraigada pelos fundamentos de sua protoforma.

E por fim, na sexta categoria, sem que se faça necessário argumentação sobre a não atribuição ou competência de assistentes sociais para tal: organização de festas (Martins, 2009, p. 188).

Isso posto, apresentamos em contrapartida ao exposto uma afirmação identificada em um dos artigos analisados: "Desse modo, cabe ao profissional de serviço social delimitar suas atribuições privativas, buscando garantir as limitações de seu campo de atuação, evitando assim, a diluição de atribuições ao trabalhar em equipes multidisciplinares" (De Azevedo *et al.*, 2023, p. 361).

Nesse sentido, considerando as reflexões de Guerra (2024) acerca do atravessamento da compreensão das atribuições e competência por parte de assistentes sociais, que somada a sua capacidade de assegurar os fundamentos da profissão e compreensão dos limites impostos pela autonomia relativa, permite à categoria o enfrentamento às requisições indevidas:

> Identificamos alguns tensionamento entre as atribuições privativas, competências e as requisições institucionais. Entendemos que é esse tensionamento que coloca a possibilidade de as profissionais enfrentarem essas requisições, mas não de forma individual e aí entra o papel dos conselhos e demais entidades organizativas. Consideramos que é preciso reconhecer que o estudo cuidadoso e rigoroso das requisições institucionais nos indica os desafios da que a profissão, em suas instâncias de representação, tem pela frente, pois, sabemos que não basta que as assistentes sociais estejam conscientes de suas competências e atribuições se quando as requisições institucionais se confrontarem com elas não existir um acúmulo de forças sociais para dar suporte às profissionais atuarem individualmente (Guerra, 2024, p. 14).

Tendo como ponto de partida o nosso objetivo na identificação das ações realizadas por assistentes sociais com famílias, destacamos aqui o que podemos tomar como eixo central para pensarmos as intervenções junto às famílias na educação básica: "[...] o grande desafio ainda presente na prática profissional do Serviço Social na Educação é fomentar o diálogo entre a família e a escola" (Moreira, 2009, p. 179).

> Do mesmo modo, faz-se necessário ressaltar a importância da continuidade do trabalho com as famílias, pois este permite a construção de vínculos, sem os quais não se consegue penetrar no universo complexo (cultural, afetivo, social, psicológico, além do econômico) que configura o contexto familiar, o que dificulta a prática profissional e seus desdobramentos (Moreira, 2009, p. 179)

Além disso, refletindo sobre as ações já empreendidas em outros espaços sócio-ocupacionais e na defesa da importância do Serviço Social nas escolas, Silva, Barreto e Santos (2015) ressaltam a importância de compreender os limites ao trabalho de assistentes sociais nesse espaço a fim de elaborar estratégias para realizar um trabalho alinhado ao PEP:

> As ações desenvolvidas pelo profissional de Serviço Social na escola devem ir além das práticas que já são desenvolvidas em outros espaços sócio-ocupacionais, como por exemplo, visitas domiciliares, encaminhamentos e orientações sociais, para assim legitimar e tornar a seu trabalho indispensável à escola. Para que a atuação do Assistente Social possa ir além das práticas que já vêm sendo e que podem ser desenvolvidas dentro da escola por outros profissionais [...] é necessário que o profissional de Serviço Social entenda os problemas que estão postos na sociedade; compreenda o alcance das estratégias econômicas empreendidas pelo capital financeiro, rompendo assim com os entraves postos; reoriente as ações em torno de valores culturais; busque um projeto societário calcado na coletividade, mas privilegiando o indivíduo, equipando-se de condições reais; e por fim, articule propostas e ações efetivas que estimulem a integralidade do ser humano." (Silva; Barreto; Santos, 2015, p. 35).

Nesse sentido, apresentadas as ações identificadas a partir desta pesquisa, traçamos, portanto, o direcionamento dado às intervenções profissionais de assistente sociais na educação básica e no trabalho com famílias, não desconsiderando os limites impostos ao

exercício profissional, mas certamente, o compromisso firmado com a classe trabalhadora a partir do Código de Ética de 1993. Portanto, segundo o Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Federal de Psicologia (2021) essas são as ações estabelecidas para o trabalho de assistentes sociais e psicólogas na educação básica:

> 1. Contribuir com o direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola com a finalidade da formação dos estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade;
>
> 2. Contribuir para a garantia da qualidade dos serviços aos (às) estudantes, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do (a) adolescente, contribuindo assim para sua formação, como sujeitos de direitos;
>
> 3. Atuar no processo de ingresso, regresso, permanência e sucesso dos/as estudantes na escola;
>
> 4. Contribuir no fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na escola;
>
> 5. Contribuir com o processo de inclusão e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar;
>
> 6. Criar estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de risco, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar;
>
> 7. Atuar junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais, como a própria educação;
>
> 8. Fortalecer e articular parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos/as estudantes;
>
> 9.Realizar de assessoria técnica junto à gestão escolar, bem como participar dos espaços coletivos de decisões.
>
> 10. Contribuir em programas, projetos e ações desenvolvidos na escola que se relacionem com a área de atuação;
>
> 11. Propor e participar de atividades formativas destinadas à comunidade escolar sobre temas relevantes da sua área de atuação;
>
> 12. Participar de ações que promovam a acessibilidade;
>
> 13. Contribuir na formação continuada de profissionais da rede pública de educação básica (CFESS/CFP, 2020, p. 31 *apud* Férriz; Rosa, 2024, p.5).

Em suma, ressaltamos que a atuação de assistentes sociais na política de educação básica envolve a realização de pesquisa sobre realidade social da comunidade e público atendido, a identificação das expressões da "questão social" para elaboração de intervenções articuladas ao PEP, a promoção de ações coletivas e grupais, em estímulo à participação popular às instâncias de controle social, e em articulação com a redes de serviços existente no

território de atuação (CFESS, 2023).

3.3 Limites, Desafios e as Potencialidades do Exercício Profissional na Educação Básica

A partir da reflexão quanto às intervenções realizadas por assistentes sociais na educação básica, destacamos neste subtópico potencialidades ao trabalho que foram identificadas na análise dos artigos. A saber, destacamos a dimensão educativa enquanto eixo fortalecedor ao alcance dos objetivos apresentados anteriormente, o fomento à cultura e a contribuição e fomento às instâncias de controle social neste espaço sócio-ocupacional.

Como ponto de partida, destacamos a importância da formação continuada como eixo basilar ao enriquecimento das capacidades de assistentes sociais na leitura da realidade. Este ponto fulcral dialoga diretamente com o 'papel educativo' apresentado por Martins (2009) que compreendemos como expressão uma das dimensões ao exercício profissional, para além daquelas expostas anteriormente, a *dimensão pedagógica*:

> [...] o papel educativo do assistente social é no sentido de elucidar, desvelar a realidade social em todos os seus meandros, compartilhando informações que possibilitem à população ter uma visão crítica que contribua com a sua mobilização social visando à conquista de seus direitos (Martins, 2009, p. 213).

Em reforço a essa capacidade profissional em contribuir para a mobilização social em prol do acesso a seus direitos, a partir de uma perspectiva crítica da realidade, rememoramos o destaque feito anteriormente quanto à análise institucional e territorial, movimento de construção este indispensável às assistentes sociais ao se inserirem em um espaço sócio-ocupacional. Esse processo reflexivo proporciona aos profissionais compreenderem a instituição a qual se inserem, os objetivos desta, as determinações do território quanto às expressões da "questão social", a cultura local e perfil do público atendido, pois, desta forma, se torna possível a elaboração de estratégias ao alcance dos objetivos profissionais alinhados aos interesses deste último.

> Tratar estas requisições de forma coletiva requer da equipe uma sistematização da prática e avaliar as respostas que o Serviço Social vem produzindo neste "chão da escola" e identificando como a dimensão pedagógica da profissão pode trazer um diferencial neste processo de trabalho. Afinal, a área educacional apesar de suas contradições se constitui num fecundo espaço profissional se considerarmos não apenas o que está "instituído" tais como as regras, as formas de organização, as leis, mas por aquilo que podemos instituir com a nossa capacidade técnica, teórica e política junto a comunidade escolar (Feres; Abreu; Junior, 2019, p. 32).

Ademais, esse movimento contribui para o fortalecimento profissional na defesa dos fundamentos do exercício profissional, podendo abarcar, inclusive — e é o que defendemos sob alinhamento ao PEP —, uma concepção de educação para além do capital. A partir da concepção de trabalho e educação, alinhados à perspectiva da educação popular, assistentes

sociais podem contribuir para a construção de valores ético-críticos a partir das vivências e reconhecimento da realidade do público atendido. Nesse sentido, a partir de dois artigos analisados nesta pesquisa, ressaltamos a experiência com o projeto Protejo (Elson, 2014), bem como a atuação em uma comunidade escolar camponesa (Abreu, 2021).

Em fomento ao "reconhecimento e valorização sócio-histórica e cultural da comunidade camponesa e, estimulando-os para conhecerem sua história e valorizar a cultura camponesa", Abreu (2021) destaca a experiência de uma assistente social quanto ao projeto de intervenção e pesquisa realizados no ano de 2016 e 2017, na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ), com discentes do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública:

> Concluímos que o trabalho realizado na escola potencializou o desejo de valorização dos saberes e da cultura local através do diálogo com outros sujeitos da práxis educativa: estudantes, moradores mais velhos e educadoras/es. Na festa da cultura popular camponesa - compreendendo a escola como instituição histórica - foi possível transformá-la em espaço de expressão cultural comunitária. Os pais e avós participaram como protagonistas, sujeitos sociais e históricos, expressando seus versos, danças, música, objetos, saberes e sua cultura (Abreu, 2021, p. 184).

Isso posto, destacamos também as expressões de controle social identificadas nos artigos analisados, a fim de contribuir para o fomento das instâncias de participação popular nas tomadas de decisões, desta forma, dialogando com os interesses da população. A partir do universo de análise, identificamos que dos treze artigos, cinco não apontaram nenhuma instância de participação popular nestes espaços político-sociais e um destacou a participação da instituição de atuação no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do município (CMDCAF), mas não informou instâncias de controle social interno a mesma (Campos; David, 2010).

Em contrapartida ao exposto, destacamos na sequência algumas experiências profissionais nesse ínterim, tendo como ponto de partida um destaque do CFESS:

> A atuação profissional de assistentes sociais na defesa dos processos de gestão democrática da escola e da própria Política de Educação não pode estar dissociada, portanto, dos processos de luta pela democracia numa sociedade profundamente desigual e na qual parte das pautas e das preocupações que historicamente constituem a agenda de luta de classe trabalhadora vem sendo paulatinamente ressignificada no âmbito de uma pedagogia que assegure a hegemonia do capital financeiro. Atuar nesta direção traz como desafios o reconhecimento dos vínculos entre a dinâmica própria aos estabelecimentos educacionais, seus diferentes sujeitos singulares e coletivos e os processos políticos que particularizam a luta pela democracia na sociedade brasileira, com os traços que forjaram nossa cultura política. As ações profissionais não se sustentam, neste sentido, sobre quaisquer discursos vazios de significado, conquanto desancorados das práticas concretas dos sujeitos coletivos (CFESS, 2012. p. 48).

Destacamos novamente o artigo escrito por Eliana Martins (2009) que, ao apresentar um compilado sobre a análise do trabalho de assistentes sociais na educação básica de municípios

paulistas, evidencia experiências quanto ao controle social. Segundo a autora, dos três municípios que atendem exclusivamente à educação para pessoas com deficiência(s), "somente um deles há uma intervenção em relação ao Conselho de Escola e à Associação de Pais e Mestres" (p. 212).

Em crítica à perspectiva de trabalho de assistentes sociais que atuam no âmbito da educação básica, Martins (2009) menciona a importância da manutenção desses espaços de tomada de decisões de formas estratégica para a articulação coletiva para um gestão democrática para mobilização das famílias e a favor da luta pela qualidade do ensino:

> Constata-se que o fortalecimento da gestão democrática não foi alvo de investimentos por parte dos profissionais. Democratizar as relações de poder no interior das escolas é um exercício de participação, é um passo importante para mobilizar a consciência crítica e participativa da população, e em especial das famílias, muitas vezes subalternizadas pela própria condição social e de dominação cultural que a sociedade lhes impõe (Martins, 2009, p. 198).

Segundo (Moreira, 2009), em diálogo com o exposto por Martins (2009) sobre a possibilidade de ampliação da participação familiar nas escolas e reivindicações pela melhoria da qualidade de ensino, a autora destaca que "faz-se necessário o fortalecimento destes Conselhos em todas as escolas municipais, bem como a formação continuada para os conselheiros e para a equipe gestora de cada escola" (p. 171). E em reforço disso, outro artigo ressalta a importância da atuação de assistentes sociais nesses espaços: "Dentro de sentidos e lógicas polissêmicas, o Assistente Social articula ações coletivas que garantam a participação da população na formulação, deliberação e fiscalização das políticas educacionais" (Silva; Barreto; Santos, 2015, p. 38).

Em contrapartida ao apresentado, um dos artigos analisados denuncia em suas elaborações a violação da gestão democrática no que se refere à eleição de direção escolar no municípios de Campos dos Goytacazes (RJ): "[...] no fim do ano 2014 um decreto da prefeita torna sem efeito as nomeações que passaram pelo processo seletivo e durante o ano os diretores foram sendo colocados no cargo, mas sob a indicação de vereadores" (Feres; Abreu; Junior, 2019, p. 30). Retroalimentando assim, a dinâmica de coronelismo que se expressa até os dias atuais em diversas políticas públicas.

Nesse sentido, como forma de manutenção desse *status quo*, qual seja, a não participação popular nas instâncias de tomada de decisões, identificamos também a falta de condições objetivas e incentivo por parte da gestão escolar para com a comunidade discente que acarreta no não funcionamento do controle social na instituição (Feres; Abreu; Junior, 2019, p. 30).

Na contramão dos esforços empreendidos contrários à participação popular e em

diálogos aos interesses da comunidade estudantil e classe trabalhadora, tencionamos para que o exercício profissional de assistentes sociais contribua para tal, pois, como afirma De Almeida *et al.* (2023) em um dos artigos analisados: "Temos clareza de que uma gestão democrática não se materializa somente pela presença de assistentes sociais; não há essa ingenuidade, mas compreendemos que podemos contribuir ou tensionar para que essa importante dimensão seja considerada" (Almeida *et al.*, 2023, p. 335).

Dessa forma, sob o enfrentamento às dinâmicas que se impõem ao exercício profissional de assistentes sociais nas educação básica a sua redução interventiva orientada pelo imediatismo, destacamos, a partir das reflexões de De Paula (2023), o horizonte para o trabalho alinhado ao PEP:

> Um caminho promissor para a materialização desta articulação entre as necessidades cotidianas e as contradições gestadas pelo contexto social gerido pela ordem do capital é o investimento nas atividades coletivas. Detectar focos de resistência dos trabalhadores e colocar-se a serviço destes no seu processo de mobilização deve constituir-se em atribuição privilegiada das e dos assistentes sociais. [...] Segundo Iamamoto (2000), faz-se urgente e necessário que as e os assistentes sociais rompam com atividades burocráticas e rotineiras, construindo um exercício profissional que ultrapasse o leque de atividades preestabelecidas. É preciso elaborar projetos e saber negociálos. É importante perceber que as possibilidades estão dadas na realidade. Cabe à e ao assistente social apropriar-se dessas possibilidades e transformá-las em frentes de trabalho (De Paula, 2023, p. 90)

Dessa forma, a autora destaca ainda que os profissionais que buscam ir além das exigências do mercado — e aqui podemos incluir as requisições exclusivas das instituições — precisam compreender e estimular no público atendido a dimensão crítica frente às ideologias dominantes, pois, ao desenvolver essa perspectiva, contribuem para que a comunidade estudantil e classe trabalhadora as transformem em motor de sua ação transformadora, que articulada ao trabalho do Serviço Social, viabiliza o acesso "às reais necessidades sociais – materiais e sociopolíticas – das trabalhadoras e dos trabalhadores atendidos pelo Serviço Social" (De Paula, 2023, p. 90).

Sendo assim, destacamos as ***experiências positivas e negativas*** identificadas no trabalho de assistentes sociais a partir da análise dos artigos.

Iniciando pelas ***experiências positivas***, destacamos inicialmente que categorizamos como 'experiências positivas' toda intervenção profissional que alinhada ao Projeto Ético-Político consegue concretizar ações que galgam caminhos em um movimento de articulação das dimensões do exercício profissional, em especial a pedagógica, alimentando um potencial de inspiração para a categoria profissional que atua na educação básica.

Isso posto, cabe ressaltar que três artigos do universo de análise não apresentaram experiências positivas. Isso não diz diretamente sobre a inexistência de ações alinhadas ao

PEP, mas apenas não sobressaiu das orientações expressas pela categoria profissional. Como ponto de partida, gostaríamos de ressaltar o reconhecimento do trabalho de assistentes sociais.

A partir de um dos artigos (Furlaneto; Buffa; Da Silva, 2010) conseguimos perceber a importância do Serviço Social no âmbito da educação no que tange à articulação com a rede e famílias a fim de contribuir para a viabilização de acesso ao direito à educação, ressaltando inclusive as instituições que, frente à particularidade da deficiência auditiva, teriam condições objetivas e técnicas para receber discentes PcD's. Outra questão que destacamos é a dimensão de enfrentamento ao preconceito expresso em dois dos artigos analisados:

> Destaca-se a importância do profissional não julgar o sujeito e este posicionamento faz com que sua ação tenha maior repercussão, receptividade e maior impacto na realidade, além de aproximar dos usuários, que se sentem respeitados. Não culpando o indivíduo e apreendendo a trama das relações envoltas a ação profissional tem maior alcance (Campos; David, 2010, p. 290).

> Em relação ao preconceito, o depoimento abaixo transcrito *de assistente social* exemplifica e demonstra a imperiosa necessidade de um processo de reflexão com os educadores para repensar a relação que estabelecem com os alunos e famílias, numa esfera de confronto de valores. Eu percebo que muitas vezes o educador vê o aluno como um marginal em potencial, porque dentro da sala de aula ele tem problemas de disciplina, por exemplo, ou porque ele conta histórias de violência. Então o professor já coloca uma tarja e muitas vezes o próprio professor não percebe que faz isso. Então parece que, em determinados momentos, ele esquece que está diante de uma criança de sete ou oito anos de idade. Então nós procuramos trazer o contexto da vida do aluno e da família para dentro da escola, para discutirmos com o professor. Esta discussão é socializada para com o professor, o coordenador pedagógico, o diretor e o assistente social, assim organizamos propostas de desenvolvimento para os alunos respeitando os seus valores culturais (Martins, 2009, p. 210, grifos nossos).

Em diálogo com o exposto, nos apoiamos nas reflexões de Barroco (2016) que ao tratar do combate ao preconceito no exercício profissional de assistentes sociais expõe a essencialidade dessa reação que permeia as relações sociais. Alicerçado no senso comum, a autora destaca que o preconceito é inerente à vida cotidiana e que a "a heterogeneidade, a imediaticidade, a empiria e a ultrageneralização da vida cotidiana" (p. 11) estruturam tal modelo de interpretação do real arraigados em "juízos imediatos".

> O preconceito é expressão das relações conservadoras da sociabilidade burguesa e de seu individualismo, que, por sua vez, remete à exploração, cada vez mais bárbara, do trabalho pelo capital. A banalização destes fundamentos representa um desvalor, que emerge nas mais diferentes formas da vida cotidiana, e o desafio do seu enfrentamento deve provocar, na categoria de assistentes sociais, processos de autorreflexão, com vistas a uma intervenção profissional marcada por ações emancipatórias, na perspectiva de outra ordem societária (Barroco, 2016, p. 5).

Em outro artigo, identificamos a expressão e defesa da educação popular no trabalho profissional. Ao tratar de uma atuação na perspectiva da formação e inclusão, Elson (2014) ressalta a importância da dinamicidade e esforço em traduzir a proposta pedagógica para a

realidade vivida pelos discentes em uma dinâmica, contribuindo assim para o conhecimento e reflexão crítica sobre suas vivências. Segundo a autora:

> A proposta da metodologia da educação popular é trabalhar com os jovens na visão reflexiva levando-os a serem críticos diante daquilo que lhes era apresentado. No início eles queriam respostas prontas e conceitos, mas quando era proposta uma construção do conceito através das representações que fazem sentido para eles o trabalho fluía e os argumentos e questionamentos não faltavam de ambas as partes, educandos e Assistentes Sociais (Mediadores) (Elson, 2014, p. 179, grifos nossos).

> Durante a oficina de Qualidade de Vida foi proposto atividades em grupo, algumas individuais, mas sempre trazendo para o grupo a finalização da atividade, alguns momentos foram realizadas visitas na comunidade com o intuito de despertar um olhar investigativo e integrador, foram visitados locais para lazer e infraestrutura no geral. Com base na metodologia no *início* do projeto alguns jovens declararam em uma das dinâmicas propostas em aula o que pensavam sobre o tema, não era preciso se identificar apenas escrever sobre: - A aula de hoje foi bem legal, conhecemos uns aos outros se apresentando para a turma. E fizemos cartazes falando sobre qualidade de vida. Passeamos pelo bairro *para* conhecer o que tem em volta dele [...] (Elson, 2014, p. 192, grifos nossos).

Elson (2014) afirma ainda que para fomentar a autonomia e o interesse em conhecer o território por parte dos alunos, propôs aos mesmos uma dinâmica de elaboração de uma cidade/bairro fictícia(o), "e o que seria o ideal para se viver com qualidade e respeito aos direitos dos cidadãos" (p. 194).

> As histórias de vida que os educandos apresentaram em seus relatos, tinham a ver com as suas *vivências* ou de pessoas próximas a eles, no entanto, em cima de cada tema sempre se buscou respostas ou soluções para os paradigmas, contextualizando-os com base na política de assistência e inclusão propostas pelo governo federal para intervenção. Neste viés trabalhou-se durante o projeto a reflexão - *crítica* dos usuários visando o conhecimento e a autonomia social dos mesmos." (Elson, 2014, p. 194, grifos nossos).

Em diálogo com o exposto, Ribeiro *et al.*, (2023) também destacou uma experiência profissional que tinha como um dos objetivo o fomento à comunidade estudantil pelo conhecimento do território em que estão inseridos. Segundo a autora, os profissionais do Núcleo Psicossocial da Educação (NUPSE) deram início a um processo de mapeamento da realidade escolar, buscando compreender o contexto em que a comunidade escolar está inserida. Para isso, realizaram uma observação detalhada das instalações físicas da escola, dos recursos humanos disponíveis e das bases curriculares adotadas, a fim de construir uma análise situacional. Além disso, mapearam o território ao redor da escola para aprofundar o conhecimento sobre sua localização e as influências do ambiente externo.

Paralelamente, foram conduzidos estudos sobre o perfil socioeconômico e familiar dos alunos, possibilitando uma caracterização mais precisa da comunidade escolar. Também foi feito um levantamento das principais demandas existentes, permitindo a sistematização dos dados coletados. Esse processo teve como objetivo estruturar um planejamento para a

implementação de ações voltadas às necessidades identificadas.

Já em outra experiência que se aproxima do exposto, identificamos uma intervenção em fomento à conscientização quanto ao trabalho infantil:

> Uma outra atividade desenvolvida pelos/as assistentes sociais da rede foi o projeto Ministério Público do Trabalho na Escola (MPT na Escola), que objetiva desenvolver ações de prevenção e identificação de situações de trabalho infantil. Anualmente o MPT lançou um concurso em que estudantes da rede pública podem concorrer a prêmios nas categorias conto, desenho, música e poesia. Em uma das escolas deste relato de experiência foi desenvolvida uma culminância, na qual todos os trabalhos foram expostos, bem como criada uma coletânea com todas as produções dos/das estudantes. Durante as oficinas, rodas de conversa e leitura compartilhada de gibis sobre trabalho infantil foi possível problematizar junto às crianças algumas situações cotidianas e desmitificar discursos do senso comum que validam o trabalho infantil como digno (De Azevedo *et al.*, 2023, p. 371).

Em relação às estratégias e táticas que podem ser construídas para o exercício profissional a partir da formação continuada, ressaltamos o exposto pela mesma autora no que se refere ao enfrentamento do fatalismo que se expressa por vezes nos espaços sócio-ocupacionais.

> [...] não se *deve* deixar instituir pelas artimanhas da instituição, você tem que de alguma forma fazer o novo, mostrar que é possível sair daquilo que já esta a muito tempo do mesmo jeito, mas é necessário ter paciência e muito jogo de cintura [...] Enquanto conhecimento é uma constante busca por leis atualizadas, matéria de educação, cultura, lazer, entre outras, e uma relação constante com a teoria apreendida, mas não se esquecendo de que tudo muda a todo instante e é preciso estar sempre pronto a estas mudanças e ter o desejo incessante do conhecer, pois só assim, você consegue ou pelo menos tem base para dar o primeiro empurrão (Elson, 2014, p. 198, grifos nossos).

Dessa forma, se valendo do enfrentamento ao comodismo e fatalismo imposto pela política de educação aos trabalhadores da educação básica, em que destacamos aqui as assistentes sociais, destacamos uma experiência positiva apresentada por Moreira (2009). Segundo a autora, a elaboração coletiva e a implantação da Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Telêmaco Borba (PR), partiu da identificação das demandas a serem supridas pela Política Municipal de Educação. A elaboração dessa análise junto a professores, funcionários, alunos e familiares contribuíram para a apresentação de um diagnóstico que foi discutido em plenária e grupos de trabalho da I Conferência Municipal de Educação.

Portanto, refletindo sobre a importância da proposta pedagógica no fomento à "compreensão social, política e cultural da educação enquanto um meio de transformação social" (Moreira, 2023, p. 167), a autora afirma:

> A elaboração da Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino constitui um trabalho que vem sendo realizado desde 2005 pela equipe da SME, juntamente com os funcionários e professores. Sua construção é resultado de um intenso trabalho de formação continuada, que vem acontecendo na Rede Municipal de Ensino em diferentes momentos desde o início do ano de 2005, contando com a assessoria teórica de mestres e doutores de várias instituições de Ensino Público do Estado do

> Paraná. Conforme a Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino (2007, p. 09): Não é possível esperar que a sociedade melhore e se transforme sem que se pense e se projete as mudanças necessárias na educação. Como processo constitutivo do ser humano, apesar de seus limites e dificuldades, a escola deve posicionar-se frente às necessidades humanas e contemplar a elevação da condição social, material e histórica dos educandos, pela apropriação do conhecimento elaborado social e historicamente pela humanidade. É necessário que os sujeitos envolvidos no processo educacional tenham condições de manter sua integridade moral e sua dignidade como fatores necessários para que a transformação social aconteça, pois, como sujeitos e seres sociais conscientes das necessidades da sociedade, poderão pensar nas formas de mudar a realidade na qual estão inseridos. Essa transformação na consciência do educando é que se constitui no objetivo maior da educação escolar (Moreira, 2023, p. 166).

No que se refere à importância da formação continuada para tal experiência, a partir do exposto, dialogamos com outros artigos analisados que trazem à tona a potencialidade presente na articulação em rede no trabalho de assistentes sociais. De acordo com De Almeida *et al.*, (2023), a equipe de assistentes sociais realiza reuniões semanais para alinhamento e encontros mensais com a equipe multidisciplinar. E em meio ao processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) buscou estruturar o trabalho e desenvolver propostas alinhadas aos interesses da comunidade escolar e ao projeto societário defendido.

Em outra experiência identificada, Campos e David (2010, p. 276) destacam que a comunidade escolar, incluindo o Serviço Social, desenvolvem ações quanto ao "respeito à diversidade e orientam contra discriminação de gênero, etnia, opção religiosa, de indivíduos com necessidades educacionais especiais ou diante de composições familiares diversas e estilos de vida diversificados", bem como destacam que: "A intenção de respeitar e valorizar a diversidade de histórias, costumes, cultura local e regional é explicitada nas propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil".

Já outra experiência destaca a realização de processos formativos em interlocução com a rede de Política Municipal de Educação e com a rede do Sistema de Garantia de Direitos através de "visitas institucionais, trocas e formações com profissionais dos órgãos e serviços municipais, além da construção coletiva do protocolo de atuação, instrumentais e dos eixos norteadores das ações a serem efetivadas no exercício profissional" (Ribeiro *et al.*, 2023, p. 320).

Outro destaque relevante tangencia a experiência expressa por Feres, Abreu e Junior (2019) que se articula à Resolução CFESS N° 533/2008 que trata da supervisão de estágio no exercício profissional.

> Destacamos que nesta trajetória o Serviço Social também abriu vagas para Estágio Supervisionado, sendo enriquecedora a troca de experiência que se vivencia na unidade teoria e prática. Assim e, ao longo destes anos, alguns projetos tiveram a participação de estagiários de Serviço Social tais como: "Café com Inclusão" e

> "Senta que lá vem história". Os projetos tiveram como foco temas ligados à diversidade como inclusão educacional e questão étnico racial, foram apresentados em seminários da categoria ou da Secretaria e continuam sendo desenvolvidos (Feres; Abreu; Junior, 2019, p. 31).

Outro destaque permeia o relato do enfrentamento ao racismo e fomento à reflexão crítica em relação a história, questão esta que materializa a importância de articulação no exercício profissional de dois dos núcleos de fundamentação do Serviço Social (ABEPSS, 1996): o Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social e o Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira[17].

> As reflexões sobre o racismo foram eixo temático durante o trabalho com os estudantes e trouxe elementos identitários que estavam velados. Os estudantes, miscigenados, não se reconheciam negros ou descendentes de *indígenas*: "somos morenos". O debate sobre suas origens trouxe um ficar à vontade com o tema, desmistificando-o (Abreu, 2021, p. 172, grifos nossos).

Por fim, destacamos a compreensão de Almeida *et al.* (2023, p. 352) quanto a contribuição da elaboração do Projeto Político-Pedagógico por parte de assistentes sociais:

> A participação no PPP teve a intencionalidade de se aproximar da escola e pensar questões para construir proximidade na comunidade escolar. Procurou também demonstrar insistentemente que o Serviço Social tem contribuição concreta para a política de educação e não reduz o seu trabalho no caso a caso, com ação fragmentada, mas constrói uma análise dos processos das escolas e ainda reafirma que a escola possui responsabilidade no sistema de proteção social e não pode ficar apartada da vida no território onde os (as) alunos(as) vivem. Apesar de todas as suas contradições, fica evidente na pesquisa aplicada às famílias que a escola é uma instituição pública importante para as crianças e certamente deve ser ocupada, utilizada por todos e todas sem discriminação. Deve-se buscar romper as barreiras para seu acesso e enfrentar o que dificulta a permanência nela.

Logo, adentremos às reflexões acerca das ***experiências negativas*** do trabalho de assistentes sociais que foram identificadas a partir da análise dos artigos. Categorizamos como 'experiências negativas' toda intervenção profissional que mesmo anunciando estar alinhada ao Projeto Ético-Político, atua de forma contrária, bem como às intervenção burocratizantes, limitadoras e conservadoras, que contribuem para um potencial de retrocesso da categoria profissional inserida na educação básica.

Como ponto de partida, destacamos o despreparo profissional de assistentes sociais. Ao provocarmos este debate, não temos como objetivo fortalecer a disputa interna à categoria para uma formação setorializada, que forme assistentes sociais para atuar exclusivamente na educação, ou na saúde, assistência social, etc. Alinhados à uma formação generalista, assim como prevê o projeto de formação da ABEPSS, resgatamos o entendimento que a formação

[17] Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 8).

profissional precisa ser abrangente, que através desta, assistentes sociais tenham capacidade de atuar independente do espaço sócio-ocupacional que se insira.

Nesse sentido, compreendemos e defendemos que, ao se inserirem em algum campo de atuação, assistentes sociais devem ter como ponto de partida a elaboração da análise institucional e territorial, bem como destacamos anteriormente, para assim fundamentar sua intervenção e elaboração de projeto de trabalho alinhado ao público que atende. Este ponto perpassa, portanto, no entendimento da política que se insere a profissional e nas determinações das expressões da "questão social" que se apresentam no exercício profissional.

Destoante do exposto, destacamos uma experiência profissional que, para além de não identificar as determinações estruturais, sistêmicas, para a manutenção da "questão social", inclina-se, sobre a reprodução de juízo de valores (Barroco, 2016), na culpabilização dos sujeitos:

> Apesar de ingressarem no ensino fundamental com a idade adequada por lei, seis anos, é visível que ao longo da trajetória escolar muitos dos alunos possuíam uma idade inadequada à série que estavam cursando. Essa inadequação é um dos maiores problemas do ensino fundamental brasileiro, agravado pelo abandono da escola (Silva; Barreto; Santos, 2015, p. 26).

No que diz respeito ao perfil profissional construído através da formação, mas que certamente pode vir a sofrer pelas determinações do cotidiano — as quais destacamos a partir de Barroco (2016) —, salientamos aqui uma experiência profissional que reproduz condutas conservadoras: a realização de visitas domiciliares sem contato prévio para agendamento. Este modelo de atuação contribui para uma reprodução da imagem social tida pela população sob o Serviço Social conservador, marcado por uma perspectiva policialesca e de ajustamento social. E que, em contrapartida, contribui para a despolitização da população no que se refere aos seus direitos e contribuição da profissão para viabilização do acesso a estes.

> É importante esclarecer que, ao contatar a família do aluno pela primeira vez, o profissional a aborda, explicando-lhe o motivo da visita mediante apresentação da ficha de encaminhamento da escola e pedindo permissão, logo em seguida, para aplicar o Estudo Social, esclarecendo sua relevância para o conhecimento do contexto social, econômico e cultural da família. Algumas famílias recebem o profissional com desconfiança, hesitando em responder às perguntas. De maneira geral, porém, as pessoas correspondem ao objetivo da visita, procedendo com simpatia e mostrando receptividade para com o Assistente Social (Moreira, 2019, p. 168).

Em acordo com o exposto, destacamos também as consequências dessa formação setorializada ou marcada por juízo de valor quanto à compreensão dos fundamentos do Serviço Social que a) mescla a atuação na política de educação com o que acredita ser a política de assistência social e b) associa esta última ao cuidado; perspectiva arraigada pelo

entendimento que o Serviço Social presta ajuda à população.

> A presença do Serviço Social na educação infantil e, principalmente, nas creches é decorrente da trajetória histórica da constituição das creches na sociedade brasileira, que sempre esteve atrelada à área da assistência social, e os assistentes sociais possuem uma longa experiência profissional nesse contexto. A função atual da educação infantil integra educação e assistência social, associando o ato de educar ao de cuidar (Martins, 2009, p. 187)

> Fonseca (1997) aponta que o que caracteriza a função atual da educação infantil é a integração entre educação e assistência social, sendo ”educar e cuidar” ações que se complementam no processo educativo (*apud* Martins, 2009, p. 197).

Por fim, mas ainda em diálogo com o exposto até o momento, destacamos também propostas de programas e projetos para a educação básica do Estado do Rio Grande do Norte, em que poderão contar com a atuação de assistentes sociais:

> Programa de correção de fluxo Se liga/Acelera Brasil: Realizar transformações pessoais e sociais nos estudantes, em prol de uma educação pública e de qualidade.
> Programa Tributo à Criança: Contribuir para o fortalecimento da função protetiva das famílias e maior envolvimento destas na vida educacional das crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, proporcionando-lhes apoio socioeducativo e financeiro no cumprimento do seu dever como corresponsáveis pela inserção, permanência e êxito de seus dependentes na escola.” (De Oliveira; Souza, 2023, p. 289.

Os programas/projetos acima nos despertam atenção quanto aos objetivos salientados quanto ao ajustamento social e reforço da responsabilização das famílias — pontos estes que dialogamos no segundo capítulo.

4. EDUCAÇÃO: POTÊNCIA PARA COMBATE OU REPRODUÇÃO DO FAMILISMO

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar uma reflexão acerca das *concepções de família* identificadas na análises dos artigos e o papel do Serviço Social na *articulação 'famílias e escola'*. Buscou-se refletir sobre a perspectiva que tem orientado o trabalho de assistentes sociais com famílias na educação básica e a perspectiva que defendemos para tal exercício alinhado ao Projeto Ético-Político.

4.1 Familismo e sua Reprodução no Brasil

Enquanto subsídio para compreensão dos atravessamentos da tendência familista no enfrentamento às múltiplas expressões da "questão social" no Brasil contemporâneo, busca-se resgatar neste tópico os fundamentos do familismo, a partir dos imbricamentos da inserção brasileira na etapa do capitalismo monopolista e, particularmente, a partir da crise estrutural do capital na década de 1970. Bem como, resgatar a refuncionalização do Estado decorrente da cooptação deste pela ideologia neoliberal e o desmonte da proteção social (ou não efetivação desta) assegurada na Constituição Federal de 1988, que por sua vez modificou o enfrentamento à "questão social", visando o mascaramento de suas determinações e responsabilização das famílias pelas mazelas produzidas pelo capitalismo dependente.

Entretanto, a partir destes apontamentos, evidencia-se uma intervenção de profissionais atuantes nas diversas políticas sociais frente às expressões da "questão social" engajado à reprodução de uma atuação alinhada à matriz da teoria positivista, fenomenológica, entre outras conservadoras, que acaba por fortalecer sustentáculos da tendência do familismo, como a moralização, individualização e naturalização das condições objetivas dos indivíduos e suas famílias.

Confere-se, portanto, a este tópico, o intuito de contribuir no âmbito da intervenção destes profissionais no Brasil contemporâneo que deve ter como direcionamento uma conduta alinhada à viabilização de acesso aos direitos e conscientização da comunidade escolar, tendo como horizonte sua emancipação política que consequentemente se contrapõe à tendência familista.

A universalidade da proteção social pública e estatal que foi fortemente estruturada no modelo de Estado de Bem-Estar Social presente em países de capitalismo central sofreu um desmonte frente à crise global do capital a partir da década de 1970, "questionada em nome da necessidade de redução dos gastos públicos e da necessidade de aumentar a racionalidade coletiva" (Mioto; Campos; Lima, 2006, p. 171). Bem como, movido pela sanha burguesa de

acumulação em patamares superiores àqueles experimentados até então alcançados pela superação do estágio concorrencial do capitalismo (Netto, 2009).

Como expressado por Netto (2008), a partir da vinculação à ideologia neoliberal e tendo como elemento basilar a contrarreforma em escala planetária por países de capitalismo central sob países de capitalismo dependente no pós-Guerra Fria, potencializou-se neste cenário um processo de adequamento econômico-social aos moldes desenvolvimentistas impostos a estes a fim de corresponder aos interesses econômico-burgueses, que se expressavam prioritariamente no corte de gastos no campo social.

No Brasil, a inserção da família na centralidade das ações políticas vem desde o Brasil República e se perpetua ao longo da história, sendo esta importada para o debate acerca de sua vinculação à política social a partir de 1970 com os estudos feministas da tradição marxista. Estes estudos apontavam para uma estruturação do Estado de Bem-Estar Social tanto no trabalho quanto na família que se faria possível "a partir do trabalho não pago das mulheres realizado dentro de um modelo de família conhecido como "*male breadwinner model*" (Moraes *et al*, 2020, p. 803) – expresso na divisão sexual do trabalho. Somado às elaborações de Esping-Andersen em sua obra '*Social Foundations of Post-Industrial Economies*' quanto a expressão do familismo ao passo que "a política pública considera – na verdade insiste – em que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros" (Esping-Andersen, 2000, p. 5).

O processo de reformulação da intervenção estatal partiu de seu cariz enquanto um vetor extra-econômico instruído ao alcance dos objetivos do capitalismo para um modelo de Estado Neoliberal, baseado na mercantilização das políticas sociais, privatização e a supervalorização do conservadorismo, movido pela incorporação de um *ethos* individualista da tradição liberal apto a sanar as sequelas da vida social burguesa (Netto, 2009). Fomentando portanto, a tendência familista frente a manifestação de expressões da "questão social" decorrente do acirramento de traços da contradição entre capital-trabalho .

Neste cenário em que a administração dos conflitos entre classes se tornou essencial à legitimação da ordem, fez-se necessário uma sistemática intervenção estatal nas expressões da "questão social" sob "uma tendência de política social pensada de modo residual, apenas complementar àquilo que os indivíduos não puderem solucionar via mercado ou através de recursos familiares" (Horst; Mioto, 2021, p. 42). Mészáros (2008) afirma que a política de Estado é em si um corretivo marginal capaz de conformar a classe trabalhadora quanto à sociabilidade capitalista, consequentemente legitimando e perpetuando o *status quo*, e em

contrapartida, não cria condições objetivas para a superação da mesma mediante a supressão das expressões da "questão social".

Conforme já explicitado por Netto (2009), trata-se da própria dinâmica da política social que tem por finalidade a preservação e controle da força de trabalho, inclusive de forma setorial, segmentada e moralista:

> a política social deve constituir-se necessariamente em *políticas sociais*: as sequelas da "questão social" são recortadas como problemas *particulares* (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas (Netto, 2009, p. 32).

Dessa forma, repercutindo na reprodução de um ideal desviante de promoção da integração social, mediada pelo ajustamento do sujeito quanto às suas condições através da psicologização da "questão social" – que emergem em terapias de ajustamento –, pois como afirma Netto, "ao naturalizar a sociedade, a tradição em tela é compelida a buscar uma especificação do ser social que só pode ser encontrada na esfera moral. Naturalizada a sociedade, o específico do social tende a ser situado nas suas dimensões ético-morais" (2009, p. 45) .

Portanto, se estamos nos referindo a uma dinâmica própria do capitalismo, da particularidade da política social e seu lugar, bem como da dinâmica familista, se faz necessário destacar suas dinâmicas constitutivas como singularidades do capitalismo dependente, compreendendo como fundamento desse fenômeno aspectos políticos, sociais, econômicos da formação social brasileira (Moraes *et al*, 2020).

Ao se aproximar das bases sócio-históricas do familismo no Brasil aponta-se dois aspectos como determinações da vinculação da família à política social:

> O primeiro, à família como centro da vida colonial, numa economia agrícola de grande propriedade e transpassada pelas relações com a Igreja e a Coroa portuguesa [...]. O segundo, ao período de transição – da independência do Brasil à república – que configura a mudança de uma organização social pautada nas relações mercantis das famílias "diretamente" com a coroa enquanto exportadoras de produtos agrícolas, em direção à organização do modo de produção capitalista, que implica na organização do Estado nacional, na conformação da ideia de Nação e o processo de urbanização (Moraes *et al*, 2020, p. 808).

Os mesmos autores, mediante apropriação de produções de Fernandes (1987), Pinheiro (2018), Buarque de Holanda (2017), e Costa (1999), alcançam a afirmação de que as transformações no território brasileiro foram atravessadas pelo processo escravocrata, colonialista, de dominação patrimonialista e patriarcal, expressões estas que culminaram na adaptação da burguesia nacional aos ditames do Estado capitalista na construção do Estado nacional (*apud* Moraes *et al*, 2020).

Este processo de desenvolvimento do capitalismo (dependente) no Brasil teve como atravessamento a estratégia de sujeição política dos indivíduos para seu estabelecimento, que se fez possível através da cooptação da família enquanto instituição capaz de contribuir na reprodução dos valores dominantes e na conformação de uma burguesia nacional. Estratégia essa materializada na medicina higiênica, por exemplo, que na articulação entre ordem médica e norma familiar foi capaz de:

> desarticular o poder político dos latifundiários, minimizar as formas de solidariedade da família senhorial e o peso das relações de parentesco como apoio nas relações de poder (ou seja, reestruturar o núcleo familiar) e subordinar os indivíduos ao Estado. [...] Nesse processo, alteraram-se a casa e as relações de produção e consumo no interior das famílias, os papéis sociais dos membros do grupo familiar [...], e operou-se a construção do sentimento de intimismo, privacidade e amor." (Costa, 1999 *apud* Moraes *et al*, 2020, p. 810).

Apresenta-se, portanto, como consequência do fenômeno do familismo, o processo de responsabilização das famílias na manutenção e ordem da sociabilidade capitalista frente às estratégias de enfrentamento das expressões da "questão social" – causado pela sociabilidade capitalista e legitimado pelo Estado –, em um processo alicerçado e de constante reprodução dos fundamentos do Estado nacional alimentado pelo ideário de "fortalecimento físico e moral da raça como condição de fortalecimento da nação" (Fonseca, 2001, p. 63) – tendo em vista a capacidade de produção de subjetividades no interior do núcleo familiar já na socialização primária.

Enquanto produto desta sociabilidade que tem como atravessamento em sua formação econômica, política e social processos de escravização e necropolítica, o modelo ideal de família reclamado é aquele regido pelo *ethos* burguês: (re)produtor de ideais alicerçado no patriarcalismo, tradicionalismo e preconceito (Moraes *et al*, 2020). E, tido enquanto "padrão clássico da moderna família nuclear burguesa *esta* tornou-se parâmetro social e político *a ser reproduzido pelas* famílias das classes populares" (p. 138, grifos nossos).

Alencar (2011) nos faz refletir ainda que, ante análise de processos históricos-sociais, a família enquanto instituição capaz de "reinventar a vida, seja na dimensão material ou moral" (p. 134), condicionada pela sociabilidade capitalista – diretamente fundada em um viés conservador – tornou-se campo para disseminação e reprodução de políticas sociais "que objetivam intervir no modelo de família existente para lograr certo modelo ideal de família (p. 133)".

No entanto, de acordo com Saraceno (1996), o debate acerca da relação entre família e política social não encontra consenso quanto ao modelo familiar e a forma de garantir o sustento desta; apenas a importância da existência da política voltada à mesma. Que, em

contrapartida, mediante avanço do neoconservadorismo e ultraliberalismo, corroboraram para alimentar a reprodução do fenômeno do familismo, e o não reconhecimento dos múltiplos modelos familiares existentes.

Esta histórica reação conservadora às mudanças que se apresentam na sociedade, aqui, na instituição familiar, dizem respeito à tentativa de manutenção de valores tradicionais conservadores fulcrais ao modelo de família que atendem aos interesses do tanto do conservadorismo moral quanto do ultraliberalismo na contemporaneidade.

À luz da afirmação de Engels (2019) ao retratar a família enquanto um "produto do sistema social *que* refletirá o estado de cultura desse sistema", compreendemos que, em decorrência das transformações ocorridas, "a família deve progredir na medida em que progrida a sociedade, que deve modificar-se na medida em que a sociedade se modifique" (p. 108, grifos nossos).

A questão central da reação conservadora emana, portanto, o esforço em perpetuar a instituição familiar ao modelo tido como "única, a-histórica, ideal, e ideologicamente reproduzindo pelas instituições como norma universal" (Horst, 2018, p. 15), sobrepujando assim a existência das "famílias" primitivas pela família patriarcal burguesa; construída socialmente e politicamente defendida a fim de gerir o *status quo* da sociabilidade capitalista.

O que se desconsidera na defesa intransigente da família tradicional é sua intrínseca "crise da identidade na família burguesa" (Calderón; Guimarães, 1994, p. 28). Os reflexos das transformações societárias e seus rebatimentos nas condições de reprodução social das mesmas deslocam por um lado o padrão de vida destas para um empobrecimento generalizado frente ao não acesso de direitos, por outro, condicionam e reificam as relações sociais através da tendência familista e discurso meritocrático do ideário de "ascensão social" enquanto processo da alienação capitalista.

Dialogando com Mészáros (2008), que contribui para esta análise ao compreender que a religião, família e Estado são uma tríade dialeticamente articulada, expressamos a necessidade de reconhecimento da família em sua pluralidade por parte do Estado, superando assim a perspectiva de sua origem natural-religiosa e contribuindo para a construção cultural de um sistema que defenda o acesso aos direitos em sua totalidade a todos. Desta forma, se faz possível caminhar tendo como norteamento o horizonte de emancipação política da classe trabalhadora e melhores condições objetivas para sua reprodução.

Segundo Moraes *et al* (2020), no contexto brasileiro, a família passou a ser eixo central no campo da política social a partir de 1990, e especialmente a partir da vinculação desta à política de assistência social nos anos 2000, devido a seu caráter amortizador das

crises do capital capaz de prestar condições básicas para reprodução de seus membros. Sendo assim, "[...] a família constitui-se em um espaço estratégico, por meio do qual se pode universalizar novos valores sociais, buscando formar indivíduos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade e da pátria" (p. 812).

Assim como apresentado anteriormente, a família tem uma função essencial a reprodução do capital e moral burguesa, mas segundo Silva (1987) esta também contribui para a reprodução das seguintes dimensões:

> a) garantir a reprodução física e social dos indivíduos que constituirão a força de trabalho, devendo ser, portanto, compatíveis com as demandas do capital; b) assegurar a manutenção dos filhos dentro da família, evitando a transferência do custo social de sua manutenção para a sociedade em geral; c) moldar a consciência dos indivíduos para que aceitem a dinâmica do processo, os valores de modernização, a necessidade da mobilidade física e a hierarquia necessária à produção, assim como aceitem a ideologia da propriedade privada, da divisão do trabalho (em geral e segundo os sexos); d) confirmar que o grupo familiar se caracterize como uma unidade de consumo (*apud* Moraes *et al*, 2020, p. 814).

Segundo Mioto, Campos e Lima (2006), a partir da década de 1990 houve uma reorientação da proteção social no mundo a partir da adesão aos ideais neoliberal. No Brasil, essa reestruturação do modelo de reprodução do capital se efetivou no âmbito da seguridade social através da imposição da centralidade da família nas políticas públicas.

Inicialmente expressa na política de saúde através do Programa de Saúde da Família (PSF) esta centralidade sociofamiliar se fez presente no escopo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A matricialidade da política social na família expressa "a proposição de que, por meio de programas com foco na família, potencializam-se ações mais efetivas no combate à pobreza e miséria" (Alencar, 2011, p. 133).

Certamente, mediado pela desconsideração quanto às modificações das relações sociais e do Estado, devido ao aprofundamento da lógica de mercado, tem-se enquanto alicerce na manutenção desta sociabilidade o processo de reificação das relações, categoria trabalhada por Marx (2011). Isso consequentemente imputa às famílias a "possibilidade de recuperação e sustentação de uma sociabilidade solidária" (Mioto; Campos; Lima, 2006), "como uma solução familiar para a proteção social" (Moraes *et al*, 2020, p. 806) descolado da intervenção estatal mediante políticas sociais estruturadas e articuladas entre si.

Deste modo, ressalta-se que a centralidade da família na proteção social, perpassada pelo processo de precarização das condições de vida social, não refletem necessariamente na efetivação das políticas socioassistenciais para o condicionamento da reprodução dos sujeitos sociais. A intervenção estatal quanto às expressões da "questão social" não se direciona à

superação das mazelas desta sociabilidade como já apontado, mas sim a manutenção em níveis limites da vida daqueles que mantêm o modo de produção capitalista, a classe trabalhadora. Projetando assim nas famílias, a superação individualizada alinhada aos ideais de subsidiariedade da Doutrina Social da Igreja (Mioto; Campos; Lima, 2006).

Tal doutrina, apesar de combatida na Constituição Federal de 1988 no âmbito da seguridade social, permanece nos aspectos conservadores no que tange a garantia de direitos vigente, tendo como exemplo, a própria matricialidade sociofamiliar. Ponto este que, decorrente do determinado avanço no ultraliberalismo enquanto forma de manutenção desta sociabilidade capitalista, reemerge tal princípio de subsidiariedade enquanto forma de enfrentamento das expressões da "questão social", localizando não no âmbito social, mas particular, familiar, fomentando, portanto, o neoconservadorismo por reafirmar a projeção nas famílias quanto a reprodução de um "modo de ser família" ora disseminado desde o período colonial (Moraes *et al*, 2020, p. 813).

Retomando a superação da compreensão da existência de um modelo ideal familiar frente a crise de identidade da família burguesa e as transformações societárias, vale expressar a necessidade de respeitar, viabilizar e reivindicar pelos direitos dos mais diversos modelos familiares deslegitimados e oprimidos por esta sociabilidade frente ao não enquadramento a tal padrão – tendo dentre suas composições: pessoas que vivem juntas, pessoas com laços sanguíneos ou não; o modelo de família extensa; família acolhedora; famílias mono/bi/multiparentais; sendo os responsáveis solteiros, viúvos, separados e/ou LGBTQIA+, dentre outros.

Compreendendo, portanto, os imbricamentos da inserção do capitalismo monopolista no Brasil se faz possível apreender os fundamentos e expressões do familismo na contemporaneidade. Como afirma Alencar (2011), tal inserção de forma "subalterna e passiva no país [...] ainda que travestida[18] por "ares de modernidade", deixou como legado o agravamento da questão social, visível no aumento de desemprego e no processo de precarização do trabalho assalariado" (p. 144).

E como apresentado pelo relatório construído pela Comissão de Transição Governamental (2022), a exacerbação do fenômeno do familismo no governo Bolsonaro, em particular na gestão do MMFDH, foi preciso e intencional tendo como finalidade o resgate das raízes conservadoras e burguesas que germinaram o Estado brasileiro.

> No período de 2019 a 2022, o revisionismo do significado histórico e civilizatório dos direitos humanos, a restrição à participação social e a baixa execução

[18] Conceito que deve ser substituído por disfarçado/modificado, tendo em vista sua etimologia de caráter preconceituoso com pessoas transgênero e travestis.

> orçamentária foram a tônica da gestão da política de direitos humanos. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) pautou a sua atuação na negligência de populações vulnerabilizadas, na negação da existência de graves violações a direitos, e no desmonte de políticas públicas arduamente conquistadas, até 2015. O MMFDH foi instrumentalizado para o cumprimento da tarefa de subverter o significado histórico dos direitos humanos, por meio do uso deturpado de estruturas e recursos públicos; da celebração de parcerias com entidades estranhas a agenda do Ministério; e do comprometimento de áreas já consolidadas de enfrentamento a violações de direitos humanos (Brasil, 2022, p. 24).

Frente a isso, e consonante a afirmação de Alencar (2011), compreendemos que "o familismo brasileiro tende a persistir no Brasil contemporâneo, ainda que como paradigma de moralidade ao refundar a matriz patriarcal da família estruturada nas relações hierárquicas entre homens e mulheres, pais e filhos na família nuclear moderna" (p. 136).

Em vista disso, nossas reflexões quanto a atuação profissional nas políticas sociais são direcionadas a questionar o eixo central do familismo e a intervenção estatal nas expressões da "questão social": responsabilizar as famílias pelas intempéries inerentes à sociedade de classes deve ser um objeto de intervenção individual/familiar, enquanto o Estado tem como foco a atenção prioritária os interesses burgueses? Qual o papel da sociedade civil e dos profissionais atuantes nas diversas políticas sociais frente tal investida neoconservadora?

> Na atualidade, a política social tornou-se um obstáculo aos interesses do capital, o que vem exigindo uma série de contrarreformas no que tange aos poucos direitos sociais conquistados. Ao pensarmos que a força de trabalho é superexplorada e ao mesmo tempo as famílias não acessam um sistema de proteção social público e universal, as mesmas são sobrecarregadas cotidianamente, e nos mais diversos serviços com demandas e exigências que não são capazes de arcar (Horst; Castilho; Alves, 2023, p. 6)

Em síntese, a breve digressão histórica, a partir da formação social brasileira e os imbricamentos da construção do capitalismo dependente no território, nos mune de fundamentos capazes de analisarmos o fenômeno do familismo em sua totalidade e contradições. E consequentemente, nos capacita, à luz da compreensão da tendência familista e seus imbricamentos na política social, para uma atuação profissional direcionada a construir caminhos para o alargamento de acesso a direitos das famílias, contrário ao cerceamento e responsabilização dos sujeitos sociais alicerçados em desvalores.

Confrontar nos dias atuais os reflexos da formação social brasileira na sociedade, identificados por Silva (2019) como "o moralismo cristão e o conservadorismo extremamente moralista e assombrosamente intolerante com as formas sociais diversas dos seus padrões societários, assim como o racismo estrutural que marca as relações sociais no país" (p. 582) devem ser o objetivo central para a superação da reprodução de desvalores que perpetuam esta sociabilidade capitalista, que por sua vez reproduz as múltiplas expressões da "questão

social" e a responsabilização individual para a superação das mesmas, principalmente nos espaços da educação básica.

4.2 O Serviço Social na Educação Básica Frente ao Familismo

Em relação à presença da *tendência familista no exercício profissional* de Assistentes Social no espaço sócio-ocupacional da educação básica, percebemos a partir da análise dos artigos tanto a reprodução quanto o enfrentamento a tal tendência.

No entanto, antes de tratar da análise dos dados referente ao combate ou não do familismo nas escolas, reflitamos sobre os esforços do Estado quanto ao controle da política da educação no Brasil e sobre a responsabilização das escolas e famílias pelo processo educacional de crianças e adolescentes, ao passo que o primeiro se distancia de fornecer as condições objetivas para tal.

Tendo a educação básica como temática central, parto do pressuposto que a mesma se constitui como pedra de toque para (des)construção do gênero humano, a depender do direcionamento ideopolítico aplicado à mesma. Portanto, no esforço reflexivo de compreensão da realidade, direcionamos nossas reflexões a fim de construir a crítica da realidade (im)posta. Para tanto, subsidiado por pensamentos de autoras(es) diversos, buscamos contribuir para o desvelamento da educação enquanto forma de manutenção da ordem burguesa, resgatando, portanto, sua potencialidade na manutenção de modos de ser e existir direcionados ao enriquecimento do gênero humano.

A *priori*, faz-se necessário localizar esta reflexão sob dois eixos distintos: por um lado, a noção da educação enquanto fomento à consciência, e por outro, a educação enquanto fomento à memória. Partimos deste lugar por considerar que na sociabilidade classista os interesses antagônicos são mediados por uma instituição (o Estado) que garante a manutenção do *status quo* em movimentos indissociáveis: a reprodução das relações sociais e o controle social através do campo ideopolítico.

Compreender o antagonismo que está posto, bem como as consequências deste modelo societário — a questão social — implica na apreensão de que este movimento não é acidental, mas sim predeterminado e orientado por um *projeto societário*. Dinâmica essa que consequentemente o impele a não coexistir com outro projeto, provocando portanto no enfrentamento, destruição e/ou mascaramento de seu oposto.

Portanto, resgatar a noção de educação enquanto fomento à consciência ou à memória reflete objetivamente a sua função social ao projeto societário que se vincula. Mas afinal de contas, o que diferencia ambos os eixos?

> Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela prá tudo nesse sentido. Só que isso ta aí... e fala. (González, 1989, p. 226).

Entendendo, portanto, que no projeto societário do capital a noção de educação é tida enquanto consciência, instrumentalizada a fim de (re)produzir no campo ideopolítico e social às bases para manutenção da ordem social, tendemos a compreender a motivação ao enfrentamento à noção de educação enquanto memória; haja vista o resgate da educação enquanto forma de enriquecimento do gênero humano anterior ao capitalismo, possibilitando assim o vislumbre social acerca de uma ordem para além do capital.

Krenak (1992), ao tratar de atravessamentos acerca das temporalidades e historicidade no mundo defende que, "Antes, antes, já existe uma memória puxando o sentido das coisas, relacionando o sentido dessa fundação do mundo com a vida, com o comportamento nosso, como aquilo que pode ser entendido como o jeito de viver." (p. 2). Segundo o autor, a vida encontra-se "fundada em um sentido imemorial" (p. 2), que por sua vez identifico estar alinhado ao exposto por González (1989).

> Vocês têm uma instituição que se chama universidade, escola, e têm a instituição que se chama educação. Todas estas instituições: educação, escola, universidade, elas estão no sonho, na casa do conhecimento. Esse sonho tem um aprendizado para o sonho. E, quando nós sonhamos, nós estamos entrando num outro plano de conhecimento, onde nós trocamos impressões com os nossos ancestrais, não só no sentido de nossos antigos, meus avós, meu bisavô, gerações anteriores, mas com os fundadores do mundo (Krenak, 1992, p. 1).

No movimento que "a consciência exclui o que a memória inclui" (González, 1989), identificamos em Krenak (1992) que a materialização da educação em função do capital contribui para o impedimento das possibilidades de reflexão sobre o sentido imemorial da vida frente a dinâmica reificada das relações sociais no capitalismo:

> Eu comecei a duvidar que a tradição do meu povo, que a memória ancestral do meu povo, pudesse subsistir num mundo dominado pela tecnologia pesada, concreta. [...] E que a nossa cultura, os nossos valores, fossem muito frágeis pra subsistirem num mundo preciso, prático: onde os homens organizam seu poder e submetem a natureza, derrubam as montanhas (Krenak, 1992, p. 3).

É neste movimento, de sobreposição de um modo de ser e existir por outro, que o capitalismo historicamente se mantém. E cabe ressaltar aqui o lugar da educação neste

movimento enquanto eixo central de legitimação da ordem. A educação, enquanto política social, exerce uma função social de reprodução das relações sociais, inclusive em um processo de sobreposição da memória e imposição de uma verdade: a do capital.

Logo, ao refletir sobre a função social da educação no capital urge considerar sobre as investidas deste sistema sobre a história, sobre formas de reprodução da vida, etc., mas amplamente sobre o mascaramento da verdade, que na atualidade, frente à globalização e a possibilidade de disseminação de informações decorrente deste último, não encontram fronteiras à massificação de *fake news* como forma de produzir consenso sob o falseamento do real.

Entretanto, em um movimento de contribuição para o enfrentamento ao modelo de relações que está posto, orientado pela mercadoria, bem como ao projeto societário do capital, nos apoiamos nas reflexões de Pataxó (2024) ao pensar no combate à colonização de territórios, corpos e consciências que segue imperante na sociabilidade capitalista:

> A memória ancestral é a guia que possibilita (re)conectar a vida dos que aqui estão com a daqueles que ainda virão, permitindo que essas palavras lhe cheguem como compressa de babosa para que curem suas feridas e dores e possam existir como quem de fato são: o mundo Pataxó em Awê, em permanente (re)fundação (Pataxó, 2024, p. 1).

Instrumentalizar a educação, que seja enquanto política social na ordem do capital, urge o resgate de sua fulcral funcionalidade ao processo de enriquecimento do gênero humano e não o oposto. A educação é o medicamento ancestral que contribui para a construção de uma consciência ético-crítica e que nos torna capazes de vislumbrar e construir coletivamente uma realidade sem limitações impostas pela divisão de classes sociais. Tomando este direcionamento ideopolítico da educação enquanto guia, podemos enfrentar a domesticação condicionada pela consciência e alcançar a liberdade coletiva através da memória.

Quanto a esta dimensão de potencialidade da educação no processo de enriquecimento do gênero humano, nos apoiamos no seguinte poema de Rubem Alves acerca da educação — apresentado na abertura do presente trabalho —, e tencionamos para a percepção do caráter mutável da educação quanto à sua instrumentalização a depender do objetivo fim que lhe é dado.

> Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado (Alves, 2004).

Entendendo a *arte do voo* enquanto o conhecimento e apreensão da dimensão crítica da realidade concreta, fica explícito quão caro ao capitalismo é a educação no que tange o risco à sua manutenção; por isso sua investida constante pelo desencorajamento e enjaulamento da consciência coletiva. A cooptação/limitação da racionalidade humana, mediada pelo condicionamento das relações sociais perpassado pela mercadoria, é, em sua essência, a lógica ideopolítica que possibilita a reprodução e perpetuação do capital enquanto modelo societário.

Ao tratar do processo formativo educacional das pessoas e os constantes desmontes da política de educação no Brasil, resgatamos uma afirmação do inelegível e Ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que no ano de 2019 expôs exatamente o que apontamos aqui: como a educação, enquanto instrumento de manutenção do capital, é utilizada como arma ideológica para a perpetuação do sistema e o desmantelamento de toda possibilidade de organização social crítica à ordem imposta.

> ‘Queremos que não mais 70% dessa garotada não saiba fazer uma regra de três simples, não saiba interpretar textos, não saiba perguntas básicas de Ciências. Nós queremos uma garotada que comece a não se interessar por política, como é atualmente dentro das escolas, mas comece realmente a aprender coisas que possam levar a quem sabe ao Espaço no futuro’, declarou Bolsonaro (Basilio, 2019).

O disfarce apontando a relevância do ensino-aprendizagem de conteúdos específicos da educação básica, expresso pelo Bolsonaro, é revelado quando o mesmo aponta que o interesse pela política por crianças e adolescentes é um problema, necessitando, portanto, de uma intervenção por parte da sociedade.

Não é acidental o desmonte da política de educação básica, a desvalorização dos profissionais da educação, e a revisão dos conteúdos a serem repassados com um direcionamento à educação profissional e/ou para o trabalho. No fim, o Estado contribui para que os grupos dominantes alcancem seus objetivos, criando a todo momento formas de possibilitar a reprodução do *ethos burguês* — bem como, por exemplo, através do controle dos meios midiáticos.

Os esforços do Estado para a manutenção do *status quo* se materializa frente ao combate às representações contrárias possíveis ao *ethos burguês*, e é exatamente assim que a ‘Escola Sem Partido’ se estabelece e se espraia no imaginário social: nos prendem e controlam dentro de uma gaiola, e nos impossibilitam de conhecer os céus, apesar da vazia “promessa” do Messias de conhecer o Espaço no futuro através da educação.

Seguindo a reflexão, contrariando os esforços do Estado em direcionar a responsabilidade exclusiva da educação às escolas e famílias a partir da tendência familista, haja vista a arraigada intenção em responsabilizar as famílias na sociabilidade capitalista,

especialmente no ambiente escolar, destacamos a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) o seu dever sob este direito social previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Art. 2º: A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDBEN/96).

Por fim, destacamos as concepções de 'função da escola' e 'função das famílias' que se apresentaram na análise dos artigos no que se refere à articulação 'Famílias x Escola' no processo educacional. Quanto à *função da escola,* identificamos que dos treze artigos, três não apontaram tal função. E quanto à *função da família*, identificamos que dos treze artigos, oito não apontaram tal função. Destacamos que, optamos por incluir tal questão na análise dos dados frente ao esforço do capital através da tendência familista em reforçar a responsabilização das famílias e a sociedade — aqui representada pelas escolas —, ponto este identificado a partir da pesquisa referenciada na introdução (Horst; Castilho, 2023).

Através dos artigos percebemos uma noção de função da escola nesta articulação com as famílias em diálogo com a tendência familista, em que se compreendia como objetivo a contribuição para o ajustamento social dos sujeitos (Darwich; Garcia, 2019). Neste mesmo sentido, percebemos a partir do universo de análise desta pesquisa uma responsabilização também da instituição escolar frente à realidade de violação de direitos imposta pelo capitalismo:

> Para que essa educação democrática possa se efetivar é preciso que a escola assuma seu papel social e que contribua satisfatoriamente para minimização dos problemas educacionais resultantes da realidade econômica, social, política e cultural que vivemos (Silva; Barreto; Santos, 2015, p. 39).
>
> Uma questão a ser levantada é que, na maioria das demandas apresentadas pelas escolas e CMEIs, uma mesma criança é acometida de vários problemas, o que leva a pensar que ou o contexto familiar e comunitário desta criança está fragilizado e/ou interrompido devido os inúmeros problemas sociais, econômicos, culturais e afetivo-relacionais que vulnerabilizam a vida familiar, ou a escola não está proporcionando a permanência com qualidade destas crianças no ambiente escolar com métodos adequados para atender à necessidade das mesmas (Moreira, 2009, p. 171).

Por outro lado, a maioria dos artigos apresentaram elaborações acerca da função da escola nesta articulação com as famílias em um movimento de reforço à participação popular nas escolas, à conscientização dos responsáveis pela(s) criança(s)/adolescente(s).

A começar pelo entendimento das limitações da instituição escolar em suas intervenções, Feres, Abreu e Junior (2019) delimitam como ponto de partida dessa articulação 'famílias x escola' o entendimento das condições objetivas para o trabalho e a importância do

estabelecimento de diálogo com os responsáveis: "[...] as falta de condições objetivas das escolas para que se efetivem a permanência dos alunos também precisam fazer parte dos motivos da comunicação" (p. 28).

A comunicação enquanto um eixo basilar que possibilita esta articulação também se apresentou em outros artigos. O fortalecimento dessa relação foi exposto através das seguintes ações: a promoção de espaços para debate sobre temas relacionados ao segmento estudantil; a elaboração de eventos que possibilite a participação familiar e comunitária, como por exemplo, ações promoção da qualidade de vida e lazer; e, a orientação sobre os direitos da comunidade (estudantil) e como acessá-los.

> A ideia de comunidade escolar é outro vetor do trabalho de suma importância na política de educação. A comunidade escolar vai além dos muros e não se limita àqueles que estão dentro da escola. Conhecer o seu entorno e seus sujeitos políticos (como a associação de moradores, por exemplo) é elemento valioso para fortalecer a escola enquanto instituição social democrática aberta ao diálogo e à participação de diferentes atores. Neste mesmo sentido ganha relevo a aproximação dos familiares dos educandos junto à unidade escolar. Mesmo ciente de que tais processos são permeados por inúmeras tensões, a participação da comunidade escolar (incluindo, lógico, as famílias) junto à escola é meio para ampliar os processos de democratização nessa instituição. Conhecer bem a comunidade escolar é, sem dúvida, pressuposto para fomentar sua participação (De Almeida *et al.*, 2023, p. 351).

Em relação ao conhecimento da realidade da comunidade escolar, em estudo realizado e exposto em um dos artigos, identificamos que 40,1% do território analisado declara não utilizar dos serviços públicos da região. Ponto este que, haja vista a dimensão educativa do Serviço Social, pode ser contornado inicialmente, por exemplo, em reuniões com responsáveis de discentes (De Almeida *et al.*, 2023 p. 344).

Inclusive, decorrente do conhecimento da comunidade, cabe as assistentes sociais, em articulação a mesma dimensão do exercício profissional citada acima, a contribuição para o conhecimento e valorização cultural, que podem ser fomentadas a partir dinâmicas de grupos, assim como identificado a partir de um dos artigos analisados que trata da experiência de assistentes sociais em uma comunidade camponesa:

> O conjunto de histórias revelado durante o trabalho do Serviço Social na comunidade camponesa de Ribeiro do Amaro, envolvendo os estudantes em todo o processo de pesquisa, confirma que a escola é um espaço privilegiado de produção/valorização da cultura e sabedoria popular, através do registro, memória e oficinas. Espaço este que pode incentivar os estudantes: escutar seus antepassados, compreender sua ancestralidade, fincar suas raízes, e fortalecer sua identidade (Abreu, 2021, p. 182).

Isso posto, tratemos portanto dos dados referente ao combate ou reprodução do familismo por parte de assistentes sociais nas escolas. Dos treze artigos analisados, oito revelaram a reprodução do familismo, quatro elaboraram reflexões contrárias à tendência, e

um artigo — sendo este o resultado de uma pesquisa bibliográfica elaborada a partir do estudo de artigos acerca da atuação profissional de assistentes sociais na educação em municípios paulistas —, ressaltou a identificação tanto da reprodução, quanto do enfrentamento a tal tendência.

Quanto à reprodução do familismo, identificamos que o trabalho com as famílias e discentes é permeado pelo ajustamento social, reflexões acríticas, ultrageneralização, preconceito, culpabilização/responsabilização pelas expressões da "questão social" e moralismo, que se expressou a partir de conceitos, como por exemplo, família mal estruturada e família em situação de risco e/ou em vulnerabilidade social.

Portanto, nos valendo das reflexões de Duarte (2017; 2018) e Horst (2018; 2023), destacamos recortes dos artigos analisados ao passo de explanamos sobre a categorização acerca de algumas condutas profissionais que reproduzem a tendência familista em suas ações, sendo estas: 1) a perspectiva de endogeneização das famílias; 2) de moralização das famílias; e, 3) de culpabilização das famílias.

Segundo os autores a perspectiva de endogeneização das famílias traduz a realização do trabalho sob orientação do "binômio indivíduo-família", apartando esta instituição das relações sociais, econômicas e políticas ao passo que compreende as expressões da "questão social" como problemas pessoais (Horst, 2023, p. 15). Nesse sentido, exemplificamos esta perspectiva a partir do identificado na análise dos artigos:

> Em um dos municípios, a atuação com famílias é efetivada principalmente por meio de grupos operativos aplicando o método de Pichon, cujo público-alvo são famílias com alto grau de vulnerabilidade social, com problemas de alcoolismo e que os filhos apresentam problemas de comportamento. [...] Enrique Pichon Rivière, psiquiatra, desenvolveu a Teoria do Vínculo. Esta metodologia tem como princípio básico elevar a família à condição de parceira nos programas sociais. Trabalha com grupos operativos (Martins, 2009, p. 204).

Quanto à segunda perspectiva, a de moralização das famílias, os autores a compreendem como intervenções que visam "eliminar os "desajustes sociais" e transformar as demandas por acesso a direitos em "patologias sociais". Busca-se estruturar os desestruturados, ou seja, psicologização das expressões da "questão social" (Horst, 2023, p. 15). Em acordo com o exposto, destacamos afirmações a partir dos artigos analisados que dialogam com esta perspectiva.

> Para tanto, os profissionais envolvidos com famílias necessitam compreender tais mudanças apontadas por Sarti, para que suas orientações e intervenções sejam coerentes com a realidade destas famílias, no sentido de sobreporem-se ao atendimento emergencial das necessidades identificadas, atuando como propositores de mudanças de atitudes, hábitos e padrões que moldam seus comportamentos (Furlaneto; Buffa; Da Silva; 2010, p. 178).

> Desta forma, será possível auxiliar na identificação dos problemas de comportamento que se apresentam, por exemplo, sob as formas da evasão, repetência, dificuldade no relacionamento interpessoal e desmotivação para as atividades escolares, cujas causas são distribuídas à precariedade da relação familiar, ao local de moradia e à falta de educação dos pais (Campos; David, 2010, p. 281).

E por fim, no que se refere a perspectiva de culpabilização das famílias: "Diante da ausência de leitura da totalidade, o foco se dá no que as famílias fizeram ou não, cumpriram ou não, se responsabilizaram ou não. Sem questionar a ausência de proteção social, reatualizando as ideias de fracasso, falhas e negligências" (Horst, 2023, p. 15).

> Segundo Demétrio (2005) a criança que recebe afeto e orientação direcionada, além de cuidados necessários com competência, poderá aprender a se comunicar por meio da audição e fala. Mas se os pais enfrentarem dificuldades para promoverem sua educação com segurança, por terem que lutar contra a mágoa que sentem por terem uma criança com deficiência auditiva, seu desenvolvimento pode ser afetado e prejudicado (Furlaneto; Buffa; Da Silva; 2010, p. 178).

Em contrapartida, também identificamos na análise dos artigos enfrentamentos à tendência familista que se contrapõem às perspectivas apresentadas, destaques estes que apresentamos a seguir:

> Nessa perspectiva, o assistente social e o psicólogo do NUPSE, procuram superar uma visão distorcida e equivocada da realidade dos sujeitos sociais, aqui considerando a realidade dos alunos e de suas famílias, onde muitas vezes se traz a lógica da responsabilização e penalização daqueles que historicamente foram e ainda são alijados dos seus direitos fundamentais. A inserção dos referidos profissionais nos espaços coletivos de discussão, foi visualizado como um importante meio para a desconstrução e rompimento desse modelo hegemônico conservador e excludente, que muito mais penalizado que protege (Ribeiro *et al.*, 2023, p. 326)

> Os processos de naturalização e moralização das conjunturas, a culpabilização da família e/ou realização de busca ativa isolada, não desatam a questão, considerando que esses determinantes resultam de diversos fatores sociais, econômicos e culturais vivenciados dentro do modo de produção capitalista, o que requer intervenções articuladas em caráter mais amplo, a partir de uma visão que compreenda os condicionantes que desencadeiam tais complexos contextos (Ribeiro *et al.*, 2023, p. 328)

> [...] trabalho socioeducativo com famílias, denominado Projeto Escola de Pais, trabalhando temas de interesse das famílias que contribuem para a formação de uma visão crítica [...] Ações de orientação e conscientização (Martins, 2009, p. 189; 212).

Nesse sentido, e em diálogo com Horst (2023), compreendemos a urgência e necessário movimento a ser realizado por assistentes sociais para uma formação continuada e para uma atuação crítica e propositiva, orientada pelo projeto profissional do Serviço Social com influência da tradição marxista, e contribuição profissional no campo da pesquisa e sistematização do trabalho a fim avançar no desvelar de determinantes do processo de culpabilização e responsabilização das famílias imposto pela tendência familista.

É no cotidiano profissional, mediante a compreensão da autonomia profissional, em articulação com a comunidade escolar, profissionais que atuam na educação, discentes e suas

famílias que assistentes sociais podem se fortalecer coletivamente através do tensionamento de uma correlação de forças que se alinhe aos interesses da classe trabalhadora e contrários aos esforços pela naturalização da barbárie imposto pelo capital.

4.3 A Concepção de Família no Trabalho de Assistentes Sociais na Educação Básica

Como ponto de partida deste tópico, que tem como objetivo central a reflexão sobre a concepção de família de assistentes sociais na educação básica, situamos o debate a partir dos apontamentos de Martins e Carvalho (2024) quando à diversidade de concepções desta, que explicada por fundamentos distintos, acarretam em rebatimentos positivos ou negativos no trabalho com famílias. Segundo os autores existem vertentes quanto ao entendimento da instituição familiar:

> Conservadora e histórico-crítica sobre a compreensão da família, tanto provenientes de estudos da sociologia, psicologia e do serviço social, dentre outras áreas do conhecimento, e na vertente sócio-histórica, da qual compartilhamos. Nesta direção, citamos alguns estudiosos da questão da família: assistentes sociais – Regina Mioto, Cláudio Horst, Solange Teixeira, dentre outros e a psicóloga Heloisa Szymanski, sendo que esta trata também a temática da relação família e escola (2009) (Martins; Carvalho, 2024, p. 12).

Segundo Martins e Carvalho (2024), compreender a concepção de família requer uma consideração e análise constantes das transformações socioeconômicas e políticas que impactam instituições, relações sociais e a própria instituição familiar, assim, não perdendo de vista o contexto de produção e reprodução social no capitalismo. Além disso, a família deve ser entendida no plural, de maneira contextualizada, ultrapassando o âmbito privado e reconhecendo os atravessamentos das influências socioeconômicas e ideopolíticas sob as mesmas, evitando pois, a reprodução de juízos de valores individuais sobre experiências de terceiros.

Portanto, existe uma interdependência entre família e sociedade, onde as mudanças sociais influenciam a dinâmica familiar e, ao mesmo tempo, são influenciadas por ela.

> [...] no conjunto das relações sociais, desmistificando a clássica divisão entre esfera pública e privada, reafirmando o seu caráter histórico e as suas relações contraditórias. Busca-se desnaturalizar o trabalho desenvolvido na família e pela família, cuja naturalização permite os deslizamentos de responsabilidades, especialmente no campo do cuidado, dos serviços para as unidades familiares. Ademais, interpretar os processos familiares como expressões singulares arquitetadas nas famílias, que expressam as múltiplas relações que a condicionam e a definem. Nessa esteira, a dinâmica familiar não pode ser circunscrita ao âmbito das relações familiares, considerando os modelos de famílias pautados em funções e papéis. Com isso, abre-se uma ponte para o campo de debate sobre a direcionalidade do trabalho com famílias no campo da política social, postula-se ações orientadas pelas necessidades das famílias e não pelos problemas apresentados por elas – casos de família (Horst; Mioto, 2017, p. 11).

Nesse sentido, considerando a histórica atuação de assistentes sociais nas políticas sociais junto as famílias, o chamado para o trabalho na interlocução entre família e escola — identificado a partir do Projeto 'Família na Escola' e destacado na introdução deste trabalho —, e os esforços empreendidos para a desresponsabilização do Estado na garantia de direitos e em contrapartida a responsabilização das famílias pelos seus membros, buscamos aqui contribuir para o trabalho de assistentes sociais com famílias no âmbito da educação básica sob o olhar atento e estratégico frente "aos preceitos de organismos multilaterais e aos ditames do capital" (Martins; Carvalho, 2024, p. 13) para a reprodução da barbárie[19].

Isso posto, e em diálogo com o enfrentamento a uma concepção conservadora da instituição familiar, a dita família nuclear e suas expressões, partimos dos dados identificados a partir da análise dos artigos quanto à concepção de famílias. Do universo analisado, concluímos que sete artigos não apresentaram nenhuma concepção de família, o que corresponde a 53,84%, e dentre os demais, uma diversidade de compreensões foram identificadas.

Inicialmente, tratemos da concepção conservadora, dita tradicional. A partir de Moreira (2009) destacamos a seguinte concepção da família sob o fundamento da indisciplina de crianças:

> Essa problemática não faz parte apenas do universo de famílias que se encontram vulnerabilizadas, pois, segundo Sarti (1997), são decorrentes de mudanças que vêm ocorrendo na família no mundo contemporâneo e que estão relacionadas à perda do sentido da tradição. A partir da reflexão de Sarti (1997, p. 43), faz-se necessário compreender que, [...] embora comporte relações de tipo igualitário, a família implica autoridade, pela sua função de socialização dos menores como instituinte da regra. O que se põe em questão, na família, com a introdução da individualidade, não é a autoridade em si, mas o princípio da hierarquia no qual se baseia a autoridade tradicional. Ainda de acordo com Sarti (1997, p.45), [...] neste processo de contestação do padrão tradicional de autoridade familiar, dos pais sobre os filhos e do homem sobre a mulher, houve uma confusão entre os excessos da autoridade de tipo tradicional e o exercício legítimo e necessário da autoridade na família, levando a uma permissividade que tem prejudicado particularmente as crianças, que ficaram sem limites estabelecidos (Moreira, 2009, p. 178).

Neste exemplo é possível observar o reforço a uma concepção tradicionalista da instituição familiar, composto por um homem, uma mulher e seus filhos, que aposta na reprodução do patriarcado e no enfrentamento às mudanças societárias, logo, também de seus reflexos sobre tal instituição, em clamor pela manutenção do modelo de relações sociais que contribua para a perpetuação do *status quo*.

O esforço do capital em controlar a instituição familiar e educacional se explica frente ao fato destas serem a forma de socialização dos sujeitos sociais (Mészáros, 2008). Se

[19] Ver: Pataxó, Raquel Mota Mascarenhas. Enfrentamento da pobreza e gestão da barbárie na contemporaneidade. CRESS, 2016.

permeadas pelos *ethos burguês* a manutenção da ordem do capital tenciona ao seu não questionamento. E isso explica a permissividade do capital ao chamado de assistentes sociais para atuar na educação básica, por crer, sob a imagem social que se tem do Serviço Social, que enquanto categoria profissional iremos contribuir para a defesa do conservadorismo nas famílias e em reforço à tendência familista.

Também identificamos em outros artigos a defesa desta perspectiva conservadora em torno da família nuclear como *estruturada*. De Almeida *et al.* (2023, p. 342) categorizam tal modelo familiar como: "consiste num homem, numa mulher e nos seus filhos, biológicos ou adotados, habitando num ambiente familiar comum".

Orientados por este modelo conservador de família, assistentes sociais reproduzem preconceitos no trabalho com famílias. Nesta perspectiva, assim como identificamos no recorte a seguir, arraigadas por estes fundamentos e em sintonia com as requisições das instituições sobre a sua intervenção profissional, assistentes sociais atuam em prol do ajustamento social.

> Crianças podem adquirir habilidades sociais naturalmente, ao longo do desenvolvimento, no convívio com modelos adequados na família e na escola, e principalmente quando parcerias são estabelecidas entre os dois contextos (Gavasso; Fernandes; Andrade, 2016 *apud* Darwich; Garcia, 2019, p. 560).

Em contrapartida, a partir da compreensão que a instituição familiar está para além do modelo nuclear, destacamos aqui artigos que apresentaram concepções que se alinham ao PEP. Silva, Barreto e Santos (2015, p. 26) afirmam: "Arranjos familiares são as novas configurações e modelos de famílias". E De Almeida *et al.* (2023, p. 342): "[...] constata-se no dia a dia que há novos arranjos familiares, novos formatos como família monoparental, extensa, homoafetiva, reconstituída, entre outros"; dialogando, pois, com o exposto anteriormente no que diz respeito às mudanças societárias e seus rebatimentos no cotidiano e relações sociais.

Em resgate à dimensão educativa no trabalho de assistentes sociais inseridas no espaço sócio-ocupacional da educação básica destacamos a seguir uma experiência profissional que em diálogo ao exposto elaborou uma dinâmica com discentes de uma escola (Elson, 2014). A partir da exibição do filme 'A preciosa' (2009), dirigido por Lee Daniels, identificamos que a intervenção teve por objetivo a compreensão da concepção de família dos discentes e promoção de debate para fomento à construção de valores ético-críticos.

A partir do artigo, compreendemos que uma diversidade concepções dos discentes sobre a instituição familiar se expressaram na dinâmica, transitando, por um lado, em um entendimento que reproduz o conservadorismo sobre a instituição familiar, regido pela

categorização de famílias como mal estruturadas ou não, por outro, pelo reforço do respeito à diversidade e o entendimento que a constituição familiar pode ser estabelecida para além do laço sanguíneo. Seguem destaques do artigo:

> Na família devemos ter amor, respeito nas diferenças de cada uma. Nenhuma família é igual à outra, mesmo assim o carinho e afeto entre eles são o mesmo de qualquer família. Devemos cuidar também de animais, não prender os que são da natureza, devemos deixar sempre livres (Elson, 2014, p. 186).

> [...] vimos que não tem só o lado bom da família, e que às vezes uma família pode prejudicar a vida de alguém por muito tempo, e de diversas maneiras, isso foi visto no filme Preciosa, onde mostra a vida de uma garota em uma família mal estruturada e como ela era humilhada na sociedade e se sentia sobre isso. (aluno- G.P. O - turma 8 - trechos retirados de trabalho realizado em aula) (Elson, 2014, p. 187).

> [...] isso é totalmente o inverso de qualidade, pois a menina do filme enfrentava o preconceito, a violência *doméstica* e sexual, o abandono. Mas no final do filme tudo isso acabou ela foi acolhida pelos seus amigos, *aí* está uma grande prova de que família não é somente aquela que coloca no mundo, mas sim aquela que acolhe. (Aluno-W. G.V - turma 8 - trecho retirado de trabalho realizado em aula) (Elson, 2014, p. 188, grifos nossos).

No que tange às reflexões sobre a diversidade familiar, é importante destacar, conforme apontou Horst (2020, p. 148), que há uma tendência na profissão de defesa da diversidade familiar (“novos arranjos familiares”) como a “crítica máxima” a ser elaborada a partir da tradição marxista e do PEP.

> A diversidade familiar é um tema importante de ser discutido para o exercício profissional. É preciso conhecê-los como estratégias para confrontar o discurso moral do modelo nuclear patriarcal burguês como único possível. Além disso, defendê-lo, no plano individual, pode fazer com que os indivíduos possam ter o direito de partilhar a vida, as vivências afetivo-sexuais com quem optarem.

> No entanto, o formato assumido do debate pode nos levar, primeiro, a uma idealização de certos modelos familiares, por ter ‘rompido’ com o padrão burguês. Quando, na verdade, independente da organização, a família, no modo de produção capitalista, apresenta particularidades, e diferente de ser sinônimo apenas de amor e proteção, está fadada a reproduzir violências, opressões e a inculcação dos valores dominantes.

> Ou seja, independente do modelo, é uma instituição contraditória. Segundo, as diversas formações familiares aparecem como “novos modelos” (por vezes datados da década de 1960 em diante) e não, apenas, com maior visibilidade. Desistoricizando a vivência, ao longo da história das mais diversas formas de organização familiar, – pois partem de uma recuperação histórica etapista, cronológica, que não recorre a concepção de história do materialismo histórico dialético.

Por fim destacamos duas experiências profissionais que tangenciam a concepção de família no exercício profissional de assistentes sociais na educação.

A primeira, diz respeito de um levantamento realizado que teve como objetivo identificar o perfil das famílias atendidas. Nesse sentido, Campos e David (2010) identificaram que a maioria das famílias atendidas são monoparentais e femininas,

representando 48,38% do público, seguidas de famílias nucleares e apenas uma família monoparental masculina. Neste mesmo sentido, identificamos a partir de um estudo realizado por outro artigo, que o perfil de acompanhantes de pacientes no Centro de Pesquisa Audiológicas (CPA) é majoritariamente materno (86,50%). Questão esta que, apesar de não problematizada pela autoria, nos faz refletir sobre a expressão do patriarcado na sociedade sob a forma de responsabilização das mulheres pelo cuidado (Furlaneto; Buffa; Da Silva, 2010). Em contrapartida, outro artigo alcançou tal reflexão:

> A pesquisa foi respondida de forma preponderante pela mãe dos(as) estudantes, ou seja, por mulheres. Esse indicador tem consonância com o dia a dia, porque observa-se fortemente a presença de mulheres/mães na escola; se não são as mães, são as avós. Além disso, ele expressa a reprodução histórica, que é a requisição e presença de mulheres nos atendimentos/serviços que têm como público as crianças (De Almeida *et al.*, 2023, p. 337).

Este destaque se faz necessário frente à necessidade de leitura da realidade para a elaboração das intervenções profissionais. Neste sentido, a partir do Boletim Especial 08 de março 'Dia da Mulher', elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em 2023, apresentamos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quanto aos arranjos familiares, quesito raça/cor e renda média das famílias no ano de 2022.

Segundo o estudo realizado, o arranjo familiar monoparental chefiado por mulheres também destacou expressividade, tanto no 3° trimestre de 2019 (32,2%), quanto no 3° trimestre de 2022 (29%).

Tabela 2: Distribuição percentual das famílias, por tipo de arranjo familiar, segundo sexo da/o chefe de família – Brasil – 3° trimestre de 2019 e 3° trimestre de 2022.

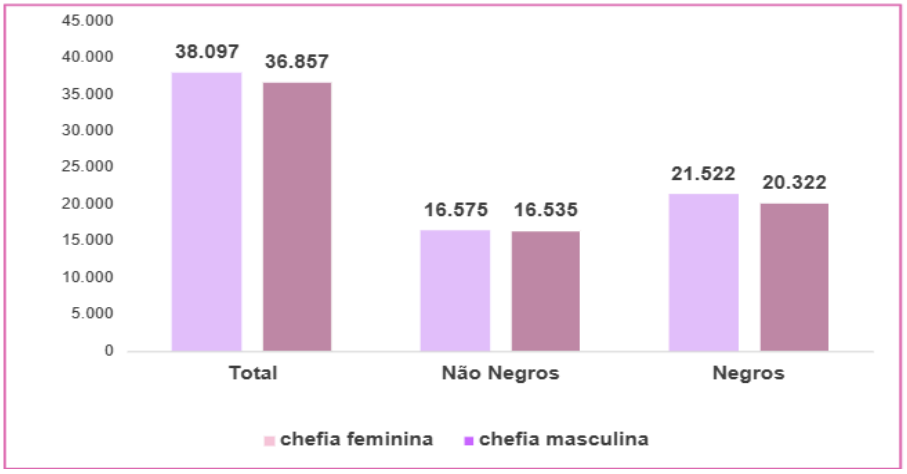
Período	Sexo do Chefe da Família	Tipo de Arranjo Familiar							
		Casal com Filhos	Casal sem Filhos	Mulher com Filhos	Homem com Filhos	Unipessoal Feminino	Unipessoal Masculino	Outros	Total
3T2019	Masculino	53,0%	23,1%	-	4,3%	-	15,0%	4,6%	100,0%
	Feminino	33,1%	12,8%	32,2%	-	15,0%	-	6,8%	100,0%
	Total	43,8%	18,3%	14,9%	2,3%	7,0%	8,1%	5,6%	100,0%
3T2022	Masculino	46,4%	23,7%	-	4,7%	-	18,6%	6,7%	100,0%
	Feminino	34,2%	14,6%	29,0%	-	14,6%	-	7,6%	100,0%
	Total	40,2%	19,0%	14,7%	2,3%	7,4%	9,1%	7,1%	100,0%

Fonte: DIEESE (2023)

Quanto ao quesito raça/cor da chefia familiar, é possível observar que as mulheres se destacam em quantitativo, sejam elas negras ou não. O que dialoga com a perspectiva familista, que para além da responsabilização das famílias, haja vista o seu fundamento

neoconservador, se vale do reforço do patriarcado.

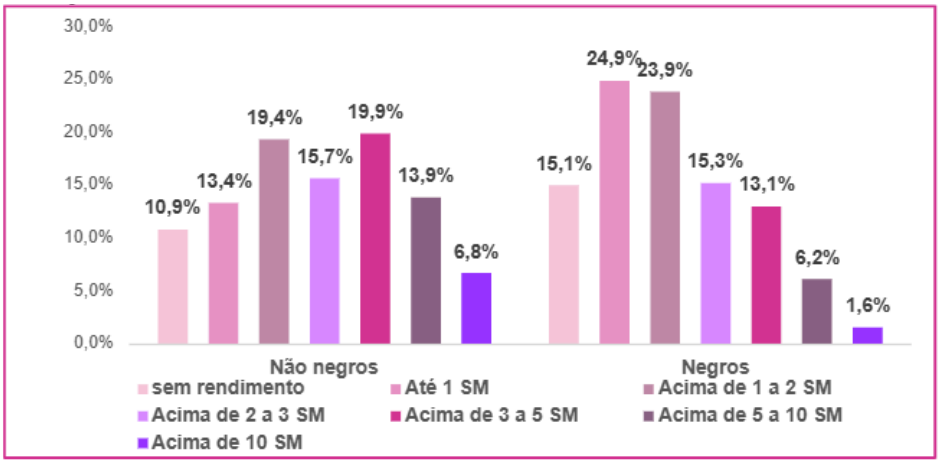
Imagem 3: Estimativa das famílias chefiadas por mulheres, segundo raça raça/cor da chefe de família – Brasil – 3° trimestre de 2022



Fonte: DIEESE (2023)

Quanto ao percentual da renda média familiar dos arranjos familiares com filhos chefiados por mulheres, considerando também o quesito raça/cor, observa-se a partir do estudo que o percentual de famílias chefiadas por mulheres negras lideram nas classificações de renda: sem rendimento; até um salário mínimo; e acima de um a 2 salários mínimos. Em contrapartida, mas sem desconsiderar a responsabilização do cuidado às mulheres, famílias chefiadas por mulheres não negras lideram nas classificações: acima de dois a três salários mínimos; acima de três a cinco salários mínimos; acima de cinco a dez salários mínimos; e acima de dez salários mínimos.

Imagem 4: Distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres com filhos, segundo raça/cor da chefia familiar e faixa de renda e faixa de renda familiar – Brasil – 3° trimestre de 2022



Fonte: DIEESE (2023)

Estes dados nos ajudam no processo de leitura da realidade ao passo que descortinam os

esforços do capitalismo em mascarar as desigualdades sociais e violação de direitos. Ponto este que deve se fazer presente indispensavelmente no cotidiano profissional para nos mantermos firmes aos interesses do público que atendemos: a classe trabalhadora.

Por fim, como segundo e último destaque a partir da análise das experiências profissionais que tangenciam a concepção de família no exercício do Serviço Social na educação básica, destacamos a perspectiva de uma instituição quanto ao enfrentamento às formas de discriminação à diversidade de arranjos famíliares existentes:

> O reconhecimento de que a família tem diversas formações levou o Centro Educacional Bom Samaritano a substituir comemorações como dia das mães e dia dos pais pela festa da família, trata-se de uma forma de não abrir brechas para discriminações e acompanhar as transformações sociais que também influenciam nos arranjos familiares (Campos; David, 2010, p. 290).

Trabalhada algumas das concepções identificadas a partir da análise do artigos, procuramos contribuir para que assistentes sociais no exercício profissional fortaleçam a diversidade própria da instituição familiar, sua mutabilidade frente ao movimento da sociedade capitalista, e que acima disso, enfrente a concepção que se diz única da família, haja vista as inúmeras violações de direitos que perpassam este obscurantismo ideológico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do trabalho de assistentes sociais inseridos na educação básica evidenciamos os rebatimentos que a tendência familista exerce sobre o trabalho destas profissionais, a estruturação e instrumentalização política educacional e as famílias no Brasil. Demonstramos que a tendência familista reforça uma lógica que responsabiliza as famílias pela garantia do bem-estar social de seus membros, e que quando estas não alcançam, culpabilizam-as pelo "fracasso" imposto.

A tendência familista, na particularidade do exercício profissional de assistentes sociais nesta política, se apresentou através dos fundamentos que orientam o trabalho profissional destoantes do PEP, ações realizadas e concepção de família.

Nesse sentido, destacamos a concepção de objeto de trabalho, em que 46,15% dos artigos se vinculam ao que podemos definir como o serviço social tradicional, conservador, tendo como objeto de trabalho os *problemas (sociais/socioeducacionais), o emocional, o comportamento e o psicossocial*. Quanto ao objetivo de trabalho, identificamos uma diversidade de compreensões, mas que em sua maioria orientam-se pela perspectiva do ajustamento social e psicologização dos sujeitos, sendo a intervenção profissional permeada pela noção de *ajuda*.

No que se refere às ações empregadas, identificamos uma diversidade de intervenções de assistentes sociais que não traduzem as atribuições e competências profissionais, em que podemos sumariamente categorizá-las como: 1) atribuições da área da saúde; 2) administrativa; 3) familista e/ou policialesca; 4) tecnocrática; 5) higienista; 6) outros. E quanto à concepção de família expressa nos artigos, identificamos que 53,84% não apresentaram tal reflexão.

Quanto ao projeto profissional das assistentes sociais inseridas na educação básica, identificamos tanto uma adesão discursiva ao PEP, quanto o não explícito alinhamento a algum projeto profissional. No entanto, considerando a dificuldade das profissionais em materializar um exercício profissional crítico e anticonservador frente à tendência familista, identificamos que assistentes sociais têm cedido ao ecletismo teórico quantos aos fundamentos que orientam o exercício profissional, portanto, reproduzindo projetos profissionais distintos, como o de cariz tecnocrático e o projeto assentado numa vertente neoconservadora.

Neste sentido, compreendemos que, ao passo que apesar de discursivamente mencionarem o PEP e/ou compreender as expressões da "questão social" enquanto objeto de trabalho, assistentes sociais não têm assegurado uma atuação alinhada ao PEP no cotidiano do

trabalho, reproduzindo, pois, processos de trabalho que contribuem para a naturalização da "questão social" e para uma imagem social da profissão conservadora, já superada hegemonicamente.

Frente a isso, compreendemos também que a centralidade destas determinação pode ser atribuída aos seguintes fatores: a) a ideologia neoconservadora, que alimenta e cria formas para o espraiamento da tendência familista na sociedade através de grupos neoconservadores com a pauta da defesa da família, e de projetos e programas governamentais: como o Projeto 'Família na Escola' e condicionantes de acesso a direitos, como a frequência escolar para o Programa Bolsa Família; b) as requisições indevidas das institucionais empregadoras; c) a fragilizada formação (continuada); d) a escassa condições éticas e técnicas para a realização do trabalho; e) o frágil vínculo empregatício; f) a recusa do alinhamento ao PEP.

Isso posto, compreendemos e defendemos ser fundamental que assistentes sociais atuem na defesa de uma concepção de família que abarque sua diversidade, reconhecendo que as relações familiares se constituem de formas múltiplas frente às transformações societárias e em contribuição para a viabilização de acesso a direitos sociais. Isso implica, portanto, no combate ao discurso policialesco, conservador e burocratizante no trabalho junto a famílias, enfrentando, pois, a lógica patriarcal e familista que inviabiliza cotidianamente o acesso a direitos da classe trabalhadora.

Além disso, reconhecemos que o trabalho de assistentes sociais na educação básica deve, portanto, tensionar as estruturas que reforçam o familismo e propor ações alinhadas ao Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social. Entretanto, isso exige da categoria um exercício profissional atento às contradições, propositivo frente às requisições indevidas, em fomento às instâncias de controle social e em constante formação e articulação coletiva.

Como ponto de partida, reforçamos o indispensável processo de elaboração do projeto de trabalho do Serviço Social na instituição que se insere a assistente social, pois através deste será possível resgatar as dimensões do trabalho e articulá-las aos interesses do público atendido. Isso posto, resgatamos as três dimensões do trabalho de assistentes sociais em defesa do PEP em diálogo com a atuação frente às particularidades do exercício da profissão no espaço sócio-ocupacional da educação básica:

1. **Dimensão ético-política** – O trabalho de assistentes sociais devem se orientar pela defesa intransigente dos direitos sociais, da equidade e diversidade humana, combatendo processos de exclusão e discriminação no ambiente escolar e comunitário. Isso significa: I) Conduzir o trabalho contrário à culpabilização das famílias, por exemplo, pela evasão escolar e condições de vida dos alunos, e em contribuição para o

acesso aos direitos destas; II) Orientar o trabalho sob a perspectiva de fomento à participação popular e comunitária no território e instâncias de controle, tendo em vista a sua formação e mobilização/organização; III) Contribuir para a construção de valores éticos, que articulem, por exemplo, uma concepção de educação para além do capital.

2. **Dimensão teórico-metodológica** – É essencial que o trabalho de assistentes sociais na educação básica não se limitem às práticas imediatistas e fragmentadas, reduzidas aos interesses da instituição empregadora e/ou aos limites estabelecidos na política de educação, mas sim que esteja embasado em uma leitura crítica da realidade social que possibilite elaborar estratégias e táticas para uma atuação alinhada aos interesses da classe trabalhadora com base em fundamentos teóricos críticos. Isso requer aos profissionais a adesão ao método do materialismo histórico-dialético como a lente capaz para identificar e compreender as expressões da "questão social" e suas determinações para intervir sobre estas em alinhamento ao PEP.

3. **Dimensão técnico-operativa** – No cotidiano profissional, assistentes sociais devem lançar mão de estratégias e táticas que efetivamente contribuam para a viabilização do acesso a direitos. Isso inclui a construção de projetos de intervenções que fortaleçam a participação popular, o acesso à informação e a articulação com redes de proteção social do território de atuação. Além disso, faz-se necessária ações interdisciplinares com o público atendido em uma perspectiva não reducionista e/ou psicologizante acerca das violações de direitos vivenciadas pelos estudantes e suas famílias.

Portanto, combativos à tendência familista, defendemos o fortalecimento das instâncias de controle social na educação frente ao seu potencial de contribuição para atuação no âmbito da educação básica. Os Conselhos Escolares, os Fóruns de Educação e outros espaços de participação popular precisam ser fortalecidos como arenas de debate e formulação de políticas que contribuam para a ampliação de direitos e acesso a estes. Sem essa mobilização coletiva, e frente a investida do capital sobre a educação e acesso a direitos, o espaço escolar e comunitário seguirá sendo um local de reprodução de um ideário burguês que naturaliza as expressões da "questão social", que culpabiliza as famílias pelas violações de direitos vivenciadas, e que fomenta a competitividade para mercado de trabalho.

Por isso, o Serviço Social na educação básica deve ir além da execução de programas e ações pontuais estabelecidos pelas requisições institucionais. É necessário disputar a concepção de educação, de família e de direitos. A escola não pode ser apenas um local de disciplinamento e conformismo, mas sim deve ser um ambiente que fomente o pensamento crítico, o respeito à diversidade, e que contribua para uma racionalidade crítica à realidade imposta.

Dessa forma, concluímos a partir deste trabalho que o exercício de assistentes sociais na educação básica precisa estar comprometido com a luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade e socialmente referenciada, baseada na defesa intransigente da liberdade e orientada pela justiça social e emancipação política. Para tanto, é imprescindível a construção de estratégias coletivas que fortaleçam políticas educacionais sob o interesses da classe trabalhadora, a democratização da escola e a resistência às formas de controle social que naturalizam a desigualdade. Pois, somente com uma postura crítica, propositiva e alinhada aos princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social será capaz de contribuir para o enfrentamento ao conservadorismo e à lógica familista, tanto na profissão, quanto na educação básica.

6. REFERÊNCIAS

Abreu, C. de C. Serviço Social em uma Comunidade Escolar Camponesa: cultura e identidade. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 30, n. 1, 2021.

ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de Nov. 1996) - Rio de Janeiro, 1996.

Alencar, M. M. T. Família, Trabalho e Reprodução Social: limites na realidade brasileira. *In*: Duarte, M. J. O; Alencar, M. M. T. (Org). Família & Famílias: práticas sociais e convenções contemporâneas. 2.ed. – Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

Alves, Rubem. Gaiolas ou asas. A arte do voo ou a busca da alegria de aprender. Porto: Edições Asa, 2004.

Almeida, Ney Luiz Teixeira de. Apontamentos sobre a Política de Educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais. *In:* CFESS. Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2011.

Baptista, Myrian Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação / Myrian Veras Baptista. – São Paulo: Veras Editora, 2013. – (Série livro-texto; 1).

Bardin, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1997.

Barroco, M. L. S. Série Assistente Social no Combate ao Preconceito: o que é preconceito?. Caderno 1. CFESS, Brasília, 2016.

Basilio, Ana Luiza. Queremos uma garotada que não se interesse por política, diz Bolsonaro. Carta Capital, 2019. Disponível em:<https://www.cartacapital.com.br/educacao/queremos-uma-garotada-que-nao-se-interesse-por-politica-diz-bolsonaro/. Acesso em 11 de set. de 2024.

Bocchini, B. Quase 10 milhões de jovens sem ensino básico estão fora da escola. Agência Brasil, 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-03/quase-10-milhoes-de-jovens-sem-ensino-basico-estao-fora-da-escola#:~:text=No%20Brasil%2C%209%2C8%20milh%C3%B5es,e%20Trabalho%20e%20da%20Funda%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 20 de fev. de 2025.

Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

Brasil. Gabinete de Transição Governamental 2022. Brasília, dez. de 2022. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2022/12/Relatorio-final-da-transicao-de-Lula.pdf. Acesso em 31 de jan. de 2023.

Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

Brasil. Lei N° 8.662, de 7 de junho de 1993. Regulamentação da profissão de Assistente Social. Brasília, DF: Presidência da República, 1993.

Brasil. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

Brasil. Lei N° 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2019.

Biroli,, F; Quintela, D. F. Mulheres e Direitos Humanos sob a Ideologia da "Defesa da Família". *In*: Avritzer, L; Kerche, F; Marona, M. (orgs.). Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política. 1.ed. 1.reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Campos, L. D. S; David, C. M. O Profissional de Serviço Social no Ambiente Escolar, Uma Vivência Prática. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 19, n. 1, 2010.

Castilho, G. S.; Horst, C. H. M. Familismo, bolsonarismo e o projeto 'família na escola'. V. 1 n. 1 (2024): Anais do 10º Encontro Internacional de Política Social e do 17º Encontro Nacional de Política Social. UFES -Vitória (ES). Disponível em:<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/45826>. Acesso em 10 de set. de 2024.

Castilho, G. S; Horst, C. H. M. Reflexões sobre o governo Bolsonaro e o fomento ao familismo no Brasil. (2023): Anais da XI Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA - São Luís/ MA. Disponível em:<https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_3058_30586498fb365bad3.pdf>. Acesso em: 10 de set. de 2024.

CFESS. Código de Ética Profissional da/o Assistente Social. CFESS, Brasília (DF), 1993.

CFESS. Diálogos do Cotidiano – assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional - Caderno 4. CFESS, Brasília (DF), 2023.

CFESS. Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. CFESS, Brasília (DF), 2022.

CFESS. Resolução N° 493. CFESS, Brasília (DF), 2006.

CFESS. Resolução N° 533. CFESS, Brasília (DF), 2008.

CFESS. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Brasília: CFESS, 2012.

CFESS. Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2011.

CFESS; CFP. A (o) Psicóloga (o) e a (o) Assistente Social na Rede Pública de Educação Básica: orientações para a regulamentação da Lei n° 13.935 de 2019. 1a Ed. Brasília: CFP, 2020.

Darwich, R. A; Garcia, M. L. G. Grupos Vivenciais e Permanência com Sucesso na Escola:

conquista de direitos. R. Katál., Florianópolis, v. 22, n. 3, set./dez. 2019.

Demier, F. Democracia e bonapartismo no Brasil pós-golpe. Cislaghi, J. F; Demier. O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

De Almeida. C. N. T; *et al*. Assistentes Sociais da Educação: participação na construção do projeto político-pedagógico da escola. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 32, 2023.

De Azevedo, T. P. P; *et al*. O Trabalho do/a Assistente Social na Educação Básica: a sistematização de experiências a partir da atuação profissional em escolas públicas do município de João Pessoa-PB. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 32, 2023.

De Paula, L. G. P. A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais, 2023 *In*: A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais. Claudio H. M. Horst; Talita Freire M. Anacleto; Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.). - Belo Horizonte: CRESS, 2023.

De Oliveira, C. M; Souza, I. de L. Educação Básica no Rio Grande do Norte e os Desafios da Lei 13.935/2019. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 32, 2023.

DIESSE. As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho. Boletim especial 8 de março - Dia da Mulher, 2023.

Elson, E R. B. B. Serviço Social e Educação Popular: problematizando a prática do assistente social na perspectiva de formação e inclusão de adolescentes que vivenciam processos de violência. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 23, n. 1, 2014.

Eiras, A. A. L. T. S. A dimensão ético-política no trabalho de assistentes sociais, 2023 *In*: A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais. Claudio H. M. Horst; Talita Freire M. Anacleto; Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.). - Belo Horizonte: CRESS, 2023.

Engels, F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. São Paulo: Boitempo, 2019.

Esping-Andersen, G. Fundamentos sociales de las economías postindustriales. Barcelona: Ariel, 2000.

Feres, E. M; Abreu, C. de C. R; Junior, P. S. F. O Serviço Social no Campo da Educação em Campos dos Goytacazes/RJ: relato de uma trajetória. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 2, 2019.

Férriz, A; Rosa, S. A presença de assistentes sociais nas redes municipais e estaduais de educação básica pública no Brasil. Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social, 2024.

Furlaneto, M; Buffa, M. J. M. B; Da Silva, C. Percepção e Participação da Família no Contexto Escolar de Crianças com Implante Coclear. Serviço Social & Realidade, Franca, Serviço Social & Realidade, Franca, v. 19, n. 2, 2010.

González, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. ANPOCS, 1989.

Guerra, Y. A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais, 2023 *In*: A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais. Claudio H. M. Horst; Talita Freire M. Anacleto; Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.). - Belo Horizonte: CRESS, 2023.

Guerra, Y. O que as requisições institucionais dizem sobre a profissão?. Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social, 2024.

Horst, C. H. M. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a Temática Família. Temporalis, Brasília (DF), ano 40, n. 20, p. 144-164, jul./dez.2020.

Horst, C. H. M. Família, Marxismo e Serviço Social: Desvendando o Invólucro Místico / Claudio H. Miranda Horst; orientadora, Regina Célia Tamaso Mioto. 217 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

Horst, C. H. M. O planejamento e a elaboração do projeto de trabalho de assistentes sociais, 2023 *In*: A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais. Claudio H. M. Horst; Talita Freire M. Anacleto; Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.). - Belo Horizonte: CRESS, 2023.

Horst, C. H. M. O trabalho de assistentes sociais com famílias mediado pelo Projeto Ético-Político. Serv. Soc. Soc., São Paulo, v. 146(2), e-6628324, 2023.

Horst, C. H. M; Mioto, R. C. T. Serviço Social e o trabalho com famílias: renovação ou conservadorismo?. Em Pauta, Rio de Janeiro 2° Semestre de 2017 - n. 40, v. 15, p. 228 – 246.

Horst, C. H. M.. Transformações Societárias e Impactos nas Famílias: Diversidade Familiar ou Desestruturação Familiar. *In*: Maria Lúcia Teixeira Garcia; Mirian C. V. Basílio Denadai. (Org.). Família, Saúde Mental e Política de Drogas - Temas Contemporâneos. 1.ed. São Paulo: Annablume Editora, 2018, v. 1, p. 13-41.

Horst, C. H. M; Castilho, G. S; Alves, L. D. T. O familismo no governo Bolsonaro e os impactos na política social. V. 1 n. 1 (2023): Anais do 9º Encontro Internacional de Política Social e do 16º Encontro Nacional de Política Social. UFES -Vitória (ES). Disponível em:<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/41326>. Acesso em 10 de set. de 2024.

Horst, C. H. M; Mioto, R. C. T. Crise, Neoconservadorismo e Ideologia da Família. *In*: Beatriz Augusto de Paiva; Simone Sobral Sampaio. (Org.). Serviço Social, Questão Social e Direitos Humanos. 1.ed. Florianópolis: Editora UFSC, v. IV., 2021.

Iamamoto, M; Carvalho, R.. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica - 40.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

Iamamoto. M. V; Santos, C. M. A História pelo Avesso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, CNPQ, 2021.

Krenak, Ailton. Antes, o mundo não existia. *In*: Novaes, Adauto (org.). Tempo e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Lima, T. C. S; Mioto, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál. Florianópolis. v. 10, n. esp. p. 37-45, 2007.

Luce, M. S. Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. - uma visão histórica. Expressão Popular, 2018.

Marques, R. M. O lugar das políticas sociais no capitalismo contemporâneo. *In*: Argumentum, Vitória. v.7, n. 2, p. 7-21, jul./dez. 2015.

Martins, E. B. C. A Presença do Serviço Social na Educação Básica dos Municípios Paulistas. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 1, 2009.

Martins, E; Carvalho, C. Tendências do trabalho de assistentes sociais na educação básica pública brasileira: o trabalho social com famílias. Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social, 2024.

Marx, K. O capital: crítica da economia política [Livro 1]. Tradução Rubens Enderle. – São Paulo : Boitempo, 2011.

Mészáros, I. A educação para além do capital : [tradução Isa Tavares]. - 2 ed. – São Paulo : Boitempo, 2008, (Mundo do trabalho).

Mészáros, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo : Boitempo, 2011.

Mioto, R. C. T. Família, Trabalho com famílias e Serviço Social. SERV. SOC. REV., Londrina, V. 12, N.2, P. 163-176, jan./jun. 2010.

Mioto, R. C. T; Campos, M. S; Lima, T. C. S. Quem Cobre as Insuficiências das Políticas Públicas?: contribuição ao debate sobre o papel da família na provisão de bem-estar social. Revista de Políticas Públicas, Maranhão, v. 10, n.1, p. 165 – 183, jan./jun. 2006.

Minayo, M. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. - Petrópolis, RJ : Vozes, 1994

Minayo, M. C. de S. (Org.) *et al*. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Moraes, P. M. *et al*. Familismo e Política Social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. Revista de Políticas Públicas, Maranhão, v. 24, n° 2, p. 802-818, 2020.

Moreira, A. C. Serviço Social na Educação: possibilidades e limites da intervenção profissional junto à família. Emancipação, Ponta Grossa, 9(2): 163-180, 2009.

Netto, J. P. As condições histórico-sociais da emergência do Serviço Social. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo: Cortez, 2011.

Netto, J. P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social – 7.ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

Netto, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64 – 12.ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

Paiva, B; Rocha, M; Carraro, D. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. SER Social, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010.

Pataxó, Raquel Mota Mascarenhas. "A Terra como o outro do valor em colapso". (Texto inédito), 2024.

Pataxó, Raquel Mota Mascarenhas. Enfrentamento da pobreza e gestão da barbárie na contemporaneidade. CRESS, 2016.

Prates, J. C. A pesquisa social a partir do paradigma dialético crítico: do projeto a análise do dado. *In*: Diversidade e Estética em Marx e Engels. Fernandes, I; Prates, J. C. (Orgs.).Campinas, Papel Social, 2016.

Ribeiro, E. M. V; *et al*. Atuação do Assistente Social e do Psicólogo na Educação Básica de Jijoca de Jericoacoara/CE. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 32, 2023.

Saviani, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, v. 12, 2007.

Silva, R. N; Barreto, R. A. D. N; Santos, L. D. Serviço Social e Educação: uma análise a partir da escola municipal professor azarias santos - Estâncias/SE. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 24, n. 2, 2015.

Silva, L. L. S; Paula, L. G. P; Silva, N. C. O. Serviço Social e Planejamento: reflexões sobre o exercício profissional do/da assistente social. *In*: Guerra, Y; Leite, J. L; Ortiz, F. G. Temas contemporâneos em Serviço Social: uma análise de seus fundamentos. Campinas: Papel Social, 2019.

Silva, L. M. M. R. Serviço social e família:a legitimação de uma ideologia. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

Silveira Júnior, Adilson. Aquino. A assistência social e as ideologias do social-liberalismo: tendências político-pedagógicas para a formação dos trabalhadores do SUAS. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/browse?type=author&value=SILVEIRA+J%C3%9ANIOR%2C+Adilson+Aquino. Acesso em 25 de fev. de 2025.

UNESCO, Global Education Monitoring Report Team, 2024/5, Leadership in education: lead for learning, 2024. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000391406. Acesso em 25 de fev. de 2025.

Vasconcelos, 2015. A/O Assistente Social na Luta de Classes – Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

Yazbek, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. *In*: Serviço Social, Direitos Sociais e Competências profissionais. Brasília/CFESS/ABEPSS, 2009.

Yazbek, M. C; Iamamoto, M. V. Serviço Social na História: América Latina, África e Europa. – São Paulo: Cortez, 2019.

Apêndice A - Artigos Analisados

Revista	Autoria	Título do Artigo	Ano da publicação
Serviço Social e Realidade	Eliana Bolorino Canteiro Martins	A Presença do Serviço Social na Educação Básica dos Municípios Paulistas	2009
Emancipação	Ana Cristina Moreira	Serviço Social na Educação: possibilidades e limites da intervenção profissional junto à família	2009
Serviço Social e Realidade	Lidiane Derminio Silveira Campos; Célia Maria David	O Profissional de Serviço Social no Ambiente Escolar, Uma Vivência Prática	2010
Serviço Social e Realidade	Monique Furlaneto; Maria José Monteiro Benjamin Buffa; Cleonice da Silva	Percepção e Participação da Família no Contexto Escolar de Crianças com Implante Coclear	2010
Serviço Social e Realidade	Eliane Rita Bermann Batista Elson	Serviço Social e Educação Popular: problematizando a prática do assistente social na perspectiva de formação e inclusão de adolescentes que vivenciam processos de violência	2014
Serviço Social e Realidade	Rony Nascimento Silva; Raylane Andreza Dias Navarro Barreto; Laisa Dias Santos	Serviço Social e Educação: uma análise a partir da escola municipal professor azarias santos - Estâncias/SE	2015
Katálysis	Rosângela Araújo Darwich; Maria Lúcia Gaspar Garcia	Grupos Vivenciais e Permanência com Sucesso na Escola: conquista de direitos	2019
Serviço Social e Realidade	Eliana Monteiro Feres; Carolina de Cassia Ribeiro Abreu; Paulo Santos Freitas Junior	O Serviço Social no Campo da Educação em Campos dos Goytacazes/RJ: relato de uma trajetória	2019
Serviço Social e Realidade	Carolina de Cássia Ribeiro Abreu	Serviço Social em uma Comunidade Escolar Camponesa: cultura e identidade	2021
Serviço Social e Realidade	Camila Nunes Thomaz de Almeida; Cláudia Oliveira Sant'Anna; Cristina Rosa de Almeida; Gabriele Rodrigues Lima Tavernaro; Maria Inês Teixeira Yamamoto	Assistentes Sociais da Educação: participação na construção do projeto político-pedagógico da escola	2023
Serviço Social e Realidade	Edilene Maria Vasconcelos Ribeiro; Jade Muniz Araújo; Ana Alice Pereira; Jaqueline Freitas de Sousa	Atuação do Assistente Social e do Psicólogo na Educação Básica de Jijoca de Jericoacoara/CE	2023

Serviço Social e Realidade	Carla Montefusco de Oliveira; Iris de Lima Souza	Educação Básica no Rio Grande do Norte e os Desafios da Lei 13.935/2019	2023
Serviço Social e Realidade	Thélia Priscilla Paiva de Azevedo; Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita; Ranyellen Félix de Souza; Ana Cristina de Lima Santos; Maria Francisca Máximo Dantas	O Trabalho do/a Assistente Social na Educação Básica: a sistematização de experiências a partir da atuação profissional em escolas públicas do município de João Pessoa-PB	2023